



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Letícia Borges de Assis

O ativismo gordo: da militância à autoetnografia, da voz à educação

Florianópolis

2022

Letícia Borges de Assis

O ativismo gordo: da militância à autoetnografia, da voz à educação

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha Educação e Comunicação, da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Santos Pereira

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

de Assis, Letícia

O ativismo gordo: : da militância à autoetnografia, da
voz à educação / Letícia de Assis ; orientador, Rogério
Santos Pereira, 2022.

134 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós
Graduação em Educação, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Educação. 2. gordofobia. 3. ativismos. 4.
autoetnografia. 5. educação ativista. I. Santos Pereira,
Rogério. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Letícia Borges de Assis

O ativismo gordo: da militância à autoetnografia, da voz à educação

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca avaliadora composta pelos seguintes membros:

Prof^a. Dr^a. Marcelle Jacinto da Silva
Universidade Federal do Ceará

Prof^a. Dr^a. Andrea Brandão Lapa
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr^a. Maria Luísa Jimenez-Jimenez
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Educação.



Documento assinado digitalmente
Amurabi Pereira de Oliveira
Data: 09/06/2022 13:55:41-0300
CPF: 059.030.964-17
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Documento assinado digitalmente
Rogério Santos Pereira
Data: 09/06/2022 10:35:13-0300
CPF: 055.100.416-92
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Rogério Santos Pereira
Orientador

Florianópolis, 2022

AGRADECIMENTOS

Este é um trabalho permeado de gratidão em linhas diretas e em subjetividades. O risco de eu escrever muitas páginas aqui é grande, porém vou (tentar) ser objetiva em afirmações.

Agradeço à minha mãe, Marinês, por estar sempre ao meu lado, acreditando em mim, nos meus sonhos e no meu potencial, inclusive quando eu mesma já não tinha mais fé na minha capacidade acadêmica. Foi graças ao seu apoio que pude ingressar e permanecer nessa jornada para concluí-la.

Honro às minhas ancestrais, sobretudo à minha avó Sueli Pereira Dias de Assis, por me permitirem a fonte do saber intuitivo.

Sou grata ao meu filho, Caio, por ser quem é, em suas imperfeições e qualidades, aceitando, respeitando e sentindo orgulho da mãe imperfeita que tem.

Digo “muito obrigada” ao meu companheiro Thales por me fazer entender a potência que sou, nos momentos de energia e nas necessidades de pausa, com amor, paciência em um olhar mais forte e terno que conheço.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Rogério Santos Pereira, por, desde o início, ajudar a lapidar meu objeto de estudo, direcionar meus objetivos e muitas vezes sentir e traduzir palavras não ditas no texto. Sua sensibilidade, atenção e vasto repertório me permitiram alçar percepções bem mais amplas do que eu poderia imaginar.

Agradeço à pesquisadora, artista e amiga, Maria Luísa Jimenez-Jimenez, por me cobrir com suas experiências e seu conhecimento, tendo paciência com as minhas inseguranças, compreendendo minhas múltiplas formas de perceber o ativismo e a escrita, incluindo os pontos de discordância entre nós.

Agradeço aos amigos de ontem, de hoje e de sempre por me entenderem e me apoiarem, cada um ao seu modo, com seus exemplos, histórias, afagos e puxões de orelha em forma de comida, cerveja, horas de conversa ou silêncios em noites estreladas - Daniela, Emerson, Alexandre, Juliano, Murad, Rosani, Marilene, Jéssica Lopes e Jéssica Leonel, Carol, Evânea, Ailton, Nati, Anderson, Jéfferson, Verônica, Laíse, Elisa, Muryel, Tatianne, Diego Alemão, Andreia Máurien, Bárbara, Ricardo Gamal, Norma, Scharline, Jacobina, Alessandra, Klay, Gil, Anne, Adriana, Flávia, Patrícia, Gérson Dudus, Juniores, Jonatan, Danilo, Márcio, Dinho, Chuchi, Juliana D Passos, Ju Dreher e Juliana Lange, Monike, Márcia, Taíse, Diovani, Thiagão, Érika, Pexis, Wanessa, Iara, Margô, Zanquiel, Gui, May, Marluci, Pai Renato, Ninho, Teteu, Adriano Quíron...as meninas da Linha ECO, as

maravilhosas da turma 2019 - Cátia, Katiane, Juliana, Daieli, Denise, Luciana, Michele; ao saudoso primo e amigo Jakzam Kaiser.

Honra especial aos amigos espirituais que, mesmo quando não acreditei em mim, permaneceram ao meu lado.

Meu melhor “Obrigada” aos professores Leandro Belinasso, Gilka Girardello, Andrea Lapa, Isabel Colucci, Giovani Pires e Carlos Cardoso por abrirem meus olhos e meu mundo para ângulos antes ignorados.

Agradeço aos colegas e amigos do Pesquisa Gorda - Marcelle Silva, Leila Raposo, Rosane Gomes e Felipe Fachin - por me apoiarem na base e nas nuances, na crueza e na delicadeza dos nossos desafios como pesquisadores e como pessoas.

Um super obrigada às parceiras do Coletivo Desencaixa com quem aprendo o tempo todo, dentro e fora da militância.

Gratidão aos colegas da Labomídia e da Revista Motrivivência, que me permitiram um olhar menos reduzido das questões relativas ao movimentar-se e ao existir/resistir do corpo.

Muito obrigada às mulheres com quem tive contato e que me permitiram a observação e o aprendizado: às meninas do Sim sou Diva, às participantes do evento de moda plus size de Joinville, às ativistas e militantes, declaradas ou não. Vocês me inspiram!

Agradeço ao meu amigo e ex-marido, Tiago Lautert, por me permitir acreditar que poderia recomeçar e aceitar minha nova condição diante daquele mundo que era uma construção nossa. Os afetos reais podem mudar de status, porém permanecem na essência.

Muito obrigada à minha família nuclear, sobretudo aos meus tios Maria Cristina e Rudimar, ao meu irmão Willians e ao meu afilhado Arthur, à minha tia Mercedes, à minha madrinha Clarice, à minha madrasta Susiane e à minha irmã Larissa pelo auxílio na minha estruturação como pessoa, por me apoiarem tanto nas questões materiais quanto nos aprendizados da nova Letícia que nasceu a partir dessa pesquisa.

Por fim, agradeço ao meu pai Wilson, meu primeiro grande amor, que demonstrou na prática que amar está longe da perfeição.

RESUMO

A presente investigação tem como objetivo analisar, por meio da autoetnografia, o estigma da gordofobia através das especificidades do ativismo gordo, articulados por meio das redes sociais, para um olhar pedagógico de transformação social. Para tal, são utilizados os estudos relacionados à Mídia-Educação e a perspectiva de Educação Ativista e Pedagogia Engajada, baseadas em Andrea Lapa e Nelson Pretto, Paulo Freire e bell hooks. O tripé educação, mídia-educação e ativismos é direcionado pelo percurso autoral e pela observação participante, estabelecendo definições de estigma, com base em Erving Goffman, e sociologia da obesidade, com base em Jean-Pierre Poulain. Também estão presentes os conceitos relacionados à polifonia de Mikhail Bakhtin, aos sujeitos da ação educativa de Miguel Arroyo e a biopolítica de Michel Foucault. Estão alicerçados neste trabalho, as teses, dissertações e produções literárias da vanguarda do ativismo gordo no Brasil, representada por Maria Luísa Jimenez-Jimenez, Agnes Arruda, Fernanda Magalhães, Denise Bernuzzi de Sant'Anna, Patrícia Nechar, Natália Rangel e Natália Figueiroa. Também é desafio dessa pesquisa falar do corpo gordo e suas associações em redes sociotécnicas, com base na Teoria Ator-Rede de Bruno Latour, e interfaces com o campo da Educação, constituindo uma voz militante transformadora. Neste percurso, faz parte deste objetivo a colaboração para a construção do campo do saber denominado Pesquisa Gorda por meio de suas vozes múltiplas, actantes e entrelaçadas. A partir da relação tridimensional aqui proposta, pretende-se oferecer reflexões sobre como a militância, a partir de um olhar educador ativista, pode ensinar a sentir, interpretar, resistir, produzir afetações e conhecimentos.

Palavras-chave: **ativismo gordo, gordofobia, educação ativista, pedagogia engajada, corpos dissidentes.**

ABSTRACT

The present investigation aims to analyze, through autoethnography, the stigma of fatphobia through the specifics of fat activism, articulated through social networks, for a pedagogical look at social transformation. To this end, studies related to Media-Education and the perspective of Activist Education and Engaged Pedagogy are used, based on Andrea Lapa and Nelson Preto, Paulo Freire and bell hooks. The tripod education, media-education and activism is guided by the authorial path and by participant observation, establishing definitions of stigma, based on Erving Goffman, and the sociology of obesity, based on Jean-Pierre Poulain. Concepts related to Mikhail Bakhtin's polyphony, Miguel Arroyo's subjects of educational action and Michel Foucault's biopolitics are also present. Based on this work, the theses, dissertations and literary productions of the avant-garde of fat activism in Brazil, represented by Maria Luísa Jimenez, Agnes Arruda, Fernanda Magalhães, Denise Bernuzzi de Sant'Anna, Patrícia Nechar, Natália Rangel and Natália Figueiroa. It is also a challenge of this research to talk about the fat body and its associations in sociotechnical networks, based on Bruno Latour's Actor-Network Theory, and interfaces with the field of Education, constituting a transforming militant voice. In this path, part of this objective is the collaboration for the construction of the field of knowledge called Pesquisa Gorda through its multiple, actant and intertwined voices. From the three-dimensional relationship proposed here, it is intended to offer reflections on how militancy, from an activist educator perspective, can teach how to feel, interpret, resist, produce affectations and knowledge.

Keywords: fat activism, fatphobia, activist education, engaged pedagogy, dissident bodies.

Lista de Figuras

Figura 1 - A mulher sempre quer emagrecer. Blog Não Sou Exposição	34
Figura 2 - acervo Projeto Conexão Escola-Mundo	71
Figura 3 - capa do livro “Não era pra ser assim”	86
Figura 4 - foto capa do evento de moda plus size em Joinville	92
Figura 5 - foto Divas do Cinema Plus 2016	93
Figura 6 - foto Vai ter Gorda na Praia Sul Campeche, 2016	94
Figura 7 - foto Vai ter Gorda na Praia Sul Tapera, 2016	94
Figura 8 - foto Vai ter Gorda na Praia Sul 2017	95
Figura 9 - foto Vai ter Gorda na Praia Sul 2017, roda de conversa	95
Figura 10 - palestra Coletivo Desencaixa no IEE, 2019	96
Figura 11 - palestra Coletivo Desencaixa no CEJA, 2022	97
Figura 12 - Tumblr canal Tá Boa Bunita	99
Figura 13 - Tumblr canal Atleta de Peso	104
Figura 14 - Print de comentários no vídeo sobre leis antigordofobia	111
Figura 15 - Print de comentários no vídeo sobre Gordofobia Estrutural	112
Figura 16 - Print de comentários no vídeo sobre Gordofobia e Saúde	113

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
Eu, eu mesma e os objetivos na gordosfera	15
O DESPERTAR	20
Especificidades	21
Historicidade	23
Pressão estética	25
Da pressão estética à gordofobia	27
Alimentação como arma política	30
Autoestima	36
Linguagem	39
Meu corpo, meu lugar de respeito	41
1. O EU COMO CENTRO DA INVESTIGAÇÃO	44
1.1 Percurso metodológico autoetnográfico	46
1.2. Polifonia em escrita	51
1.3 Somos actantes em rede	54
2. REDES PARA MÍDIA-EDUCAÇÃO, PEDAGOGIA ENGAJADA E ATIVISMO ENTRELAÇADOS PELA AUTOETNOGRAFIA	61
2.1 Corpo e espaço	67
2.1.1 Conexão Escola-Mundo	70
2.2 Corponormatividade - Herança, hegemonia e decolonialidade	73
2.3 Corpo público aprisionado	76
2.4 O famigerado IMC	77
2.5 Gordofobia	80
3. O ATIVISMO E OS GRUPOS ATIVISTAS GORDES	82
3.1. Herança: as fontes onde bebem os ativismos	83
3.2 O ativismo brasileiro	89
3.3 O Sim sou Diva	92
3.4 O Coletivo Desencaixa	97
3.5 O canal “Tá Boa, Bunita?”	98
3.6 A Pesquisa Gorda e seu campo	101
3.7 Métodos em pandemia	103
3.8 Pelo direito ao movimentar-se	104
4. POLÍTICAS PÚBLICAS E A PEDAGOGIA ENGAJADA	108
5. PENSAR UMA EDUCAÇÃO ATIVISTA	119
5. 1 Estigma e biopolítica	119
5.2. Ativismos múltiplos	124

CONCLUSÃO	126
BIBLIOGRAFIA	129

APRESENTAÇÃO

Pensar o ativismo por meio da minha própria experiência ressignificou minha forma de enxergar o próprio ativismo. Por formação, entendia a pesquisa como algo com certo afastamento do meu eu-sujeito até compreender que a autoetnografia é o que poderia balisar uma pesquisa com análise mais crível da minha militância em confluência com o ativismo gordo em si, tanto no aspecto regional quanto em termos mais amplos, e também com o campo da Educação, mais especificamente com a mídia-educação para uma pedagogia engajada.

As percepções foram descortinadas e me vi em um terreno fértil de observações participantes, testemunhando também como agente as mudanças sociais, políticas e educacionais que busco por onde passo. Porém, é fundamental explicitar as motivações da pesquisadora que mora em mim.

Fui um bebê gordo até para os padrões da Serra Gaúcha, onde crianças rechonchudas são as eleitas como saudáveis. Fui uma criança gorda, uma adolescente gorda e me tornei uma adulta gorda. Dentro dessa simplificação de trajeto, fui colocada numa clínica especializada em emagrecimento pela primeira vez aos 7 anos, fiz inúmeras dietas e regimes, alguns completamente estapafúrdios; tomei diversos tipos de medicações inibidoras de apetite, com ou sem prescrição médica, passei pela bulimia aos 17 anos e por uma depressão severa dos 25 aos 30 anos.

Não me reconhecia dentro de mim. Tinha uma imagem projetada bastante distante da real, construída a partir de memórias de revistas que folheava quando criança, programas de televisão, opiniões de parentes e amigos, filmes e, principalmente, da projeção do meu pai que, à época da minha infância e adolescência, foi proprietário de uma agência de publicidade, modelos e manequins fotográficos.

Meus relacionamentos de amizade, alguns familiares e quase todos os de afeto repetiam mentalmente as frases que ouvia das minhas tias mais velhas: “gorda assim, quem vai te querer?”. Na ânsia por ser aceita e ao mesmo tempo ter meu peso ignorado, minha mente criava mitos e minhas atitudes passivas respaldavam abusos de natureza física e psicológica.

A postura passiva não era questão de coragem e sim do entendimento internalizado de que, sendo uma pessoa gorda, não seria merecedora de um lugar de acolhimento no mundo, além de habitar um corpo provisório, visto que ser gorda deveria ser uma condição a ser

mudada a todo custo. Eu era culpada por existir assim e mais ainda por não conseguir me manter magra. Até que os grupos de ativismo gordo entraram na minha vida.

Eu, eu mesma e os objetivos na gordosfera

Antes de falar das peculiaridades da escrita, é preciso conceituar o que chamamos de “Gordosfera” dentro dos ativismos e do campo da Pesquisa Gorda. Aliás, antes disso, é preciso deixar claro que a produção de conhecimento científico brasileira já conta com um campo específico para os estudos relacionados aos corpos gordos, recorte ao qual denominamos Pesquisa Gorda, que neste trabalho poderá ser referenciada pelo título ou pela hashtag #pesquisagorda. Sobre a criação desse espaço de luta e novas epistemologias, dedicarei um capítulo na terceira parte deste trabalho. Aqui importa saber da sua existência e da sua importância não só para minha pesquisa, mas para tode¹s que desejam pesquisar corpos dissidentes.

Gordosfera é um termo que foi cunhado publicamente pela primeira vez em 2020 durante o evento #LITERAGORDA, realizado no Sesc de Rio Preto, interior de São Paulo. “O conceito apareceu numa mesa sobre o que era gordofobia, junto com a Sara Donato e o Júpi77er, do duo Rap Plus size, com mediação da jornalista Jéssica Balbino. E naquela emoção toda, a pesquisadora ativista soltou: precisamos estar e viver a gordosfera!” (JIMENEZ-JIMENEZ e ARRUDA, 2021, p. 61). Trata-se da sensação de pertencimento e representatividade, onde corpos gordos não são excluídos e sim legitimados como parte integrante e respeitável da sociedade como qualquer outro corpo.

Nesse conceito impermanente, Jimenez-Jimenez (2020) acrescenta: “Gordosfera é, nesse sentido, se sentir pertencente. Estar, apoiar e viver com outras mulheres gordas. É um estado, uma energia, uma potência. É afeto que afecta o mundo. É ser e estar no mundo gordamente.” Aproprio o conceito, portanto, às minhas próprias vivências, ao meu ativismo e à minha pesquisa.

Quando pensei em escrever sobre o ‘ser gorda’, a primeira dúvida - antes até do recorte do tema - era o método de pesquisa. Sabia que eu estaria inserida em todas as etapas, mas não estava claro como me colocaria nesse olhar.

¹ Meu trabalho pretende ser inclusivo e por isso aqui exponho meu aprendizado no uso da linguagem neutra.

Após uma sabatina com os veteranos do grupo de pesquisa Labomídia², percebi que o medo de escrever em primeira pessoa também estava relacionado ao conjunto de medos que desenvolvi desde a infância: medo de não ser aceita, de não ser suficiente, de estar sobrando no mundo, de não ser tão competente quanto esperavam que eu fosse, entre tantos outros; porque, afinal, quem é gordo desde sempre como eu aprende que somos feitos de sobras, de um corpo que ocupa mais espaço do que deveria, de uma matéria composta de nojo e rejeição, de uma provisoriedade permanente.

Sabia e sei que quero chegar nas discussões profundas sobre o estigma da gordofobia por meio de um relato autoetnográfico de ativismos gordos; assim como entrei na pesquisa consciente de que as diferenças que envolvem os movimentos ativistas no Brasil, articulados majoritariamente por meio das redes sociais, precisam aparecer nos meus escritos. O papel da militância na desconstrução de padrões e discriminações me fez pensar em como sistematizar, a partir de uma descrição experimental autoetnográfica, possíveis contribuições do ativismo gordo para uma educação crítica, inclusiva e emancipadora. Dentro de uma dos grupos dos quais faço parte, o Desencaixa³, está a socióloga e pesquisadora Natália Rangel, cuja dissertação de mestrado e demais artigos produzidos sobre ativismo gordo mexeram muito comigo, sendo definitivos para minha decisão de também produzir material acadêmico.

Com a imersão, compreendi e incluí como objetivos, **o desafio de falar do corpo, mais especificamente do corpo gordo, de suas associações em redes sociotécnicas e interfaces com o campo da Educação**. Estou aprendendo a ser afetada, como explicita Bakhtin (2003) e Latour (2012), sem ficar insensível, muda. Pelo contrário, busco a voz e multiplicidade dessas vozes que também habitam em mim.

Senti o desafio de pensar o mediar, o aprender e o educar a partir de um olhar sobre as afetações do corpo; um corpo-sujeito que pode ou não criar redes de associações no seu caminho de busca por uma educação inquieta, libertadora, autônoma: ativista. Talvez a pergunta mais atual da minha investigação seja “como a militância, como uma educação

² O Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva - Labomídia/CDS/UFSC é um laboratório de mídia e um grupo de pesquisa que tematiza as relações entre a cultura corporal e a comunicação. Fundado em 2003 pelo professor Giovani de Lorenzi Pires, o grupo desenvolve, entre outras atividades de ensino, pesquisa e extensão, a editoração da Revista Motrivivência, um dos principais periódicos do campo de Educação Física e áreas afins. Seus membros mais jovens costumam apresentar seus projetos, trabalhos de qualificação e defesa aos membros mais antigos antes da apresentação oficial. Foi na apresentação do meu projeto que recebi muitas sugestões importantes, que me possibilitaram insights definitivos para o percurso dessa pesquisa.

³ O Grupo Desencaixa será citado com mais detalhes na terceira parte desta dissertação. Aqui cabe dizer que é formado por mulheres gordas da região metropolitana de Florianópolis, com ações vinculadas ao 8M (8 de março).

ativista, pode construir caminhos para ensinar a sentir, interpretar, resistir, produzir afetações e conhecimentos?"

Por fim, e não menos importante, a ideia de **contribuir para fundamentação de políticas públicas que amparem o atendimento, a formação básica e continuada dos profissionais da saúde e da educação** me desperta uma sensação de dever cumprido e, portanto, falarei especificamente da legislação local e de algumas perspectivas estaduais e federais que envolvem os corpos e as subjetividades gordas.

Deste objetivo, nascem as perguntas do tipo: **como a educação e a escola tratam a questão da obesidade⁴ nos seus currículos e propostas pedagógicas? Ou, indo além, como o estigma do corpo gordo opera no ambiente escolar na constituição da infância e da juventude? Até onde isso impacta na edificação da sociedade e das próprias políticas públicas?**

Falar sobre o ativismo, do qual faço parte, também foi um processo. Demorei a me identificar como ativista e muito mais como pesquisadora porque, claro, o que eu fazia era bom, mas não o suficiente para ganhar o status de alguém que fizesse realmente a diferença.

Pensar a militância, o ativismo a partir de perspectivas tão nossas, incluindo o acesso – ou não-acesso – amplo às tecnologias digitais, respalda a necessidade de inserção na pesquisa como um mergulho. Há que se aprofundar, ainda que de forma parcial quando se pensa em geografia e em amostra, no ativismo gordo; olhar de perto o que quem influencia comunica, diz, representa, milita; observar como quem reproduz, recebe, se molda e transforma, por meio do que é produzido por aquelas que ocupam o lugar de fala.

Poderia pensar que bell hooks⁵ (2020) discorre utopicamente sobre a Educação, principalmente em tempos de pandemia, quando ela afirma a possibilidade latente sobre a construção de comunidades de salas de aula que produz aprendizes, tanto docentes como estudantes autônomos, “capazes de participar inteiramente da produção de ideias” (HOOKS, 2020, p. 26). Porém, opto por acreditar que é esse o caminho da Educação Libertadora, tão bem fundamentada pelo nosso patrono Paulo Freire (1967), que inclusive inspirou hooks em muitas de suas produções.

Prefiro tomar a afirmação de Buckingham (2019, p.176), que coloca violência e obesidade no mesmo patamar de males a serem extirpados, como uma crítica que o autor faz ao uso de “solução universal” da Mídia-Educação para problemas estruturais da sociedade,

⁴ Importante ressaltar que os Estudos do Corpo Gordo e a Pesquisa Gorda rejeitam esse termo por ser indiscriminadamente patologizante.

⁵ Respeita-se a grafia em minúsculo em consonância com a postura da autora, um posicionamento político que busca dar enfoque ao trabalho e não à sua própria figura e romper com conveções linguísticas acadêmicas.

lugar onde se encontra a discussão **Obesidade x Sujeitos Gordes**. Afinal, a mídia não é responsável pela obesidade, mas contribui para confirmar essa condição estigmatizante ou para rechaçar a ideia de um sujeito a ser combatido. E a escolha dessa posição - editorial, seletiva, pedagógica - também passa pelos estudos da mídia-educação.

Estive e estou em ambos os lados: milito, escrevo, participo de ações e discussões amplas, muitas rompem as fronteiras locais. Mas também sou receptora do que minhas influencers, escritoras, professoras, ativistas produzem; presto atenção à forma como elas pensam, se vestem, respondem às críticas e ataques, argumentam. Logo, observo e participo.

Segundo Freire (1978), quanto mais se investiga o pensar das pessoas unidas, tanto mais nos educamos juntos. Quanto mais nos educamos, mais evoluímos e continuamos investigando. Educação e investigação temática, na concepção problematizadora da educação, se tornam momentos de um mesmo processo.

Sendo todos sujeitos, pensar uma educação onde a diversidade seja aplicada e não apenas fique no campo das ideias pode ser uma pista que permita a criação de uma escola mais adequada com os tempos em que vivemos, onde corpos dissidentes não são um aposto e sim sujeitos ativos com equidade.

De acordo com Arroyo (2012), por tradição, os princípios e marcos legitimadores das políticas e das diretrizes educacionais produzem formas inferiorizantes de pensar os Outros. Ou seja, quando se insiste em legitimar políticas direcionadas às minorias, “está implícita ou explícita a persistência das formas de pensá-los como ainda não humanos, não iguais, não cidadãos” (ARROYO, 2012, p. 179). A pessoa gorda - ou sujeito gordo - é pensada como um sujeito, no mínimo, não igual. Discrepante.

O corpo gordo é um incômodo social e também um incômodo acadêmico, passível de vigília e controle legitimados pela lei. Foucault (2010) explicita a passagem de uma “força” individual, a qual se convencionou chamar **disciplina**, para uma força massificante de regulamentação, a **biopolítica**.

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica (FOUCAULT, 2015, p. 144).

Em Florianópolis, existe uma lei desde 2011⁶, da qual falarei na parte 4 deste trabalho, que explicita com clareza a necessidade do controle sobre os corpos gordos desde a tenra

⁶ Lei Ordinária 8.500/2011, revogada pela Lei 10.482/2019 (que reafirma seu poder): <https://leismunicipais.com.br/a2/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2011/850/8500/lei-ordinaria-n-8500-2011-institu-i-a-semana-de-prevencao-e-controle-da-obesidade-e-de-suas-consequencias-no-municipio-de-florianopolis-2019-01-09-versao-compilada> Acesso em 14/02/2022, às 12h32.

infância e relaciona essa vigília e esse controle com a escola. Essa lei é uma das milhares que existem no Brasil em âmbito municipal, estadual e federal baseada na biopolítica, e não na dignidade e no respeito às individualidades.

O Portal do Ministério da Educação possui duas páginas inteiras de artigos⁷ dedicados ao combate à obesidade, seja de forma direta ou relacionados a melhorias da alimentação infantil, sedentarismo e outras vinculações que reforçam o equívoco de linkar a doença ao corpo gordo; e, principalmente, de que o corpo gordo é um corpo que precisa ser combatido, eliminado.

Portanto, valorizar a ciência que se propõe a investigar suas reais patologias, bem distantes das pré-condenadas ao limbo pelas ciências estabelecidas - medicina e suas adjacências - é um ato de rebeldia e de resistência. Resignificar a leitura sobre o corpo gordo como um corpo invisibilizado, vítima de higienização, é tarefa que está sendo construída há algumas décadas em alguns países, porém muito recentemente no Brasil, por meio de teses e dissertações de pesquisadoras como Denise Bernuzzi de Sant'Anna (PUC-SP), Fernanda Magalhães (UEL), Natália Figueiroa (UFBA), Natália Rangel (UFSC), Bárbara Amorim (UFSC), Malu Jimenez (UFMT), Agnes Arruda (Unip), Patrícia Assuf (PUC-SP). Ainda somos chamadas de obesas e obesos, termo que só reforça a patologização do corpo gordo, mascarando suas verdadeiras lutas - acessibilidade e respeito.

Receber o acolhimento de um orientador-pesquisador de formação na Educação Física, me obrigou a olhar pelo lado avesso às minhas concepções e até preconceitos iniciais. Ser inserida de forma equânime num laboratório que estuda as relações entre corpo, cultura de movimento e mídia, abriu um olhar que não imaginava possível para uma pessoa gorda⁸.

Então, com a ajuda de muitos que passaram e estão em meu caminho - gordos e não gordos -, ousei me colocar em primeira pessoa, ousei apresentar uma pesquisa de observadora participante e ousei estar presente na academia, compondo um novo saber transdisciplinar relacionado à antigordofobia. O ativismo gordo só existe porque a gordofobia precisa que pessoas lutem contra ela.

⁷ <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/obesidade> Acesso em 11/02/2022, às 14h36.

⁸ Passei a fazer parte do Labomídia/CDS/UFSC em agosto de 2019.

O DESPERTAR

Quando decidi voltar para a academia, 20 anos após o trauma de um término que nunca aconteceu no primeiro mestrado que cursei na Universidade de Brasília, queria que fosse muito mais do que uma investigação. Queria que suprisse as lacunas de um abandono involuntário e, mais do que isso, que fizesse sentido para mim de forma ampla, como cientista, como cidadã e como mulher que tem na sororidade e na empatia as direções de suas escolhas e dos seus discursos cotidianos. Antigordofobia numa perspectiva decolonial.

Foi então que conheci a música “Triste, louca ou má”, de 2016, da banda musical Francisco, El Hombre, de autoria da única mulher do grupo na época, Juliana Strassacapa; um ícone de resistência também para mulheres gordas. Uma espécie de arte interpretativa da inquietação diante dos enquadramentos sociais aos quais as mulheres são submetidas desde a infância.

O videoclipe oficial da [música](#), gravado em Havana, Cuba, mostra mulheres de corpos diversos, predominantemente gordas, que manifestam a vontade de ser o que são, o que seria simples, não fosse o estigma social relegado a nós. A canção feminista coloca o ativismo numa perspectiva também política e, apesar de não ser objeto central de análise deste trabalho, é importante frisar que a militância gorda brasileira caminha para uma perspectiva decolonial, bastante firmada nos conceitos de Françoise Vergès (2019) sobre o feminismo na América Latina, com semântica caracterizada pelo enfrentamento da colonialidade do poder que, mesmo após a independência de territórios colonizados, persiste como legado da modernidade, do racismo e do capitalismo.

Juliana Strassacapa traduz a inquietação da mulher gorda pelo direito de existir sem ser taxada como menos, como louca por querer amar um corpo fora do padrão, por não ser fracassada como a sociedade espera que uma mulher gorda seja. A arte condensada em música e videoclipe é um soco no olho do estigma do nojo, do flagelo e da incompetência.

Fui exposta à música ao mesmo tempo que ao videoclipe. Desde que assisti a primeira vez, foi uma emoção arrebatadora, como se alguém pudesse ter traduzido até o que eu não conseguia expressar. Por esse motivo, incorporei o ícone do “despertar” ao meu texto, relacionando com “Triste, louca ou má”; um trabalho muitas vezes duro, de análises e exposições pessoais, de embates e argumentações cansativas, de cancelamentos virtuais, de derrubada de conteúdo, para que a leveza da arte firmasse o conceito da antigordofobia tão

necessário nesta etapa do ativismo gordo a mim como pessoa e ao coletivo militante. Ela fala de mulheres que, nas sociedades modernas, sempre foram minorias, não importa quanto do censo representam; fala de pessoas pretas, de pessoas gordas, de etnias nativas, também marginalizadas como minorias.

Nesta direção, Rangel (2018) explica que minorias são consideradas como existindo na fronteira social, ou mesmo fora dela.

A situação de uma minoria é a situação de um grupo ao qual foi negada autonomia e responsabilidade, que não tem a confiança, nem é reconhecido por outros grupos. Tal grupo não se reconhece nos sistemas existentes de poder e crença e ele não representa tal sistema para ninguém (RANGEL, 2018, p. 56).

Na luta que firmamos, como minoria-maioria, estamos abrindo um campo de conhecimento, introduzindo elementos novos de olhares sobre corpos diversos e, por consequência, ainda carecemos de poder e porque não dizer de competências suficientes para estabelecer novos paradigmas. As competências estão surgindo e no trajeto não faltará quem nos taxe de loucas, más, ‘apologistas da obesidade’, tristes, fracassadas, invejosas. Só o que queremos é existir com respeito e dignidade.

Especificidades

O corpo feminino é um corpo público porque foi vinculado a padrões de beleza nas sociedades mais diversas. É uma espécie de passe que a mulher tem para a saúde, a riqueza, as oportunidades, a construção de identidades. Estamos fadadas a pré-julgamentos que nos enquadram o tempo inteiro desde que nascemos.

Olhando para o corpo gordo, podemos entendê-lo como um corpo docilizado ao longo do último século, principalmente. O processo de adestramento dos corpos gordos tem relação com os resultados que isso trará aos interessados; no caso, o biopoder. Foucault (2009) afirma que a disciplina é um tipo de poder onde os indivíduos se tornam meros objetos e, ao mesmo tempo, instrumentos do seu próprio exercício. Logo, o poder disciplinar busca “adestrar” as “multidões confusas e inúteis de corpos” para produzir uma massa de pessoas obedientes... e magras.

Para o autor (2009b, p. 164 *apud* PERI e FURLAN, p. 03), são três os instrumentos responsáveis pelo sucesso do poder disciplinar: “o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame”. Lembrando que os carrascos de antes foram substituídos pelos médicos, psicólogos, policiais, nutricionistas,

professores de educação física e também, pelos educadores da escola básica e autores infantis de livros do tipo “A dieta de Jorge”⁹. Ou seja, aquele que detém e representa o poder dociliza por meio da punição, da vigília e do senso de ordem vigente.

A esse entendimento de corpo público em padrões de beleza, somado ao corpo gordo docilizado, podemos fazer uma ponte estreita para o conceito de pressão estética. Afinal, em uma sociedade que entende o corpo como resultado de disciplina, da vontade e das escolhas individuais, manter as mulheres inseguras é uma forma de manter o controle sobre elas.

[...] talvez a ditadura da beleza imposta sobre as mulheres seja a engrenagem sexista que mais sutilmente nos destituiu de poder. Em primeiro lugar, porque coloca como o ideal mais importante de nossas vidas algo que é subjetivo, variante e efêmero. Em segundo lugar, porque arranca de nós tempo, energia e recursos que poderiam ser utilizados em outras ocupações e melhoramentos pessoais mais importantes. E por último, mas não menos importante, porque cria seres inseguros, de baixa autoestima e eternamente dependentes de aprovação externa. O coquetel perfeito para a submissão. (VASCOUTO, 2019, p.02)

Estava “tudo bem” até que nós resolvemos reivindicar o poder sobre nossos corpos. Outros modos de coerção começaram a surgir: consumo por dietas em série e seus consequentes transtornos alimentares, cirurgias plásticas, medicações que prometiam milagres para manter o peso, moda excludente, procedimentos estéticos de toda natureza:

Pesquisas recentes revelam com consistência que, no mundo ocidental, entre a maioria das mulheres que trabalham, têm sucesso, são atraentes e equilibradas, existe uma “subvida” secreta que envenena nossa liberdade: impregnada de conceitos de beleza, ela é um escuro filão de ódio a nós mesmas, obsessões com o físico, pânico de envelhecer e pavor de perder o controle. (WOLF, 2019)

Uma nova forma de aprisionar é reforçar a competição entre as mulheres por meio da sua própria forma física enquadrada em padrões quase sempre inatingíveis para a maioria.

A depender de como o corpo feminino é enaltecido na época vigente, causará boa ou má impressão, até porque houve uma época em que corpos grandes eram os mais vistosos, saudáveis e requintados, justamente porque eram corpos com acesso à alimentação (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020). Era preferível armazenar do que não ter de onde tirar. Sem falar do tamanho dos quadris, passado de geração a geração como qualidade de um corpo feminino saudável porque se associou a ele a capacidade ampla de gestar; elogiar uma mulher também era afirmar sua característica de excelente parideira. (SANT’ANNA, 2016).

O século XX consolidou o corpo magro como o novo auge da beleza ao associar, já nas décadas de 1920 e 1930, a opulência com doenças graves e sem cura. De acordo com

⁹ Livro de 2009 escrito pela mestre e doutoranda em Educação e Saúde, Márcia Honora, com indicação para crianças a partir dos 4 anos, e texto repleto de gatilhos que associam gordura à preguiça e aos maus hábitos alimentares e sedentarismo, além de ter como tema central o “combate à gordura”, vinculando emagrecimento ao sucesso e à beleza.

Sant'Anna (2016), foi um período de invenções nas maneiras de entender o significado da gordura ou da ausência dela, onde surgiram concursos de robustez infantil até a difusão de balanças e a consequente banalização dos regimes para emagrecer, mais recentemente com a midiática de milhares de casos de obesidade e anorexia.

A questão é que as necessidades nutricionais da nossa espécie não se enquadram em uma dieta única ideal, sequer numa gama de dietas desenvolvidas para grupos já que a sobrevivência humana e sua singularidade estão diretamente ligadas à variedade da nossa alimentação. Isso sem falar que comer sempre esteve culturalmente ligado a celebrar, aos rituais de passagem de cada etnia, de cada crença. “Alimentar-se é um ato ao mesmo tempo fisiológico, emocional, psíquico, social e cultural”. (VIANNA, 2018, p.97)

Sociedade lipofóbica; competição nas redes pelo posto de quem mais se exercita, ainda que seja como punição; imagens de ‘antes’ e ‘depois’ pipocando na linha do tempo; estímulo às cirurgias bariátricas e procedimentos cirúrgicos estéticos com pouco ou nada de critério; indústria da alimentação fitness investindo pesado em todas as mídias; moda excludente e segregacionista seja por tamanhos, seja pelos “esconderijos” das seções de lojas de departamentos onde estão presentes ou seja pelos preços; campo nutricional confuso e obtuso; currículos pedagógicos que confundem políticas educacionais para a diversidade com sujeitos menos humanos; medicina ainda pactuada com o biopoder - essas e outras características formam o ambiente perfeito para que a gordofobia continue sendo estrutural e gere mais frutos e maneiras de permanecer crescendo, ainda que de forma velada em alguns casos.

Qualquer comentário sobre hábitos alimentares, por exemplo, desencadeia, em geral, uma tagarela, bizarra e infantilizada competição sobre quem faz mais exercícios, quem come menos gordura; quem é capaz de perder mais quilos em menos tempo; quem deixou de fumar há mais tempo; quem ingere mais vegetais, alimentos e fármacos naturais etc. Em paralelo a isto, todo consumo de comidas com alto teor calórico é precedida de verdadeiros atos de constrição e rituais preventivos de expiação da falta a ser cometida. Os que não aceitam jogar o jogo são vistos como problemáticos do ponto de vista emocional, já que se entregam, sem escrúpulos, à autodestruição física e moral. Afinal, pensamos que, sem a boa forma, não teremos oportunidade alguma de ser vencedores. O mal do século é o mal do corpo (COSTA, 2004, p. 199).

Historicamente

A história do corpo não é linear e, no Brasil, ela é ainda mais confusa. Porém, de acordo com Sant'Anna (2016), a aversão ao corpo gordo vem de muitos séculos, sendo o termo obesidade registrado pela primeira vez no século XVII por Tobias Venner. Porém,

naquela época, a magreza era associada à escassez e a penúria, enquanto a gordura, embora já relatada como doença, era associada à fartura e à beleza.

Por essa razão, Fischler (2001) salienta a associação entre ser gordo a ser desleal ou violento, sempre numa condição depreciativa, negativa. Partindo do pressuposto de que o corpo é atravessado pelas construções sociais, o sociólogo francês investigou as nuances da obesidade e suas representações, lembrando que o excesso de peso sempre esteve relacionado com a capacidade de obter alimento, fosse essa capacidade decorrente da maior força física ou mesmo fruto de violação das regras de divisão dos mantimentos. Portanto, a aura que recai sobre a pessoa gorda sempre será negativa.

Sant'anna (2005), em seu percurso de investigação histórica, chama atenção ao fato de que corpos musculosos ocupam um espaço antes do corpo gordo na modernidade:

Com o progressivo aumento da expectativa de vida, menos do que perder peso, muitos brasileiros quiseram ganhar massa muscular, definir contornos, destruir qualquer traço de flacidez evocador de alguma velhice. Além disso, em plena era de valorização dos regimes emagrecedores, uma avalanche de estímulos para “comer bem” invadiu a publicidade e os meios de comunicação de massa, transformando os mais variados tipos de comida em vedetes espetaculares da mídia contemporânea. Saber cozinhar virou um capital inestimável, ao lado de uma fotogenia insistente de pratos coloridos, de chefs charmosos e bem-sucedidos. E, ainda, nem sempre o receio de engordar tendeu a ser maior do que o temor de emagrecer. (SANT'ANNA, 2016).

Com a pandemia de Covid-19, percebe-se a história do corpo no Brasil sendo reescrita, infelizmente ainda em bases lipofóbicas¹⁰. Uma sociedade que condena a pessoa gorda ao encaixe de transgressora e moralmente culpada por ser fracassada (FISCHLER, 1989), um ser incapaz e incômodo; uma sociedade que teme a gordura mais até do que a morte.

A vigilância do corpo alheio ganhou outro status, misturando-se com os imperativos de higiene e controle epidêmico. Um dos comentários sobre o vídeo do canal Tá Boa Bunita¹¹ que trata da pandemia diz: “não adianta brigar coma a realidade ! sobre peso ja esta afetando pessoas com covid ! obesidade é sim fator de risco até sem covid ! quantos velhos obesos passando dos 60 tu ve ? (sic)”. É como declarar a cada pessoa gorda que é tarefa dela emagrecer para ajudar a conter a pandemia.

¹⁰ O medo de engordar é quase ou maior do que o medo de morrer, evidência escancarada durante a pandemia do COVID19 -

<https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/o-medo-de-engordar-em-tempos-de-covid-19>

¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=UWhK3vzRp5Y&t=3s> Acesso em 27/06/2021

Neste contexto, Silva (2020) relata que essa vigilância, frequentemente disfarçada de memes e piadas, não pretende constatar como e se o outro está de fato higienizando suas mãos com água, sabão e álcool em gel, se está utilizando máscaras ou luvas, “mas como e quanto esse corpo confinado está se movimentando dentro das paredes de sua própria residência” (SILVA, 2020, p.02).

É fundamental que todos deixem suas ansiedades, medos, angústias e o constante estado de alerta que uma pandemia provoca para se preocupar em manterem-se magros. Vivemos dias de adoção de dietas restritivas, numa obsessão em como se relacionar com a comida e de como o outro se relaciona com ela. A pandemia outorgou direitos de observância ao prato alheio. “Como se o medo de engordar fosse maior do que o de morrer, e como se engordar fosse mais contagioso do que o coronavírus”. (SILVA, 2020, p. 04).

Pressão estética

As décadas de 1960 e 1970 foram decisivas para tirar a mulher de casa e, então, a pressão estética se revelou em todos os seus tentáculos capitalistas.

Existem muitos conceitos de pressão estética e aqui escolhi o da jornalista e criadora de uma dos principais eventos de moda plus size do Brasil, Flávia Durante: “Pressão estética é uma pressão social difundida majoritariamente pela mídia, que leva as pessoas a se sentirem insatisfeitas com seus corpos, sempre procurando se encaixar em um padrão (e esse padrão é magro)”. (DURANTE, 2018, p.01)

Quando se diz a uma criança, por meio de uma publicação didática lúdica, que “Jorge era um jacaré que mora no zoológico, que adora comer um pouco a mais e não gostava de fazer exercícios físicos; e que toda aquela preguiça estava se acumulando na barriga de Jorge” (HONORA, 2009, p.04), se apresenta a ela a pressão estética como base para a gordofobia legitimada por meio da associação da gordura e da barriga com a preguiça. Afinal, ter barriga é algo imperdoável para quem quer ter uma vida boa, bela e saudável.

Ao passo que mulheres foram abrindo caminhos no mercado de trabalho e naturalmente começaram a exigir acesso ao poder, a estrutura capitalista recorreu ao mito da beleza para prejudicar de modo substancial o progresso das mulheres, lembrando que por bastante tempo tivemos o ofício de formação de normalistas quase exclusivamente voltado às mulheres (HAHNER, 2010, p.325). Tal mito da beleza se entranhou, portanto, nas esferas sociais por meio do biopoder, inclusive quando se pensa em diretrizes curriculares (vide o exemplo do livro infantil destacado acima).

Arroyo (2013) salienta que as tensões de conformação das identidades profissionais que acontecem nas salas de aula não são tanto entre o ser ensinante e o ser educador, mas a tomada de consciência de que ensinamos como gente a alunos que são gente.

Em todo processo de ensinar-aprender entramos mestres e alunos com nossa condição humana, com nossas culturas, valores, medos, traumas, vivências, esperanças, emoções. Este é um dos avanços mais radicais em nossas identidades profissionais. Mas nos são dadas condições de trabalho para assumir essas identidades profissionais? (ARROYO, 2013, p. 28)

Vou mais longe e questiono o quanto os currículos escolares estão sendo claros quando apresentam os conceitos de diversidade para professores, educandos, famílias e sociedade, quando o que percebemos na prática é uma base equivocada na gênese, transmissora e perpetuadora não só da pressão estética, mas da gordofobia e outras exclusões e discriminações.

Para ir mais a fundo, voltando à atuação sobre os corpos femininos, “o mercado de trabalho refinou o mito da beleza como uma forma de legitimar a discriminação das mulheres no emprego” (WOLF, 2019, p. 40). A beleza passou a ser uma forma simbólica de moeda. No momento em que as mulheres escapavam da negociação em torno da sexualidade e procriação, típicas do casamento, e que envolvia sua dependência econômica, elas dão de cara com um sistema quase idêntico de permuta, onde o reforço da competição entre elas próprias minava o seu poder.

A pressão estética, pela qual todes passamos ao longo da vida, ganha ramificações firmadas na idade, no comportamento, no biotipo, na forma de se comportar e se vestir, também relacionadas ao mercado de trabalho e ao sucesso dessas mulheres. Apesar de tudo isso, continuamos a ressaltar, quando uma menina nasce, que ela é linda, enquanto falamos a um menino que ele é forte, saudável, esperto; frases repetidas na infância e interiorizadas na adolescência. Logo, o objetivo maior de uma mulher, por mais inteligente e bem-sucedida profissionalmente que ela seja, é ser bonita. Bonita para os padrões sociais vigentes, bonita para seu campo de trabalho, bonita para seu círculo social, bonita como sinônimo de aceitação e de sucesso.

Lembro bem que, quando eu era criança, achava minhas dobras de gordura tão gostosas de pegar, porém fui convencida de que eram dobras que me enfejavam e precisavam ser eliminadas. Apesar de eu não entender essa normativa, entendi que precisava me enquadrar e cedi à pressão da “caixa estética” vigente.

Consegui me encaixar algumas vezes e tantas outras não. Passei a vida ouvindo a célebre frase “tu tens o rosto tão bonito”.

De um entrave social legitimado (pressão estética) a um preconceito estrutural e letal (gordofobia), a pressão estética deu à luz à gordofobia, que também herdou do biopoder a capacidade de ditar regras e eleger o certo e o errado na existência; o são e o doente apenas pelos conceitos de “ser gordo” e “ser magro”.

A pressão estética nos obriga a ter os cabelos do *outdoor* daquela marca, as unhas sempre feitas, os pelos raspados ou depilação definitiva, cintura definida e quadris avantajados, sobrancelhas pigmentadas e ‘limpas’, pernas torneadas, seios fartos, porém empinados para acima da linha natural, pele clara e lisa, livre de manchas, semblante jovem, corte de cabelo atual, barriga chapada. Ah, a barriga chapada me escravizou a vida inteira porque, mesmo num tempo onde consegui ser magra, continuava tendo barriga e isso era inadmissível tanto para o jacaré da história infantil quanto para o mulherão que eu almejava ser, que eu fui convencida a ser:

Enfim, parece que nosso corpo nunca chegará a ser aceito e aplaudido pela padronização do corpo belo e saudável na concepção da sociedade capitalista contemporânea. São tantas exigências que, cada vez mais, é impossível chegar a ter uma beleza que passe pelo termômetro social; e ficar satisfeito com o próprio corpo, seguindo o que é imposto por esta sociedade a respeito de um corpo belo, saudável e alegre, passa a ser praticamente ineficaz. Não lograr essa conquista é estar fora dessa padronização, o que acaba levando a uma cobrança social por não se encaixar no tipo de corpo considerado culturalmente o “melhor”. (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020, p. 137)

De acordo com Jimenez-Jimenez (2020), a mulher sofre uma maior cobrança pelo ideal de beleza, contudo, a mulher gorda sofre ainda mais, já que o corpo gordo, numa sociedade que valoriza a magreza, será sempre estigmatizado como feio, doente, sujo.

Da pressão estética à gordofobia

Existe uma relação direta entre a pressão estética e a gordofobia, como se esta fosse a potencialização de um monstro que norteia a mídia, as relações sociais e as políticas públicas. Enquanto a pressão estética é uma praga que assola as pessoas em geral, sobretudo mulheres, a gordofobia é uma chaga que atinge exclusivamente as pessoas gordas, desumanizando-as e negando a elas direitos e acessos. Gordofobia contém pressão estética, mas a pressão estética não necessariamente contém a gordofobia por esta ultrapassar a barreira do subjetivo e ter se tornado uma discriminação concreta.

Uma das saídas frequentemente apontadas para diminuir estes e outros preconceitos é a mídia-educação. Porém, quando se pensa na mídia-educação como solução para problemas estruturais, há que se considerar o papel que ela desempenha neste fluxo.

Kellner e Share (2008)¹² falam sobre a responsabilidade da mídia-educação em uma crítica ao papel que atribuem a ela. Aqui me aproprio dos conceitos desenvolvidos por eles aplicando às discriminações que perpassam os corpos e os sujeitos gordos.

Os autores falam em alfabetização crítica da mídia, apresentando seu potencial de compreensão da ideologia, do poder e da dominação, “desafiando noções relativistas e apolíticas de grande parte dos que trabalham com educação midiática e orientando professores e alunos a compreender como o poder e a informação estão sempre relacionados” (KELLNER e SHARE, 2008, p. 702).

Não há como pensar em uma educação libertadora - livre de pressão estética, gordofobia, racismo, transfobia, homofobia, etarismo, capacitismo - se professores e alunos não forem abarcados, desde o início dessa relação de discente e de docente, em constante formação, às noções de audiências ativas no processo de construção de significado, como uma luta cultural entre leituras dominantes, leituras de oposição ou leituras negociadas (Ang, 2002; Hall, 1980 apud KELLNER e SHARE, 2008, p.703).

Pela visão de Kellner (2004), a alfabetização crítica da mídia constitui uma crítica às tendências atuais de abordagem da alfabetização e um projeto político pela mudança social democrática, que inclui um questionamento crítico multiperspectivista da cultura popular e das indústrias populares; além das questões de classe, raça, gênero, sexualidade e poder, a fim de promover a produção de mídia alternativa anti-hegemônica.

A mídia e a tecnologia da informação e comunicação podem ser ferramentas de poder quando as pessoas geralmente mais marginalizadas ou mal representadas na mídia corrente recebem a oportunidade de utilizá-las para contar suas histórias e expressar suas inquietações. Para os membros do grupo dominante, a alfabetização crítica da mídia oferece uma oportunidade de envolvimento com as realidades sociais que a maior parte do mundo está experimentando. (KELLNER e SHARE, 2008, p. 712)

Na análise de muitos teóricos do campo da mídia-educação, as tecnologias da comunicação são ferramentas poderosas que podem libertar ou dominar, manipular ou esclarecer, e é vital que os educadores ensinem seus alunos a usar e analisar criticamente esses tipos de mídia (Kellner, 2004), inclusive para não incorrer no erro de pegar para si a responsabilidade sobre a existência de problemas estruturais como a violência, as drogas, as doenças sexuais epidêmicas e as discriminações estruturais como a gordofobia. Os alunos

¹² Li esse texto pela primeira vez há mais de 10 anos, quando era professora universitária. Agora, revisitando, sua potência ganhou mais clareza e aplicabilidade.

precisam compreender que não estão sós no processo, mas também que possuem responsabilidade sobre sua manutenção ou combate.

Para que se perceba a libertação de chagas sociais como a pressão estética e, conseqüentemente, da gordofobia, as diferentes abordagens sobre a educação midiática não devem ser encaradas como modelos pedagógicos rígidos e sim como pontos de referência interpretativos, a partir dos quais os educadores podem estruturar seus objetivos, interesses e estratégias. “A busca pela alfabetização crítica da mídia é importante para identificar os elementos e objetivos necessários para a boa pedagogia midiática” (KELLNER, 2004, p. 36).

A pandemia nos colocou em *xequê* com a realidade (e a necessidade) das aulas online e a prática de novas formas de educação e difusão, ao mesmo tempo que escancarou a realidade da gordofobia legitimada. Portanto, não temos escolha a não ser levantar a própria frente de estudos. “As sociedades contemporâneas criam os obesos, mas não os suportam” (Jean Trémolières, 1975 apud POULAIN, 2013, p.33).

Industrialização dos alimentos, impactos significativos na agricultura, com incentivo ao uso de agrotóxicos em excesso; lojas de *fast foods* explodindo pelo mundo, competição no mercado de trabalho acirrada, tornando a força de trabalho tão competitiva como se fosse uma máquina. Resultado: má alimentação, pouco exercício também pela escassez de tempo, alimentação hipercalórica e nutricionalmente pobre, qualidade de vida decrescente em imposições estéticas crescentes. A insatisfação pessoal alimenta o sistema.

Em tempos de pandemia, o comer virou um gatilho para o estado de alerta constante de todos. Mesmo sem os tempos de deslocamento nos períodos de lockdown, experimentamos novas formas de opressão à força de trabalho e, conseqüentemente, à manutenção da precariedade que mantém os corpos sob vigilância (FACHIM, 2022).

Falar sobre alimentação saudável num país como o Brasil, onde o agronegócio derruba tudo o que vê pela frente - de árvores a conceitos - acaba também por ser um imperativo com predisposição à gordofobia justamente porque exclui, segrega e amplia o abismo entre as classes, sobretudo a de pessoas gordas periféricas.

Um bom exemplo de gordofobia escancarada foi o ensaio-manifesto realizado pela fotógrafa e ativista Juliana Queiroz e a filósofa e ativista Malu Jimenez no final de 2021. O ensaio, intitulado "Envenenada", mostra o corpo nu de Malu vestindo apenas uma máscara de oxigênio para filtragem de gases tóxicos. O cenário escolhido foi um dos milhares de latifúndios de plantio predatório do Mato Grosso, local de residência de ambas.

Como efeito, Juliana Queiroz, que é uma mulher magra, sofreu ataques, porém muito mais comedidos. Já Malu Jimenez sofreu ameaças de morte entre campanhas de difamação

social e nos ambientes de ensino onde ela é professora. Foi boicotada, xingada, desprezada, ridicularizada e teve sua vida achincalhada por se colocar como mulher não-jovem gorda em perspectiva de crueza para uma obra de arte. O ambientalista e escritor Ailton Krenak saiu em sua defesa, o que despertou o apoio nacional em torno da denúncia envolvida: o poder destrutivo do agronegócio. Apesar de seu gesto de apoio ser importante para dar voz à causa, também reverberou em mais ataques gordofóbicos à artista, já que Krenak conta com uma rede de seguidores bastante substancial. A repercussão é quase sempre uma faca de dois gumes.¹³

O episódio demonstra o quanto certos pares de injustiça se entrelaçam para seguir na estrutura de uma sociedade segregacionista. Agronegócio e gordofobia fizeram e fazem um par de raízes profundas na manutenção do *status quo* das desigualdades.

Alimentação como arma política

Já foi dito anteriormente que a alimentação não pode ser reduzida a uma simples reposição de nutrientes para o funcionamento corporal e perpetuação da vida. Ela carrega multiplicidade de sentidos para os diferentes tipos de etnias e religiões, e por que não dizer que é uma das maiores razões de poderio econômico, esforços diplomáticos e também dos conflitos entre as nações.

O papel das dimensões sociais da alimentação nas diferentes etapas da transição epidemiológica da obesidade é analisado por Poulain (2013) levando em conta três aspectos principais: os progressos agronômicos da Europa do século 17 que iniciaram uma base alimentar “suficiente” para o contingente demográfico; o aparecimento e os progressos da medicina experimental com o “nascimento da medicina clínica” (Foucault, 1963); e a organização da linha de produção graças ao desenvolvimento dos meios de transporte e das linhas comerciais para redistribuição alimentar.

Nesse contexto, é importante ressaltar o paradoxo que se firmou entre impulso demográfico e empobrecimento da ração alimentar que distingua a dimensão energética (potencial energético do alimento) da dimensão qualitativa (micronutrientes, proteínas, lipídeos, carboidratos).

¹³ Os ataques à Malu Jimenez provocaram uma onda de postagens e eventos em torno da discussão sobre gordofobia e as estruturas sociais e políticas vigentes. O Grupo Pesquisa Gorda promoveu um encontro aberto e nacional com a leitura do texto “Gordofobia na Escola: Lute como uma Gordinha”, de autoria da artista e da educadora Cláudia Reis. Após o evento, uma moção de apoio à artista e pesquisadora, que é uma das fundadoras do Grupo Pesquisa Gorda, foi aberta de forma pública para colher assinaturas que respaldem as ações judiciais em andamento.

Admitir a prioridade da oferta energética sobre a qualidade da ingestão de nutrientes, a curto prazo, como é sugerido pela nutrição (ZIEGLER, 2000, a e b), não impede que uma melhoria da ingestão energética possa coabitar com uma degradação da ingestão qualitativa. Assim sendo, em certos casos, a transição é acompanhada pela redução da diversidade alimentar determinada pela especialização agrícola. (POULAIN, 2013, p. 55)

Quando se aumenta a disponibilidade energética e se reduz a diversidade de oferta de alimentos com macro e micronutrientes, se encontra um caminho para o empobrecimento e a degradação da manutenção da vida e das culturas. Ao contrário da escassez de alimentos experimentada nos séculos 17, 18 e 19 (conforme a região macropolítica), que determinava quem tinha poder nas sociedades, passa-se a ter outro tipo de controle e poder: o de ter acesso à diversidade de alimentos (POULAIN e ROUYER, 1987).

Interessante perceber que, numa fase além das descritas na base analíticas por Poulain (2013), chamada de “enquadramento das doenças degenerativas”, o desenvolvimento dos conhecimentos sobre nutrição e sua difusão puderam participar do conhecimento e da prevenção das doenças degenerativas. O autor cita o caso da osteoporose e do câncer de cólon do útero. “A difusão do conhecimento da função do cálcio, fósforo e vitamina D, principalmente para mulheres, e o papel desempenhado pelas fibras, faz parte desta “domesticação” (POULAIN, 1998 a, p. 56)). E desde então associa-se o estado de saúde à magreza, entendendo que ser magro é gozar de boa saúde.

Fischler (1979) e Poulain (2013) colocam a obesidade numa classificação de sociopatia como consequência de uma série de transformações de práticas alimentares e do ambiente social da alimentação. A análise de ambos os autores sobre transição alimentar, controle político e social mereceria uma dissertação. Aqui, utilizo os conceitos mais genéricos de ambos, mesmo com risco de críticas por ser uma interpretação macrossocial de uma determinada relação histórica, sem nuances de diferenciação social, justificando minha escolha por meio da conclusão de que são olhares profundos sobre o processo de construção da obesidade.

Rangel (2018) faz uma análise sobre o impacto sociológico e político local mais recente dessas mudanças sobre nossos corpos. Desde a Revolução Verde, no fim da década de 1960, ocorreram mudanças na produção agrícola, reforçadas nos anos de 1990 e agora impregnadas de ações pró pesticidas e desmatamento nesse governo. O uso extensivo de irrigação, insumos, criação de sementes geneticamente modificadas, aumento da maquinaria e diminuição nos custos da produção, apesar de ampliar as capacidades de produção, trouxeram problemas relacionados à qualidade dos alimentos, geralmente com alto nível de

agrotóxicos e ligada ao latifúndio e à monocultura, que depois de alguns anos, causam danos ao solo, geralmente o esterilizando (Machado; Machado Filho, 2014 apud RANGEL, 2018, p.22).

País cada vez mais urbanizado, hábitos diferentes, alimentação mais nociva pelo distanciamento entre quem produz e quem consome. Gorduras saturadas, sódio, estabilizantes, emulsificantes e conservantes tomam o lugar do perecível e do fresco. Da transição nutricional descrita na literatura por Larsen e Popkin (2014) à Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), o arroz e o feijão dão lugar aos lanches, pizzas, salgadinhos, refrigerantes e doces processados. Tudo para deixar o brasileiro mais disponível como força de trabalho maleável às necessidades do mercado e ao mesmo tempo repleto de incertezas, com laços sociais cada vez mais frágeis (Sennett, 1999 apud RANGEL, 2018, p. 23).

Por outro lado, a obsessão pela alimentação saudável rompe a barreira do razoável com as redes sociais. As dietas malucas ganham novas roupagens e as fotografias dos pratos das celebridades, sempre coloridos e repletos de alimentos orgânicos, aumenta o abismo entre a ficção e o privilégio, e a realidade da maioria das pessoas, incluindo e principalmente as gordas.

Além disso, mesmo que uma pessoa gorda se alimente bem, num esforço dobrado diante de todos os cenários coletivos e individuais, isso sempre será fator de desconfiança já que uma alimentação saudável está para uma pessoa magra (POULAIN, 1998) assim como alimentação do tipo *junk food*¹⁴ está para pessoas gordas; independentemente de não existir nenhuma relação concreta que justifique esse imaginário coletivo reforçado pela mídia.

Todas as vezes que algum *hater*¹⁵ comenta em algum vídeo onde falo sobre alimentação, na seção Gordosfera do canal “Tá Boa Bunita?”, em quase todos os casos a pessoa ignora as minhas ponderações e meus argumentos, colando links que falam de alimentação saudável e exercícios ou relacionando o Índice de Massa Corporal (IMC) ao comer “porcarias” e a ser sedentário. Ou seja, por mais que existam muitos influenciadores gordes que demonstram nas redes diariamente que sua alimentação é saudável, que praticam exercícios com regularidade (alguns são atletas profissionais e vivem de suas atividades físicas), esse fato é ignorado como se fosse uma fábula. É a construção do imaginário das subjetividades gordas desde a tenra infância.

¹⁴ Junk food é uma expressão em inglês para alimentação inadequada, sem qualidade.

¹⁵ Hater é uma expressão em inglês para alguém que dissemina ódio na internet

Para as crianças, a influência da estigmatização sobre a trajetória social é consideravelmente mais importante do que para os adultos, pois ela intervém no momento da construção da personalidade e da aprendizagem escolar que permitiria a sua ascensão social. E a consequência da estigmatização são, na maior parte das vezes, interpretadas como efeitos de agravamento da obesidade (INSERM, 2005; GOFFMAN, 1963; ALLON, 1981).

O objetivo do status quo é instalar essa perspectiva, onde a obesidade pode ser considerada como um fator de risco social (risco de degradação ou de não evolução em uma trajetória social) que se sobrepõe aos riscos sanitários identificados pela epidemiologia, e que interagem com eles. Mas a estigmatização e os sistemas de valores que a sustentam têm também, em razão da valorização do ideal da magreza, ações deletérias sobre os sujeitos que não apresentam sobrepeso. (POULAIN, 2013, p.47-48)

Apesar do Brasil ser um dos grandes celeiros do mundo, um dos maiores produtores de carne bovina, suína e de aves, ser exemplo nas práticas de agricultura familiar - mesmo com todos os entraves políticos envolvidos, a desigualdade não permite que a maior parte da população tenha uma boa alimentação.

Para o capitalismo, o importante é o esforço. Quem conseguir trabalhar, estudar, ter apenas 30 minutos de almoço e se alimentar bem, trabalhar 8 horas por dias, perder ao menos 2 horas para ir e vir do trabalho / escola e mesmo assim ter tempo para cuidar da casa e ainda praticar exercícios não é uma vítima do sistema e sim uma pessoa vitoriosa, que tem méritos por se superar a cada dia, mesmo diante das dificuldades. “Se não há sucesso por parte do indivíduo, ele deve assumir a culpa”. (RANGEL, 2018, p. 21)

As incertezas e a precarização das relações de trabalho e educação refletem também na saúde e nos corpos. Muitas pessoas acabam por engordar não apenas por biotipo, mas como resultado de uma vida insana, meritocrática, onde pessoas são cada vez mais exploradas e têm cada vez menos recursos e acessos, inclusive a uma boa alimentação.

População mais pesada, mais gorda, passa a ser alvo de discriminação também no mercado de trabalho. A última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁶ demonstra que mais de 60% da população está acima do peso e um quarto da população pode ser considerada obesa, levando em conta o tradicional e pouco eficiente Índice de Massa Corporal (IMC). Mas sim, estamos cada vez mais pesados.

De algo velado, passamos a ter dados contundentes que nos atacam e nos excluem. Da pressão estética à gordofobia, eis a legitimação da exclusão social. Vitória dos que possuem metabolismo e oportunidades para se manterem magros, mesmo com alimentação ruim.

16

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29204-um-em-cada-quatro-adultos-do-pais-estava-obeso-em-2019> - acesso em 18/12/2020, às 12h13

Fracasso dos que permanecem gordos, não importam as razões. E os fracassados são punidos a todo o momento com inacessibilidade, preconceito, invisibilização, discriminação e toda natureza de negações de direitos (POULAIN, 2013).

De acordo com Jimenez-Jimenez (2020), “esse prejulgamento acontece por meio de desvalorização, humilhação, inferiorização, ofensas e restrições aos corpos gordos de modo geral” (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020, p. 7). A gordofobia é uma discriminação que leva à exclusão social e, conseqüentemente, nega acessibilidade às pessoas gordas, numa estigmatização estrutural e cultural, transmitida em muitos e diversos espaços e contextos sociais na sociedade contemporânea.

Ainda pensando em alimentação, Fischler (1989) levanta a hipótese da fonte principal da gordofobia ser um preconceito ainda tão legitimado porque a imagem do gordo é profundamente ambivalente. Por meio de nosso corpo, em especial de nossa corpulência, significamos algo no mundo, nesse sentido de forma coletiva, de traduções sociais muito profundas. Um dos mais importantes signos é o que valida a corpulência como indivíduos que simbolizam em si a má distribuição dos recursos do mundo.

Nosso corpo é um signo imediatamente interpretável por todos de nossa adesão ao vínculo social, de nossa lealdade às regras da distribuição e da reciprocidade. Uma suspeita pesa, portanto, sobre os gordos. Mas se não podem emagrecer, eles têm uma possibilidade de se redimir dessa suspeita: precisam proceder a uma espécie de restituição simbólica, aceitando desempenhar os papéis sociais que se esperam deles. (FISCHLER, 1979, p.70-71)

Voltando à pressão estética, também é na alimentação que ela se firma nas bases da indústria do emagrecimento e por que não dizer das compulsões alimentares, por exemplo. Ao produzir alimentos pouco calóricos, rápidos de serem preparados e consumidos, e que ao mesmo tempo “facilitem” a perda de peso, essa importante fatia da indústria fitness consolidou seu espaço beneficente em apoio ao controle da epidemia da obesidade, ignorando os impactos nutricionais e psicológicos, sobretudo sobre as mulheres (WOLF, 2016). Mesmo que a mulher esteja magra, ela sempre quer perder dois quilos. Já ouvi e li tantas vezes essa afirmação que nem o google é capaz de dizer com certeza a sua autoria original. Trata-se de uma das "verdades" impostas à condição feminina, assim como a imagem abaixo, corrigida no destaque em vermelho por um perfil de uma nutricionista:

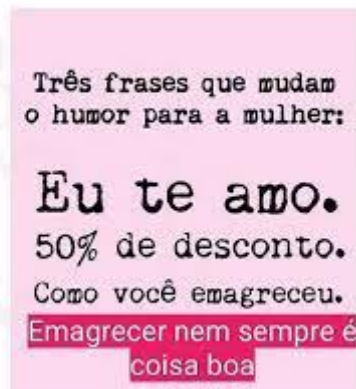


Figura 01.

É como se toda mulher existisse para ter um relacionamento cis monogâmico heteronormativo, fosse consumista e quisesse ser magra. O movimento Body Positive - do qual falo melhor no capítulo 3 - começou por desconstruir essas imposições a partir de mídias simples como essa. No Brasil, ganhou força com a adaptação recente #corpolivre, por iniciativa da jornalista Alexandra Gurgel.

Embora muitas blogueiras e pesquisadoras reivindicuem a vanguarda desse movimento, o que é legítimo, foi com Alexandra que ele ganhou notoriedade nas redes sociais até por sua atuação como assessora de imprensa com vasto network. Essa mesma Alexandra recentemente postou fotos do Antes x Depois, contrariando seu próprio discurso antigordofobia, que condena esse tipo de publicação, já que ela invalida os corpos gordos como corpos plenos e felizes.

A discussão entre pressão estética, encabeçada pelo movimento Body Positive e aqui no Brasil pelo #corpolivre, e a gordofobia, suas fronteiras, similaridades e diferenças, formam, portanto, uma rede em constante mutação e disputa, onde actantes constroem permanentemente esse aprendizado (LATOUR, 2012) em nome de uma sociedade mais progressista, que perceba a diversidade num viés de respeito e não de exclusão.

Porém, atualmente é inegável distinguir a antigordofobia como uma atuação militante por direitos, pela vida e pelo bem-estar das pessoas gordas, enquanto a pressão estética apenas levanta questões não necessariamente relacionadas à cidadania, direitos e saúde desses mesmos indivíduos. Uma se compromete; a outra perpassa. E a alimentação está comumente no centro dessa disputa, incluindo os pratos das ativistas e influenciadores - e não me excludo dessa responsabilidade. Foram muitas vezes em que fotografei meu prato e filmei fases da minha alimentação como forma de reforçar o quanto uma pessoa gorda pode ser saudável.

Mal sabia eu que havia caído num dos tentáculos da gordofobia: provar o tempo inteiro para o mundo seus hábitos saudáveis e sua condição de boa saúde.

Autoestima

A autoestima é uma característica que não está ligada às peculiaridades do corpo físico por pressuposto. De acordo com o dicionário Oxford, autoestima é a “qualidade de quem se valoriza, se contenta com seu modo de ser e demonstra, conseqüentemente, confiança em seus atos e julgamentos”.

Para a psicologia (SEDIKIDES e GREGG, 2003), autoestima é uma expressão do comportamento humano e inclui avaliações subjetivas que uma pessoa faz de si mesma de forma negativa ou positiva em um conjunto de crenças autossignificantes e emoções também autossignificantes associadas. Tem a ver com autoimagem, autoaceitação e autoconfiança, mas também tem a ver com construção social e com oportunidades.

Como comparar as condições para a autoestima de uma pessoa repleta de privilégios para uma imersa em exclusões? Parte dessa reflexão é a minha inquietação com a palavra **autoestima** e suas aplicação frequentemente rasa nas mídias.

Freud (1969) fala em “sentimento de estima em si” a partir de dois significados: a consciência de uma pessoa a respeito de si mesma (sentimento de si); e a vivência do próprio valor a respeito de um sistema de ideias (sentimento de estima).

Quando decidi criar o Sim sou Diva¹⁷, autoestima era uma das palavras que mais pronunciávamos nos encontros. Com o passar do tempo, comecei a perceber o quão mais difícil era para uma mulher gorda atingir um grau de autoestima real em comparação às demais mulheres. Passei a entender que não se tratava apenas de uma questão estética relacionada à aparência, mas, assim como disserta Raposo (2020), ligada a um conjunto de fatores socioestéticos de gênero, acesso, sexualidade, mobilidade, educação, entre outros, além dos puramente estéticos, que levantam temáticas capazes de sublinhar que a gordofobia suscita a união entre a pressão estética e a opressão social. Logo, “ter autoestima exige, diretamente, a decolonização de saberes e poderes quanto às corporalidades gordas, desde a atribuição de respeito às vivências de pessoas gordas à despatologização desses corpos” (RAPOSO, 2020, p.04).

Percebi, em linguagem comum, que o furo era bem mais embaixo e que exigir autoestima daquelas mulheres como algo simplista, meritocrático, era contribuir para sua

¹⁷ Primeiro coletivo de mulheres gordas do Sul do país, responsável por ações como o Vai Ter Gorda na Praia Sul. Dele falarei mais na terceira parte desse trabalho.

opressão e para a estrutura que sustenta a gordofobia na sociedade. Passei a entender que o corpo gordo não deve ser público, apesar do senso comum achar que sim e que o próprio Estado aja de tal forma; compreendi que corpos gordos têm o direito ao reconhecimento da beleza e ao exercício de sua sexualidade, independente das competições das quais nos propúnhamos em concursos de Miss ou da “Mais bela gorda de tal lugar”¹⁸. Entendi que o Sim sou Diva deveria então se posicionar contra a gordofobia, ser um guarda-chuva de ações onde mulheres se apoiariam para o exercício real da autoestima, interiorizando, a partir desse ponto, que ser gorda é apenas uma característica física e que, como tal, não deveria ser alvo nem demérito.

Rosenberg (1965) chegou a criar uma escala de autoestima por acreditar que trata-se de um fenômeno actitudinal criado por forças sociais e culturais. Para o autor, a autoestima é criada em processo de comparação entre valores e discrepâncias, e seu nível está relacionado com a percepção de si mesmo em comparação com os valores pessoais desenvolvidos nos processos de socialização. Um ponto importante dessa escala é que, na medida em que a distância entre o si mesmo ideal e o si mesmo real for pequena, a autoestima é maior e vice-versa, mesmo quando a pessoa é vista positivamente por outros indivíduos dentro e fora de seus grupos.

Com o passar dos meses e das nossas conversas diárias via whatsapp, todas passamos a enxergar o quanto estávamos distantes de ter uma autoestima real, mesmo algumas de nós tendo conquistado títulos de beleza. Não tinha a ver com o julgamento alheio e era uma dor a mais constatar isso. Muitas lutaram para entrar no concurso, gastaram dinheiro, tempo e energia para suas participações para no fim entender que não era o outro; era a gente. Mas que vinha dos outros a base de ações e julgamentos para que a gente não conseguisse achar essa autoaceitação, esse autorespeito, essa autoestima em nós mesmas.

Carl Rogers (1961), fundador da psicologia humanista, salienta que a sociedade reconduz cada indivíduo de acordo com suas condições de valia por meio de nossos pais, professores, familiares, vizinhos, amigos e todo local onde nos desenvolvemos. Ele acreditava, em oposição a Freud, que as pessoas necessitam de relações nas quais elas são aceitas, porém observando que o círculo social reage ao que “merecemos”. Ou seja, para Rogers, a valorização condicional é nociva às pessoas: pode comer a sobremesa se comer os legumes; pode brincar se fizer a lição; nos quererão se nos portarmos bem.

¹⁸ Quase todas as participantes do coletivo Sim sou Diva, descrito no capítulo 3 desta dissertação, participaram de algum concurso de beleza entre 2015 e 2017, incluindo eu mesma.

Rogers chama de recompensa positiva condicionada quando obtemos um cuidado positivo sobre “uma condição” justamente porque todos nós precisamos da recompensa. Por isso, para o psicólogo, somos sujeitos determinados não por nossos valores orgânicos e por nossa tendência de agir, mas por uma sociedade que não leva em conta nossos interesses reais: “Ser aceito não é necessariamente ser feliz” (ROGERS, 1961, p. 33).

Passamos, portanto, conforme vamos crescendo e ampliando nossas formas de relação, a ter uma autoavaliação positiva condicionada. Para nós, pessoas gordas, passamos a naturalizar o querer cumprir os padrões estipulados muitas vezes na infância e adolescência, relegando ao segundo plano o que nos contenta de fato. Quando percebemos que cumprir essas exigências nem sempre é possível, automaticamente associamos ao fracasso e à baixa autoestima.

Raposo (2021) chama a atenção para a romantização da autoestima como ela é difundida nas redes. A pesquisadora defende que a autoestima é fundamental para que uma pessoa gorda assuma uma postura decolonial quanto aos saberes e poderes, e que não tem finalidade única de levar ao emagrecimento. Pelo contrário. A ideia é reconhecer-se como pleno e belo em seu próprio corpo, sem comparações, encontrando forças para enfrentar a patologização, a desumanização e a estigmatização provenientes da estrutura que mantém a sociedade gordofóbica.

[...] ilude-se quem pensa que esse é um processo fácil. Não é! É extremamente necessário, é urgente, mas não é fácil. Inclui altos e baixos, consciência sobre o corpo e seus limites, ressignificação do termo gorda/e/o, bem como autoconhecimento. É, portanto, ilusório e idealizador vender a ideia de que ter autoestima é algo que se consegue da noite para o dia, num piscar de olhos, assim como é falso que tudo se resolve com autoestima. Não! Defender isso é romantizar a autoestima. (RAPOSO, 2021, p. 03)

Essa romantização da autoestima envolve a culpa que pessoas gordas sentem quando não conseguem emagrecer, mesmo tomando remédios, fazendo dietas e exercícios físicos; envolve a sensação de incapacidade quando não conseguem desenvolver a autoestima tão cobrada e divulgada; envolve um olhar carrasco para si mesmas em contrapartida a um olhar indulgente sobre família, profissionais de saúde, amigos, afetos que “só querem seu bem”. Ou seja, “mais uma vez a pessoa gorda adentra o círculo daquilo que é supostamente tido como fracasso: não se ama, não tem autoestima, não se esforça, não emagrece” (RAPOSO, 2021, p. 04); não deixa de onerar o Estado, de sobrecarregar os sistemas de saúde; de exigir adaptações nos ambientes públicos e privados; não deixa de lutar por respeito para que seja

aceita como pessoa comum. O que parece ironia é a mais pura inversão dos valores e da violência que uma pessoa gorda experiencia ao longo da vida, inclusive na escola, sendo docente ou discente.

Linguagem

A palavra gorda carrega em si uma semântica complexa, frequentemente associada à doença, ao desleixo e ao fracasso. Por significado simples, a infopédia e dicionários como Oxford explicitam “adjetivo feminino singular de indivíduo que tem gordura, untoso, gorduroso; corpulento, volumoso; unto, banha; tecido adiposo desenvolvido em excesso, pessoa obesa; substantivo pândega”.

Ser uma pessoa gorda é carregar essa complexidade anunciada. Mesmo sendo uma característica física, ou seja, um adjetivo, é quase sempre associada a algum substantivo de conotação negativa. Esse uso pejorativo social impede que as próprias pessoas gordas se sintam confortáveis em se descrever como tal. É um trabalho intenso, de bastante tempo, atenção e energia empregados, para que nós nos reconheçamos como sujeitos gordos e passemos a nos identificar como tal.

Se entendermos que gorda é uma característica física, fica fácil assimilar que ela não pode ser considerada um xingamento. Características físicas, mutáveis ou não, não refletem nem definem caráter, e a atribuição de valor ético a um dado estético é só mais uma das formas de cristalização de preconceitos. No entanto, gorda traz consigo o estigma que essa característica tem na sociedade. Tanto que, para amenizar o efeito dessa palavra, usam-se outras em seu lugar. (ARRUDA, 2021, p.03)

Na minha infância, eu era a fofinha, a fortinha, a cheinha, a gordinha, a cremosa, mas nunca a filha, a sobrinha, a amiga gorda. E se alguém me apontasse o dedo e me atribuísse essa característica eu certamente me ofenderia, choraria, me entristeceria. O que me faz refletir sobre como pais, professores, adultos em geral, deveriam adotar como linguagem para naturalizar a palavra gorda como um adjetivo simples, evitando que crescêssemos adultos complexados desde a etimologia da palavra. Não tenho uma resposta fechada, mas observo boas experiências a partir de livros didáticos que acabei conhecendo durante a pesquisa e algumas posturas que considero bem-sucedidas entre colegas ativistas que têm filhos, como eu. Com o meu filho, que tem 16 anos, já faz algum tempo que criei um fluxo natural dele me descrever como pessoa gorda.

Quando ele tinha por volta dos 5 anos, uma tarde em que fui buscá-lo na escola, ele não percebeu que eu havia chegado. Era dia de reunião de pais e as crianças ficaram nas salas

de aula até todos concluírem as conversas com as professoras. Quando fui chegando, escutei ele empolgado contando uma história para os colegas e atrasei meu passo para escutar mais. “Minha mãe é como a Branca de Neve: tem a pele branquinha, os cabelos pretinhos, em cima do ombro, canta, dança, cozinha e é alegre. Só que, diferente do desenho, ela é gorda e tá tudo bem porque ela é linda igual”. Ouvi emocionada porque ele era pequeno, mas da sua forma já explicava aos coleguinhas, não sei por qual razão, que a mãe era linda da forma que era, independente das fábulas apresentarem sempre personagens magras.

O aclamado escritor de novelas, Walcyr Carrasco, é autor de uma série de livros infantis que abordam temas delicados e que atingem as crianças. Em *Lais, a fofinha* (2011)¹⁹, Walcyr traz questões importantes, como o bullying, e trata de forma empática a gordofobia na infância, incluindo os eufemismos expressos no título. Também oferece ferramentas para que os professores e os pais identifiquem situações de discriminação.

Outro bom exemplo é o livro *Monstro Rosa*, de Olga de Dios (2016)²⁰, que conta a história de uma criatura que nasceu rosa e grande onde todos eram pequenos e brancos. A autora procurou, em uma narrativa lúdica, oferecer ferramentas para as crianças sentirem e pensarem como pode ser ruim viver em preconceito, gordofobia e intimidação.

Recentemente conheci *Carlota Bolota*, de Cristina Rios (2014)²¹, livro indicado pelo Referencial Nacional Curricular para a Educação Infantil, que trata sobre a gordofobia na infância por meio de um apelido - bolota - dado por seu irmão, que reverberou na escola e na família. Fala com propriedade sobre representatividade e dores subjetivas na infância.

Estes livros utilizam a palavra **gorda** de forma natural, introduzindo já na infância uma relação amigável entre o ser gorda e ser feliz, realizada.

Da minha parte, mas só após os 40 anos, passei a me impor nos diálogos e pedir que as pessoas me chamem de gorda. De início, parecia uma provocação; percebi muito incômodo e estranhamento de alguns dos interlocutores, mesmo os que têm mais intimidade. Passei a ter consciência do quanto negar o título **Gorda** representava um apagamento na minha própria identidade, a negação do amor que tenho pela pessoa que sou e pelo corpo em que habito.

É importante também ressaltar que a palavra Gordofobia só foi incorporada ao vernáculo da língua portuguesa em 2021, recebendo destaque da Academia Brasileira de

¹⁹ **Título original:** *Lais, a fofinha*. **Ilustrações:** Ana Matsusaki; **Páginas:** 56; **Recomendado:** a partir de 9 anos.

²⁰ **Título original:** *Monstruo Rosa*; **Texto e ilustrações:** Olga de Dios; **Tradução:** Thaisa Burani; **Páginas:** 40; **Coleção:** Boitatá, da Editora Boitempo; **Faixa etária indicada:** a partir de 5 anos

²¹ **Título original:** *Carlota Bolota*; **Ilustração:** Bruna Assis Brasil; **Páginas:** 40; **Recomendado:** Ensino Fundamental, anos iniciais; **Editora:** FTD.

Letras por sua relevância atual. Fiz um vídeo falando sobre o assunto²² justamente porque o que não está registrado é como se não existisse. Quando uma palavra é incorporada oficialmente ao vernáculo daquela língua, simbolicamente passa a existir em seus múltiplos significados diretos e subjetivos.

Importante ainda ressaltar que, ainda que naturalizemos a palavra Gorda como uma característica física sem conotação pejorativa e que a palavra gordofobia transporte para o senso comum a necessidade de amplo debate sobre o tema, não significa que transpomos a barreira de significados contidas nessas relações linguísticas de direitos. Assim como ser chamado de “viado” por outro gay tem um peso diferente do que por alguém não *queer*, ser chamado de gorda por alguém não gordo, sobretudo homens, carrega o signo da opressão e do machismo. Trata-se de uma relação que Butler (2015) sugere como método de denominar o poder que uma linguagem tem de fazer surgir novas situações e pôr em ação uma série de efeitos de mudança.

A autora feminista não acredita ser possível separar o que os corpos estão fazendo da linguagem porque eles expressam o que significam. Para ela, a ocupação de espaços por corpos fala: é uma maneira de fazer uma demanda, de dizer “este espaço nos pertence”. Esta ação é politicamente significativa porque o corpo ocupa o espaço a que o discurso se refere, encarnando assim sua alegação. (BURIGO, 2016)

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação. (BUTLER, 2003, p.09)

Sei que este é um assunto latente nessa pesquisa, mas - por manutenção de foco - prefiro manter essa etapa acerca da linguagem restrita aos conceitos básicos feministas dos quais me aproprio sob risco de prejudicar o escopo central do objeto de investigação, rendendo respeito e admiração por essa autora que aqui apenas pincelo.

Meu corpo, meu lugar de respeito

A primeira grande discussão proposta pelos militantes gordos e gordoativistas é desvincular o corpo gordo do corpo doente, além de rever a inclusão da palavra obesidade como sinônimo de doença. Assim como existem estudos que demonstram que Índice de Massa Corporal (IMC) elevado implica em risco de vida, uma outra corrente de pesquisadores prova que ser gordo não tem relação com ser doente. Uma pessoa pode ser

²² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=I1hWOg7bWXA>. Acesso em 21/01/2022 às 11h50.

magra – leia-se ter IMC ‘normal’ -, se alimentar da pior forma possível, ser sedentária e só pelo fato de ser magra está livre de doenças crônicas ou de um ataque cardíaco? O que se busca é mudar o escopo de **gordo-que-se-alimenta-mal-e-é-sedentário** para **pessoa** que não possui hábitos saudáveis e/ou apresenta fatores genéticos corre mais riscos.

Pessoas estão sujeitas a pressões psicológicas; crescem e se desenvolvem em ambientes mais ou menos propícios a riscos; possuem hábitos alimentares distintos; fazem mais ou menos exercícios; trabalham em atividades mais ou menos estressantes; tem uma bagagem genética variável; pertencem a biotipos e etnias com propensões variadas. Entretanto, são julgadas (e condenadas) por um número, um encaixe que varia de 15 a 45, o IMC, criado por um matemático e astrônomo belga²³ para mensurar medidas perfeitas para corporeidades brancas masculinas cisgênero. Além de ineficaz, é no mínimo eugênico, sexista e incompetente para avaliar um indivíduo.

Não há nada contra, nem no movimento nem na militância, a ensinar as pessoas a se nutrir, a olharem seus corpos com respeito, a se exercitarem. Pelo contrário, há uma busca por um corpo saudável gordo até para contrapor uma pseudo-verdade instituída. Há sim a luta para desvincular o ser gordo do ser doente, principalmente porque é notório que não há verdade nessa relação. E há a militância para que gordos não sejam obrigados a serem atletas ou performáticos, ou que andem com seus exames na bolsa para provar que são saudáveis, ou ainda, que fotografem seus pratos diariamente para comprovar que têm alimentação saudável. Ser gordo deveria significar um indivíduo passível de respeito pelo seu sujeito no mundo, não por sua constituição corporal. Não há luta por privilégios; há luta por cidadania e por direitos comuns negados ou negligenciados graças aos parâmetros de normalidade e até da linguística relacionada à palavra ‘gordo’. Há luta pela humanização da pessoa gorda.

Importante ressaltar que, neste recorte, não estão incluídas as pessoas verdadeiramente doentes, cujo peso impeça suas atividades cotidianas e a sua mobilidade. Nesses casos, existe realmente uma patologia do corpo gordo associada a diversas outras doenças metabólicas e psicossomáticas, casos estes que correspondem a menos de 1% do recorte populacional de gordos – classificados como sobrepeso ou obesos.²⁴

Essa relação gordo-doente é tão perversa quanto a de mulher-frágil:

Sustentada por discursos de poder, de saúde e beleza como geradores de exclusão, existem comportamentos diários que reforçam o preconceito/estigma em relação às pessoas gordas, corroborando os estereótipos que estabelecem situações degradantes, constrangedoras, marginalizando essas pessoas e as excluindo socialmente: [...] a própria preocupação com a saúde de quem é gordo já demonstra

²³ Adolphe Quetelet criou o IMC em 1832.

²⁴ Dados da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso)

indícios de gordofobia, uma vez que se assume que aquele sujeito tem problemas de saúde só por estar acima do peso, enquanto pessoas magras não são abordadas e questionadas a respeito de seus níveis de pressão arterial por exemplo. (JIMENEZ JIMENEZ, 2020, p. 116)

É certo que a gordofobia está em todos os lugares, muitas vezes disfarçada de preocupação com a saúde, dificultando, dessa forma, seu entendimento e embate.

O conceito de campo de Bourdieu (1994) oferece reflexões importantes para se pensar a onipresença da gordofobia. Está vinculado ao entendimento de *habitus*, que é como cada indivíduo cria mecanismos de ajustes sociais por meio de suas escolhas, sejam conscientes ou não, mas de acordo com as possibilidades possíveis.

Rangel (2018) afirma que esse conjunto referencial constitui as características do indivíduo e é inculcado aos poucos nele.

O *habitus* direciona as ações sociais mediante um ajustamento entre a estrutura e a subjetividade, direcionando as ações a partir das aspirações e gostos. Ele faz parte então do posicionamento do agente, da construção de sua subjetividade e da tomada de ação concreta. O *habitus* é ao mesmo tempo individual e social, uma vez que é construído também com base nas estruturas sociais. Para que se consolide, o *habitus* precisa de um local para ajustar as práticas dos agentes conforme as possibilidades. (RANGEL, 2018, p. 20)

O conceito de campo de Bourdieu (2005) sugere, portanto, uma subdivisão de locais próprios - concretos e ideais - em que se estabelecem lógicas próprias de produção e reprodução, bem como normas e códigos de comunicação, e por que não dizer, diretrizes para a educação. E é por meio dessas lógicas próprias que se cria certa autonomia relativa entre os campos que se relacionam entre si, já que a estruturação do campo se dá a partir da relação entre os agentes: “O peso associado a um agente depende de todos os outros pontos e das relações entre todos os pontos, isto é, de todo o espaço compreendido como uma constelação relacional.” (BOURDIEU, 2015, p.24).

Este trabalho é, em essência, um lugar de reflexão sobre o respeito ao meu próprio corpo por meio da minha relação com os ativismos e a reverberação que se estabeleceu no campo da Comunicação e da Educação, suas lógicas e afetações amplas e específicas.

1. O EU COMO CENTRO DA INVESTIGAÇÃO

Meu ofício primordial é e sempre será, de alguma forma, o Jornalismo. Como jornalista, aprendi a ser afetada e procurar traduzir essa afetação por meio da interpretação dos fatos. Talvez por isso nunca tenha acreditado na isenção completa de um repórter. Mas isso é assunto para outra pesquisa... Quando me tornei editora / chefe de redação, tinha prazer em escrever os editoriais, tarefa que poucos gostavam. Para mim era uma delícia contar a história daquele diário que reunia outras centenas de histórias. Outro gênero que recebia muito da minha energia e tempo era a crônica. Nem sempre havia espaço no jornal para publicá-las, mas eu produzia muitas sobre a cidade, sobre fatos e sobre pessoas. Como elas não cabiam num só veículo, passei a publicar num blog e elas devem estar lá até hoje. Aliás, já tive tantos blogs com assuntos tão diversos que daria um livro.

Esse meu perfil de contações e de prática jornalística não poderia estar ausente numa etapa tão importante e decisiva da minha vida quanto a da pesquisa acadêmica. Lima (2009) afirma que “pela reconstrução que faz o narrador, é ultrapassado o limite seco, diminuto, da informação concreta nua e chega-se a uma dimensão superior de compreensão tanto dos atores sociais como da própria realidade maior em que se insere a situação examinada” (LIMA, 2009, p. 127). Em suma, este meu ouvir interessado sempre será a bússola de toda e qualquer escrita a que me proponho. O desafio aqui foi ouvir minhas próprias vozes profundas, para além de histórias e memórias, e mesclá-las às múltiplas audições que fiz e venho fazendo desde que me pus na condição de investigadora.

No despertar, recordei que, desde criança, sempre gostei de contar histórias, principalmente as que puxavam o fio da realidade. Intuitivamente, escrevia cartas a partir de situações do cotidiano da minha rua ou de “causos” ocorridos na família. Outra variação das minhas contações era traduzir para os diários as histórias relatadas pela minha avó paterna, Sueli, e da minha tia-avó, Amélia, vizinhas de porta e irmãs para além da certidão de nascimento. Tudo isso me rendia páginas e páginas de contos, notas boas na escola e a atenção dos colegas aos detalhes do que eu relatava durante as horas de brincadeiras na rua. Portanto, não fugiria ao ofício de uma forma ou outra.

Com o jornalismo também aprendi a documentar os fatos, ouvir dois ou mais lados, distribuir atenção intuitiva de criança curiosa e selecionar, entre o que sensibiliza e o que pode ser comprovado, aquilo que realmente pode construir o fluxo de informação e o senso crítico. Procurei me manter nessa postura ao me tornar ativista, lendo tudo que me chegava

aos olhos e ouvidos com curiosidade e discernimento, me permitindo ser afetada por pessoas para depois escolher quem eu queria abraçar e, mais ainda, quem eu percebi que faria a diferença para a transformação que busco para a sociedade.

Quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia (**uma autoetnografia**) é possível. (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160, **grifo meu**)

Meu caminho como ativista é uma teia de saberes entrelaçados por experiências de muitas e muitos, das minhas próprias vivências em percepções; de evoluções do meu olhar e do olhar desses actantes. Sou emissora e receptora, e minha história se mistura com as das outras, num trajeto fluido de empatia. Aliás, vem da empatia boa parte das novas classificações de estudos e estilos descritos pelo *New Journalism* das últimas duas décadas (LIMA, 2009). Dentro das teorias acerca da autoetnografia, é a empatia que estabelece a distância necessária a uma pesquisa: “é justamente porque não se está no lugar do outro que se tenta representar ou imaginar o que seria estar lá, e quais ‘sensações, percepções e pensamentos’ ter-se-ia então” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 159).

Esta investigação pretende explicitar os atravessamentos da gordofobia por meio de um relato autoetnográfico presente-atuante e presente-observador nas diferenças que envolvem os movimentos ativistas no Brasil, articulados majoritariamente por meio das redes sociais, e seu papel na desconstrução de padrões e discriminações, a fim de promover a educação com olhar diverso e inclusivo sobre todos os corpos como sujeitos independentes e autônomos.

Por se tratar de novo campo do saber, a pesquisa gorda latino-americana ainda apresenta poucas publicações se comparada aos estudos do corpo gordo realizados principalmente no Hemisfério Norte. Porém, já apresenta uma assinatura firmada na decolonialidade, tão importante para a legitimação de saberes não hegemônicos.

Isso acontece porque a luta antigordofobia (RAPOSO, 2020) requer que seus atores assumam uma postura de ressignificação dos corpos gordos em termos particulares e coletivos.

Particular porque reconhecer-se e assumir-se uma pessoa gorda não é um processo fácil e exige todo um trabalho direcionado ao desenvolvimento da autoestima daqueles que são constante e cotidianamente violentadas/os/es em sua dignidade de pessoa humana. Por sua vez, coletivo porque enfrentar a gordofobia não se resume somente à autoaceitação corporal, ao contrário, é muito mais amplo e complexo do que isso. (RAPOSO, 2020, p.02)

A ideia é sistematizar, a partir de uma descrição autoetnográfica e da observação participante, possíveis contribuições do ativismo gordo para essa ressignificação, dentro de uma pedagogia engajada, uma educação crítica e emancipadora.

Entendendo que todo trabalho de pesquisa seria a tradução do que é estranho para algo familiar (AMORIM, 2004); embora minha experiência como ativista e minha própria história me forneçam pistas que reforcem meu objeto de investigação, confirmei que não há certezas neste campo e que eu mesma poderia alterar a percepção da minha pesquisa durante esse percurso mais de uma vez.

[...] em torno da questão da alteridade se tece uma grande parte do trabalho do pesquisador. Análise e manejo das relações constituem, no trabalho de campo e no trabalho de escrita, um dos eixos em torno dos quais se produz o saber. O outro é ao mesmo tempo aquele que quero encontrar e aquele cuja impossibilidade de encontro integra o próprio princípio da pesquisa. (AMORIM, 2004, p.28-29)

Convivi nas estranhezas de novas histórias, mantive a interrogação em alerta e me vejo na ânsia de ser a anfitriã e ao mesmo tempo a hóspede nessa jornada, como destaca Amorim. Fui e sou afetada, e me deixei afetar.

1.1 Percurso metodológico autoetnográfico

A palavra autoetnografia tem origem no grego ‘auto’ (self = “em si mesmo”), ‘ethnos’ (nação = no sentido de “um povo ou grupo de pertencimento”) e ‘grapho’ (escrever = “a forma de construção da escrita”), o que remete a um tipo de fazer específico por sua forma de proceder, ou seja, “refere-se à maneira de construir um relato (“escrever”), sobre um grupo de pertença (“um povo”), a partir de “si mesmo” (da ótica daquele que escreve)” (SANTOS, 2017, p. 05).

Autoetnografia é, portanto, um método que se sustenta e se equilibra em um “modelo triádico” (chanG, 2008 apud SANTOS, 2017) baseado em três orientações: metodológica – cuja base é etnográfica e analítica; cultural – cuja base é a interpretação de memórias, dos objetos e dos fenômenos sociais; e de conteúdo – cuja base é a autobiografia aliada a um caráter reflexivo.

Isso evidencia que a reflexividade assume um papel muito importante no modelo de investigação autoetnográfico, haja vista que a reflexividade impõe a constante conscientização, avaliação e reavaliação feita pelo pesquisador da sua própria contribuição/influência/forma da pesquisa intersubjetiva e os resultados consequentes da sua investigação. (SANTOS, 2017. p.218)

Pois bem, ser mulher e ser gorda desde sempre gera um confronto precoce, que obriga quem ocupa esse espaço a amadurecer pulando etapas. Na fase em que estamos descobrindo o mundo, onde o próprio corpo é uma leitura, as frases de efeito que recebemos da família e depois dos colegas de classe, impõem o lugar da pessoa gorda: o da marginalidade. Esse percurso, à margem da descoberta, impede, de cara, o reconhecimento intuitivo das dobras do corpo, das bochechas redondas, dos pés e mãos fofos. O prazer do toque, do autoconhecimento, é substituído por uma sensação de ser intruso, de estar fazendo algo errado, de ser de uma forma não aceita. Se ter um corpo “é aprender a ser afetado” (JAMES apud LATOUR, 2004. p. 39), ou na leitura que Bruno Latour faz de William James, “concentrando-nos no corpo, somos imediatamente - ou antes, mediamente - conduzidos àquilo de que o corpo se tornou consciente” (LATOUR, 2004, p. 39), as primeiras aprendizagens de uma criança gorda criada em ambiente e sociedade gordofóbica é uma afetação relacionada à dor e à exclusão.

É preciso aprender novas formas de afetação, perceber que ter um corpo não é algo finalizado pelo olhar alheio. É preciso descolonizar. É preciso subjetivar o corpo, sensibilizá-lo para que nos permita registrar uma trajetória dinâmica, que absorva aquilo de que é feito o mundo (LATOUR, 2004).

Levando em conta essa afetação, a autoetnografia entrou como direção de percurso quando, com a ajuda do meu orientador, compreendi que seria uma forma preciosa, relevante e única de caracterizar meu objeto de investigação com suas nuances e objetivos específicos. Santos (2017) explica que o que caracteriza a especificidade do método autoetnográfico é o reconhecimento e a inclusão da experiência do sujeito pesquisador; e essa teia dá conta de sustentar tanto a definição do que será pesquisado quanto o desenvolvimento da pesquisa: “Recursos como memória, autobiografia e histórias de vida, por exemplo, além dos fatores relacionais que surgem no decorrer da investigação (a experiência de outros sujeitos, barreiras por existir uma maior ou menor proximidade com o tema escolhido, etc.)”. (SANTOS, 2017, p.219)

Considero a narrativa pessoal imprescindível e me sinto confortável quando percebo que as minhas memórias oferecem o distanciamento necessário para que eu reflita sobre papéis políticos, sociais, culturais e educacionais nos direcionamentos investigativos. Há uma conexão direta com o reconhecimento do caráter político e transformador do método autoetnográfico assumido ao “dar voz para quem fala” e em “favor de quem se fala”. (SANTOS, 2017). Assim, ao indagar minhas memórias à luz da autoetnografia, abrem-se perspectivas para a construção de conhecimento na âmbito deste trabalho.

Lembro de ouvir um colega do Jardim de Infância me chamar de baleia, um animal que eu admirava pelas histórias lúdicas, num tom que me desagradou. Eu tinha entre 3 e 4 anos. Junto com o xingamento, o menino urinou no meu vestido de florzinhas, especialmente feito para mim para a Festa Junina, data que coincide com o meu aniversário, 24 de Junho. A cena é tão clara ainda na minha mente que consigo ver o colorido do jardim da escola ao fechar os olhos e sentir a emoção tão forte que me fez dar um soco no menino - que caiu batendo com a cabeça no degrau. Um horror! Meus pais foram chamados ao jardim de infância pela agressividade “gratuita” da filha previamente dissidente.

Foi meu primeiro contato consciente com o estigma da gordofobia. Crianças podem ser cruéis, mas geralmente reproduzem o que experienciam em seus lares.

Eu, menina, criança, futura mulher, já estava sendo adestrada para viver numa sociedade lipofóbica²⁵. Eu, futura mulher, teria duas escolhas: me enquadrar ao padrão ou viver à margem do que seria uma adulta de sucesso, arcando com as consequência dessa desobediência.

Internalizei as duas opções e passei a tentar a primeira, considerando os vigilantes da regra como meus guardiões da saúde e do bem-estar. O maior deles era uma das pessoas mais importantes da minha vida: meu pai. Em nome da manutenção da minha saúde e do meu sucesso, ele foi o maior fiscal do meu corpo enquanto eu lhe concedi tal autoridade.

O primeiro ato público da vigilância, para além de proibição de comer doces em casa, ocorreu aos meus 7 anos, quando atingi 51 quilos em pouco mais de 1,50 m. A família inteira elogiava meu rosto como de uma boneca de porcelana, “a menina dos traços perfeitos”, a atriz dos comerciais de televisão da região. Nessa idade, já havia participado de mais de 10 propagandas entre marcas de café, geleia, eventos como a Festa da Uva e até de uma marca de tintas de parede. Entendi que meu rosto era perfeito; só o rosto. O corpo era provisório, ou deveria ser.

Uma clínica de tratamentos estéticos de Porto Alegre, no sofisticado bairro Moinhos de Vento, aceitou me receber como paciente. Em cada consulta, eu passava por muitas balanças, pinças para medir o percentual de gordura, ouvia nutricionistas, psicólogos e outros médicos. Era tanta informação que eu não registrei quase nada. O que registrei de fato foi o trauma dos enjoos que sentia nas viagens de ida e volta, mesmo à custa de remédios.

²⁵ “Sociedade lipofóbica é a que estabelece valores associados ao culto do corpo, fortemente realçados pela mídia, marcando socialmente os indivíduos obesos como portadores de um estigma”. Conceito cunhado por Vianna (2018, p.02) em sua tese de doutorado defendida pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em alusão a Claude Fischler (2001). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/36073/25690> - Acesso 17/01/2022, às 12h03

A estrada que liga Caxias do Sul à Porto Alegre é bastante sinuosa. Existem dois caminhos, ambos repletos de curvas. Muitas vezes eu mal saía da rodoviária e já estava vomitando. Hoje, acredito que a náusea vinha muito mais da minha rejeição àquela situação do que à viagem em si.

Emagreci, como meu pai queria, ficando uma menina “ainda mais linda” - magra. A felicidade do meu pai não durou nem seis meses porque o reganho de peso foi acompanhado de quase o dobro de quilos, como era de se esperar para uma criança que passou a comer escondido, de forma compulsiva, principalmente doces. Para “ajudar”, eu contava com a convivência de uma das minhas avós, da minha tia e de alguns vizinhos, além das amigas de infância, claro.

Meu pai parecia ter “largado de mão” por um tempo, mas os colegas da escola não. Rolha de poço, bujão de gás, peixe-boi, baleia, elefante, mastodonte foram alguns dos termos com os quais fui me acostumando da infância para a adolescência em uma época carente de entendimento pedagógico sobre traumas infantis, quiçá orientação para professores e alunos sobre linguagem e bullying.

Para Foxcroft (2013), nossa cultura vive em busca da dieta perfeita, e isso gera sentimentos profundos de infelicidade e insegurança, ainda mais quando se fala em uma criança. Aprendemos a separar o mundo dos alimentos em duas partes: o bom e o ruim, esquecendo que quase a totalidade de alimentos carregam ambos os potenciais e que sujeitar uma pessoa a escolher “de que lado ela está” em nome da conquista de um corpo perfeito é, no mínimo, esquizofrênico. De acordo com Greer (1999), nós mulheres somos cobaias desde cedo, sujeitando o corpo às ministrações prescritas e aplicando nele os tratamentos ordenados. Se não nos sujeitamos, somos culpadas..

Pois então, para a transgressora que fui, assim como meu pai, meus professores de Educação Física do ensino fundamental também passaram a me ignorar. Eu nunca era escolhida para um time de handebol e só existia atividade para mim se fosse relacionada à dança, arte que eu dominei muito cedo, parte pela influência paterna, parte pelas aulas que fazia - empolgada - desde muito pequena. Lembro que a professora de dança, Graça, era muito carinhosa comigo, elogiando sempre meu desempenho, não se atendo ao meu corpo dissidente²⁶, além de coibir os deboches das colegas com energia.

²⁶ No curso sobre Corpos Dissidentes, a jornalista e pesquisadora Jéssica Balbino nos ofereceu muitas percepções acerca dos corpos fora do padrão, transgressores, anormais, afrontosos, algumas fruto de pesquisas recentes de autoras latino-americanas e africanas. Da perspectiva antropológica de Viveiros de Castro (1996), passando pela visão de capital simbólico de Bourdieu (1998) e de sujeito biopolítico de Foucault (1997). Aqui, me aproprio de forma genérica do entendimento de Naomi Wolf (2018), que ressignifica um corpo dissidente, numa perspectiva feminista, não por ignorar os demais corpos marginalizados, mas por oferecer um vértice que

Pois bem, Letícia era a menina mais linda de rosto e uma das melhores dançarinas da escola. Firmei meus pilares de aceitação e de competição. Como diria Naomi Wolf (2019, p. 354), “uma nova forma de aprisionar é reforçar a competição entre as mulheres por meio da sua própria forma física enquadrada em padrões quase sempre inatingíveis para a maioria”. Apesar de ser gorda, eu de alguma forma era enaltecida pela minha beleza e pela malemolência que ostentava nos palcos.

Permaneci no limbo do não entendimento do meu lugar no mundo por muitos anos. Alguns lampejos me inquietaram de tempos em tempos, em situações e lugares diferentes. Porém, era mais simples permanecer na zona de conforto de uma ser marginal com alguma aceitação social. Os cabelos eram como as meninas da minha época queriam ter; pele branca, o que me livrava do racismo estrutural; olhos claros, bem ao estilo das atrizes e modelos de capas de revista; estudava em escola particular e, ao menos a família da minha mãe, ostentava um sobrenome de prestígio na cidade. Isso sem falar do frescor da juventude que torna as mulheres mais desejáveis. Juntando aos atributos naturais e herdados, aprendi cedo que pelos deveriam ser extirpados de todas as partes do corpo, unhas deveriam ser feitas com frequência, seios e partes avantajadas deveriam apenas insinuar e nunca mostrar a sensualidade juvenil em sua totalidade; seria o conjunto ideal para agradar ao patriarcado heteronormativo, não fosse o fato de ser gorda.

Então eu passei a odiar o único obstáculo que me impedia de ter um futuro de mulher de sucesso. Passei a odiar meu corpo praticando dietas malucas, jejuns e privações absurdas, uso de cintas modeladoras e a economizar para fazer lipoaspiração - intervenção mais acessível ao meu bolso. Meu pai pagaria essa cirurgia, mas eu já odiava tanto o meu corpo àquela altura que me imbuí do orgulho de eu mesma querer me livrar daquela banha em excesso.²⁷

O trecho da minha trajetória descrito acima oferece elementos que apoiem um percurso autoetnográfico. Embora as peculiaridades de cada história resultem em vivências distintas, ainda que as experiências e oportunidades sejam parecidas, não é possível negar a riqueza de cada relato e, nesse sentido, assumo o meu lugar de pesquisadora que observa

abarca as questões políticas, econômicas, sociais e culturais que envolvem habitar um corpo feminino e gordo, ou seja, um corpo público e transitório.

²⁷ No interior do Rio Grande do Sul (e acredito que em grande parte do Brasil), a banha do porco foi um artigo importante na alimentação-base das pessoas de baixa renda e dos agricultores pelo seu alto teor de energia, sua adaptação culinária e seu fator de conservação para outros ingredientes de origem animal. Denise Sant’Anna fala também sobre a banha em seu livro *Gordos, Magros e Obesos*, de 2016. Com o tempo, virou sinônimo de *sobra*, de *algo-no-corpo-que-não-deveria-estar-ali*. Cresci ouvindo que tinha banha em excesso; mais tarde entendi que essa expressão linguística da *sobra* também foi construída a partir da animalização, consciente ou não, da pessoa gorda.

todos os fenômenos relacionados à gordofobia e coloca seu próprio percurso a serviço da produção de conhecimento (ARRUDA, 2021).

Se “o diálogo se funda na igualdade e na circularidade do intercâmbio, na mutualidade recíproca e nas condições do ponto de vista” (LEVÉSQUE, 1978, apud AMORIM, 2004, p.31), sinto-me ao mesmo tempo sujeito e objeto, como nativa e como estrangeira nessa jornada de investigação.

Portanto, o caminho da autoetnografia me oferece chão firme para a construção dos demais pilares deste trabalho. São reflexões que perpassam toda a observação que estabeleço, sistematizando um florescer de histórias entrelaçadas por uma mesma direção: o corpo gordo.

1.2. Polifonia em escrita

A escrita aqui proposta parte de uma história vivida por mim, experienciada por muitos, com suas diversas traduções e interpretações, que ressoam de formas distintas de acordo com os gêneros (ou ausência deles), com a herança genética e cultural, com a condição social, econômica e cultural, com os acessos e oportunidades e tantas outras variantes que permitem a polifonia de significados.

Portanto, entendo que meu trabalho transcende a minha identidade ao reunir histórias cruzadas por meio de narrativas pessoais tão similares às de outras pessoas gordas, sobretudo mulheres latino-americanas, nascidas em ambientes heteronormativos e cisgêneros. A identificação pode ser estreita quando se fecham os pertencimentos e ampla quando se avaliam as subjetividades, neste caso todas concentradas no “habitar um corpo gordo”. É neste “habitar” - no sentido de pertencer e representar - que encontra-se meu objeto central de pesquisa.

Amorim (2004) afirma que para compreender um fato social é preciso apreendê-lo totalmente e isso significa olhar de fora com distanciamento suficiente, tal fosse uma coisa, porém integrante como sujeito. Observar o fenômeno dos ativismos e a internalização do entendimento da gordofobia, tanto para as próprias pessoas gordas quanto para os demais sujeitos, é a apreensão subjetiva a que ela se refere em seu capítulo sobre “Alteridade e Diferença”: “Esta apreensão subjetiva (consciente/inconsciente) significa viver o fato como se fôssemos autóctone e não observá-lo enquanto etnógrafo” (AMORIM, 2004, p. 69). A autoetnografia é, portanto, o caminho encontrado por mim para estabelecer o distanciamento

necessário e ao mesmo tempo oferecer o mergulho emocional que legitima as discussões e reflexões propostas.

Repito que iniciei um trabalho com muito mais certezas do que encerro, talvez por olhar as hipóteses com a necessidade de corroboração. Antes da Banca de Qualificação, este era um ponto de inquietação negativa para mim. Agora, mais madura ao apresentar a proposta de texto final, percebo ser as incertezas que irão me impulsionar para a continuidade de outras pesquisas a partir daqui.

O outro é aquele em relação ao qual não há adesão e que assim se constitui como um objeto para mim. E se a construção do objeto se faz por objetificação do sujeito, isto é, pelo que em mim se descola e não adere, pode-se dizer que a alteridade enquanto objeto de pesquisa procede de mim. (AMORIM, 2005, p. 69)

Para entender a polifonia em que me encontro, não há como deixar de citar Bakhtin e suas ideias acerca da construção do diálogo. O olhar de Amorim (2004) sobre este filósofo acendeu pequenas e potentes luzes no entendimento da minha pesquisa. O conceito de discurso no interior do discurso proporcionou um mergulho importante sobretudo na avaliação dos ativismos, onde consegui talvez manter o maior distanciamento de todas as etapas. Procurei analisar as estratégias e conteúdos apresentados pelas ativistas gordas, o que não pretendo detalhar neste trabalho, sob pena de me desvirtuar do objeto. Mas partes dessa observação estão contidas em quase todos os trechos intercalados com minhas histórias. Mantenho, assim, minha identidade de jornalista numa escrita de proposta de educação emancipatória.

A obra é um elo na corrente do intercâmbio verbal; semelhante à réplica do diálogo, ela se liga às outras obras-enunciados: àquelas as quais ela responde e àquelas que lhe respondem e, ao mesmo tempo, semelhante ainda à réplica do diálogo, ela está separada das outras obras pela fronteira absoluta dos sujeitos falantes. (BAKHTIN, 1982. p.282)

Lembro de como eram as minhas redes sociais no início dessa investigação e de como elas foram se constituindo para a organização clara pelos objetivos, comunicados claramente ou não, das pessoas as quais mantive seguindo, as que excluí e as que acrescentei ou sinalizei como prioritárias. Em linhas iniciais, pode parecer uma afirmação fútil e líquida, como diria Bauman em sua *Modernidade Líquida* (1999). Porém, como pesquisadora, se fez importante essa distinção e, como pessoa gorda, mais ainda.

Passei a dar prioridade para conteúdos relacionados à gordofobia e alinhamento das práticas com discurso. Volto aqui ao caso da jornalista e influenciadora Alexandra Gurgel ao compreender a resistência que grande parte das pesquisadoras gordas tinha e tem em relação a ela. Quando a conheci, em 2017, ela não tinha projeção nacional como hoje. Era uma

jornalista com uma boa rede de contatos, com textos instigantes para alguns veículos e blogs de expressão, entre outras pessoas com perfis parecidos. No momento em que ela lançou a hashtag #corpolivre e se apropriou do discurso *bodypositive*, num viés bem brasileiro, passou a ser bastante conhecida, requisitada e utilizada como fonte para quem queria pesquisar o assunto, mas também para quem quer fazer mídia com as pessoas gordas. Isso inclui casos como o do canal de humor Porta dos Fundos²⁸, cujos vídeos gordofóbicos passaram a receber muitas críticas nos últimos três anos. Alexandra foi chamada para lives com Fábio Porchat e para dar sua opinião em programas da TV a cabo e da TV aberta, além das páginas de outras e outros influenciadores digitais. Até aí excelente, não fosse o fato dela se autodeclarar pioneira nesse tipo de conteúdo e na luta antigordofobia no Brasil, o que não é em absoluto verdade, já que muitas pesquisadoras a precederam e muitas outras influenciadoras já falavam sobre o assunto muitos anos antes, inclusive eu como blogueira do Sim Sou Diva e promotora do Vai Ter Gordas na Praia Sul. Boa parte da gordosfera se sentiu atropelada por ela, passando a hostilizar seu conteúdo e seu livro. Disputa de campo, como afirma Bourdieu (2005)? Provável. Porém, para um campo desbravado à custa de tanto sofrimento como o dos Estudos do Corpo Gordo, da Pesquisa Gordas, ineditismo e pioneirismo ganham contornos que vão muito além de egos feridos.

Apesar da atitude não amistosa, nunca a hostilizei e acho que, no papel de divulgar o nicho central do assunto, aquele que é difundido pela mídia de massa e chega primeiro aos olhos e ouvidos do público leigo - o preconceito contra corpos dissidentes - ela, embora não tenha sido a pioneira, alcançou uma capilaridade importante para o tema. Por outro lado, sua falta de clareza quanto às fontes que bebeu - os estudos do corpo gordo - e suas contradições como influenciadora faz com que ela fragilize um campo já tão sensível e previamente descredibilizado quanto a pesquisa gordas e as ações antigordofobia. Infelizmente, muitas pessoas que chegam nesse tema de interesse acabam por receber Alexandra Gurgel como uma fonte científica, quando na verdade ela surfou uma onda de influência (bem feita) digital, nada além disso.

Não quis me furtar de levantar o assunto justamente porque considero a escrita acadêmica importante na potência de reverberar referências para a construção de conhecimento e, também como parecerista de periódicos, o equívoco tem sido bem frequente.

Por outro lado, se no entendimento contemporâneo de construção de conhecimento o saber teórico acadêmico precisa interagir com as concepções construídas no cotidiano das

²⁸ <https://www.portadosfundos.com.br/>

relações sociais, por meio de discursos distintos, as formas cotidianas de expressão - como as redes sociais - podem contribuir para a construção desse saber formal, teórico e acadêmico (FREITAS, SOUZA E KRAMER, 2007), legitimando influenciadoras digitais sem compromisso com o rigor científico como partes integrantes da construção da epistemologia do campo Pesquisa Gorda. Essas questões estão aqui expostas não como afirmações e sim como reflexões a partir das leituras e das minhas observações participantes.

Particularmente percebo que **Gordofobia** ainda é uma palavra de significado muito mais cômico do que sério para a maior parte das pessoas. As razões podem ser amplas, desde o fato de ser uma palavra muito jovem, tanto de registro quanto de uso coloquial; até a atuação midiática em torno dela em canais de humor, novelas, filmes, entrevistas e material jornalístico, além das legitimações discriminatórias e segregacionistas de origem colonial e raízes no biopoder (FOUCAULT, 1994), sobre o qual falarei mais adiante.

Sendo um jovem vocábulo e mais jovem e confuso ainda entendimento, mesmo para os interessados no tema, ainda há muita turbulência. Se as próprias pessoas gordas confundem movimento *body positive* (ou #corpolivres) com luta antigordofobia, isso demonstra que o caminho é longo, cheio de vias alternativas que precisaremos reivindicar espaços para que cheguem a um mesmo destino: uma sociedade não-gordofóbica. Embora seja importante estabelecer diferenças entre ambos, no quesito de conquista de espaço nas pautas de importância do consciente coletivo, elas podem e devem dar as mãos, ao menos até que o básico seja internalizado como uma chaga social para a maioria das pessoas. Afinal, ninguém lê um livro a partir da conclusão.

Por essas e outras razões mais particulares, defendo que é importante que todas as pessoas gordas se unam em torno do fim do preconceito contra os corpos gordos, sejam elas pesquisadoras científicas, sejam elas influenciadoras, sejam elas pessoas sem projeção social ou midiática, utilizando a polifonia de Bakhtin. Para que o objetivo principal seja o mesmo, onde somente a educação libertadora de Freire pode unificar o discurso e levar todas as vias alternativas ao mesmo destino.

1.3 Somos actantes em rede

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.”

(Paulo Freire)

Meu foco de observação inicial foram os movimentos de mulheres gordas em torno de uma aceitação e principalmente pelo respeito. Fiz e faço parte desses movimentos, percebendo minha própria mudança de um olhar que migrou da aceitação para o amor próprio, da bandeira do corpo livre para a militância antigordofobia.

Esses movimentos só são possíveis graças a redes de ação e associação, o que Bruno Latour (2005) estabeleceu como conceito de ator-rede (TAR). Nestas redes ator-rede, há actantes humanos e não-humanos. Deste modo, as tecnologias são também actantes que agem e fazem parte das associações que compõem o que chamamos de social. Cada recurso oferecido em uma rede nos proporciona outras formas de ativismos, de chegar a outros nichos, a outros grupos em constante formação, com a mesma dor em comum. Graças ao algoritmo - aos recursos e configurações - é possível, inclusive, vislumbrar uma pedagogia engajada (HOOKS, 2017), uma educação ativista (LAPA *et al*, 2019) que permita a oferta de voz dos grupos dos quais faço parte para a desconstrução de paradigmas estigmatizantes em nome de uma transformação social por meio da educação.

Considerando que uma pedagogia engajada/ativista ora existe graças ao algoritmo que age na construção das redes. Ora é apesar do algoritmo, pois ele pode agir para desmobilizar, ou criar outros consumos e vínculos de acordo com interesses políticos, econômicos, etc. E ainda, há vezes que é contra o algoritmo, denunciado seus mecanismos de ação, buscando outras estratégias e plataformas de articulação.

Há, aqui, o desafio de falar do corpo, mais especificamente do corpo gordo, de suas associações em redes sociotécnicas e interfaces com o campo da Educação. Para Latour, a resposta à pergunta “como falar do corpo?” está relacionada com aprender a ser afetado, sob o risco de ficar insensível, mudo, morto:

Se o contrário de ser um corpo é morrer, não podemos pretender ter uma vida separados do corpo, muito menos uma vida depois da vida, ou uma vida do espírito: ou se tem um corpo, se é um corpo; ou está-se morto, é-se cadáver, um número numa macabra contagem de corpos. É esta a consequência directa do argumento de Vinciane Despret, inspirado nas ideias de William James sobre as emoções: ter um corpo é aprender a ser afectado, ou seja, “efectuado”, movido, posto em movimento por outras entidades, humanas ou não-humanas. Quem não se envolve nesta aprendizagem fica insensível, mudo, morto. (LATOURE, 2018, p. 39)

Como lembra Paulo Freire (1978), educação não é sinônimo de transferência de conhecimento pela simples razão de que não existe um saber feito e acabado, suscetível de ser captado e compreendido pelo educador e, em seguida, depositado nos educandos. Educar, ser movido, posto em movimento, ser um corpo e aprender a ser afetado. Afinal,

O saber não é uma simples cópia ou descrição de uma realidade estática. A realidade deve ser decifrada e reinventada a cada momento. Neste sentido, a verdadeira educação é um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade pelos que a vivem. (FREIRE, 1978, p. 19)

A ideia é firmar o pilar da mídia e educação, da pedagogia engajada e do ativismo gordo, sobre o alicerce da autoetnografia, utilizando a análise do meu canal do Youtube, especificamente na seção Gordosfera, além das participações nos coletivos Sim sou Diva e Desencaixa, e do Grupo de Estudos Transdisciplinares das Corporalidades Gordes do Brasil - Pesquisa Gorda como amostras concretas do triângulo teórico epistemológico proposto.

Não pretendo utilizar os conceitos relacionados às redes sociais, onde o “social” é um chavão e sim pensando numa perspectiva de integração, desconstrução e reconstrução constantes, conforme a Teoria Ator-Rede (TAR) compreende as relações. Da mesma forma, autores como Kellner e Share (2005) e Buckingham (2019) apresentam discussões importantes no campo da mídia e educação, sobretudo na criticidade do seu papel nas diretrizes educacionais.

Pensando diretamente no meu papel de comunicadora (minha formação profissional) e de educadora, principalmente de pessoa que contribui com ferramentas para uma educação ativista, lembro a todo instante da professora bell hooks (1994), quando afirma que na educação libertadora não existe uma separação entre teoria e prática. “Na teoria como prática libertadora, a teorização é um processo crítico e reflexivo que leva a uma mudança, uma prática, uma cura do indivíduo ou do coletivo, desde que seja direcionada para este fim” (HOOKS, 1994, p.89).

Lapa *et al* (2019) propõem, entre alguns quesitos do seu projeto de Educação Ativista, a compreensão da responsabilidade do pesquisador como um intelectual transformador, evidenciando vozes dissonantes; e também a quebra da distinção sujeito-objeto, “uma vez que todo conhecimento é autoconhecimento e que a produção do conhecimento e seu produto são inseparáveis” (SANTOS, 1989 apud LAPA *et al*, 2019, p.5).

Percebo a pesquisa em Educação bastante rica quando existe o desenvolvimento de aproximações contextualizadas em perspectivas internas, apesar de tradicionalmente serem negligenciadas pela suposição de que ser nativo é hostil à boa pesquisa e de que não há rigor metodológico suficiente para legitimar um conhecimento válido (LAPA *et al*, 2019).

Escolhi o alicerce da autoetnografia por entender que representa a experiência pessoal no contexto das relações, categorias sociais e práticas culturais, de forma que o método

procura revelar o conhecimento de dentro do fenômeno, demonstrando, assim, aspectos da vida cultural que não podem ser acessados na pesquisa convencional. (SANTOS, 2007). As professoras Lapa, Lanna e Silva (2019) explicam, em diálogo com Freitas (2007), que essa proximidade também se faz ampla no contexto da educação:

A proximidade sujeito-objeto é benéfica para a pesquisa na educação, pois o nativo tem uma compreensão sensível sobre o objeto, tem um olhar único porque é decorrente da posição que ocupa e das relações estabelecidas com os sujeitos com quem pesquisa (LAPA; LANNA; SILVA, 2019, p. 11-12).

Como mulher cisgênero, integrante de grupos majoritariamente compostos por mulheres, o protagonismo dentro dessa pesquisa é do corpo gordo feminino, ainda que seja notório que a gordofobia atinge todas as pessoas com corpos considerados obesos. O triângulo metodológico, portanto, se dará numa perspectiva feminista e preferencialmente decolonial, não por desprezar a contribuição teórica e prática hegemônica, mas por querer aproximar a perspectiva da voz na educação para a realidade brasileira.

Fato que a escola muitas vezes contribui para a reprodução do discurso gordofóbico desde cedo, principalmente quando se apega às leis municipais, estaduais e federais de “combate à obesidade”, que instauram uma guerra não contra a “doença” e sim contra as pessoas gordas. Jimenez-Jimenez (2019) ressalta que a escola básica não tem cumprido o seu papel de transgressão do pensamento hegemônico, relegando essa responsabilidade à educação superior, onde se acredita que pensamento crítico e respeito ganham contornos mais maduros e efetivos.

Não estamos preparados para uma educação inclusiva, mas não assumimos esse despreparo, se fala de uma escola inclusiva, mas não se inclui. Infelizmente, essa é a realidade brasileira, e quem sabe, mundial. Basta olharmos para a falta de acessibilidade nesses espaços, os uniformes, cadeiras, banheiros, escadas. Se faz uma encenação de escola inclusiva, mas na verdade estamos cada vez mais cruéis com a diferença; e a violência dentro das escolas mostra isso. Quais são as formações dessas professoras e professores desde o ensino infantil sobre corpos dissidentes, diversidade e exclusão social? Me parece inexistente. Todos sabemos dessa situação, e como educadores temos que ter cuidado para não reproduzirmos qualquer tipo de exclusão. (JIMENEZ-JIMENEZ, 2019, p. 02)

Por muitas razões, desde a infância as mulheres são mais afetadas pelo estigma da gordofobia, a começar pelos números de vítimas de transtornos alimentares e por serem as consumidoras majoritárias do mercado da beleza e dos procedimentos estéticos (AMBULIM, 2018 apud ARRUDA, 2020, p. 56).

Cada vez mais cedo as meninas querem se enquadrar em padrões e, em consequência disso, o número de crianças com transtornos alimentares cresce a cada ano. De acordo com o Portal Hospitais do Brasil, durante a pandemia esse número aumentou ainda mais, chegando

a 500% para atendimentos e internações para alguns transtornos como bulimia, anorexia e compulsão alimentar²⁹.

Na adolescência e fase adulta, o número de cirurgias bariátricas realizadas em mulheres é consideravelmente maior do que em homens. O último levantamento da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM) diz que 70% dos procedimentos feitos no Brasil são em mulheres.³⁰

Mulheres são facilmente enquadradas numa espécie de linha de produção. Sempre há algo a ser melhorado, adaptado, modificado, até que se torne compulsório e que nenhuma mulher que se preze tenha coragem de andar de cara limpa, não ceder ao look da moda, a um procedimento estético ou ficar alheia a uma dieta. (WOLF, 2019).

Para as que não conseguem - ou simplesmente não querem - resta a vida em sociedade opressora, onde poder público e privado tentam controlar e extirpar os corpos gordos. Essa realidade ficou ainda mais gritante também durante a pandemia.

Não venham querer impor que a pessoa gorda deve ter autoestima elevada, se, a todo o tempo, a sociedade rechaça e ridiculariza o corpo gordo; se, em meio a uma pandemia, a sociedade normaliza discursos de que *só morrerão gordos e velhos* – ou seja, estes são inúteis e podem morrer. (RAPOSO, 2020, p.03)

A necessidade de um feminismo gordo decolonial, com olhos voltados para a educação, é vital para que casos como o da adolescente paraense Dielly Franco não se repitam. A menina sofria bullying na escola há bastante tempo, de acordo com a família. Xingamentos do tipo “lixo” e “porca imunda” eram frequentes, culminando no seu suicídio no banheiro da escola no ano de 2018 (JIMENEZ-JIMENEZ, 2019). O caso poderia ter caído no esquecimento não fossem as dissertações, teses, artigos e publicações escritas por ativistas e cientistas gordes. Um dos aspectos mais chocantes dessa história, que me abalou na época, é que, após a sua morte, algumas pessoas continuavam a comentar nas suas redes sociais de forma gordofóbica, dando a plena expressão do quanto é um preconceito estrutural, sem limites, que não cessa nem diante da morte do corpo físico. Dielly era mulher, preta, periférica e gorda maior.

Ainda que eu seja uma mulher rodeada de privilégios - branca, cisgênero, classe média, ensino superior, ocidental -, toda pesquisa procurou observar a visão mais ampla e empática possível de amostra dentro do ativismo feminino em rede. Acredito que mulheres

²⁹ Os dados apresentados na reportagem se referem ao estudo publicado em 2021 na revista *Pediatrics*, da Universidade de Michigan, nos EUA.

³⁰ <https://www.scbm.org.br/70-dos-pacientes-de-cirurgias-bariatricas-sao-mulheres/> Acesso em 23/03/2021, às 10h40

diversas tenham olhares diversos, talvez diferentes de alguns observados por mim, principalmente quando falamos de gatilhos, traumas e sofrimentos, impostos ou autoimpostos. Estou sensível aos relatos e dores dos demais recortes.

Nesses quase cinco anos como pesquisadora gorda, posso afirmar que aprendi muito mais sobre mim mesma e sobre a diversidade do que em décadas de idade adulta.

Um bom exemplo do recorte a que me refiro tem a ver com os conceitos de gorda maior e gorda menor. Dentro do ativismo gordo, não há uma definição precisa sobre a fronteira do que é uma gorda maior ou uma gorda menor quanto ao aspecto físico ou mesmo ao Índice de Massa Corporal (IMC). Porém, Jimenez-Jimenez (2018) explica que o conceito está relacionado à profundidade dos prejuízos sociais.

Gordo maior é a pessoa que tem perdas estruturais. Além da gordofobia, ela tem direitos e acessos básicos negados na sociedade, como no transporte público, equipamentos médicos e hospitalares. Gordo menor é a pessoa que é considerada gorda pela sociedade, passa por situações gordofóbicas - tem dificuldade de encontrar roupas, por exemplo - mas ela não sofre com questões estruturais, de acessibilidade. Ela cabe nos lugares e por isso têm menos dificuldades sociais. (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020, p. 13)

Com a pandemia e o início da vacinação, essas distinções subjetivas se constituíram em mais um entrave de acessibilidade às pessoas gordas. Estamos vivendo momentos de opressão, onde as pessoas gordas de várias partes do país estão tendo dificuldades para conseguir seus laudos e, mais ainda, estão sofrendo a “fiscalização da comorbidade”, o julgamento social pelo não entendimento do direito da pessoa gorda à prioridade na vacina.

Se nos negam o atendimento médico adequado, já seria motivo suficiente para que a vacina fosse prioridade. Mas, infelizmente, essa realidade está distante. Aqui parto da observação e percebo que ser soropositiva acaba sendo um privilégio para mim. Ninguém questiona um laudo de um portador de HIV³¹; mas muitos questionam os laudos que apontam as necessidades de vacinar com prioridade a pessoa gorda. Mais do que isso, utilizam o “privilégio” de pessoas gordas como contra-argumento que deslegitime a própria luta antigordofobia.³²

³¹ Esta discussão sobre ser gorda e soropositiva foi levantada por mim durante o 21º Seminário Internacional Desfazendo Gênero (2021), com a apresentação oral e publicação nos anais do texto “Para um novo olhar sobre o corpo gordo”, onde discuto dissidências de um corpo gordo marginalizado também por entrecruzar o HIV como parte de sua vivência.

³² Inúmeras postagens surgiram durante o período de definição dos grupos prioritários para a vacinação contra a Covid-19 em 2021, invalidando a prioridade da vacina para pessoas gordas, sobretudo em perfis antigordofóbicos, questionando o porquê da defesa dessa prioridade, sendo que uma das pautas é não considerar a pessoa gorda como doente somente por ser gorda. O volume de mensagens foi tamanho e criou tantos empecilhos para que pessoas gordas obtivessem seus laudos, que grupos de ativismo se moveram em mutirões que prestassem assistência às pessoas com dificuldades em obter os laudos para a vacinação.

No conjunto de observadora participante, meu lugar de fala se estabelece como gorda menor porque, embora eu tenha tido inúmeros prejuízos, poucas vezes passei por episódios relativos à acessibilidade em espaços públicos. Como as redes encorajam o ativismo digital, para uma amostra mais ampla, vou me apropriar da transformação propiciada pelas redes e pelos actantes envolvidos, incluindo meus colegas de Pesquisa Gorda.

2. REDES PARA MÍDIA-EDUCAÇÃO, PEDAGOGIA ENGAJADA E ATIVISMO ENTRELAÇADOS PELA AUTOETNOGRAFIA

O tripé mídia-educação, pedagogia engajada e ativismo possui uma complexidade de laços que poderiam facilmente se perder dentro da temática aqui proposta ou de qualquer outro enredo. Para garantir que ficassem “amarrados”, escolhi a autoetnografia como fio condutor, motor científico que coloca em ação muitos mecanismos e engrenagens. São potências múltiplas, repletas de especificidades entrelaçadas por este método, que me permitem indagar a realidade da sociedade, contribuindo para a produção de novos saberes. Uma direção que amplie o debate epistemológico sem perder o caráter sensível aos empirismos que envolvem as transformações coletivas, as formas de desconstrução e os laços de engajamento que possibilitam o pensar e o construir em conjunto.

Não vou me ater a explicitar as teorias que embasam os crescimentos das tecnologias digitais ou o surgimento das redes sociais, tampouco pretendo discutir cultura de convergência ou qualquer novo conceito hipertextualizado, embora tenha bebido bastante nessas fontes na minha formação como comunicadora web 2.0 e docente. Vou me preocupar com o caminho que os ativismos percorrem associados aos recursos da comunicação e da mídia, problematizando possibilidades para inserir essa discussão nos saberes e práticas da educação.

Utilizando as redes da mídia-educação, é fundamental ter sempre em mente que estamos lidando com as primeiras gerações completamente conectadas, ou seja, são crianças e adolescentes que desconhecem um mundo sem mediação (KELLNER e SHARE, 2005). Os principais pontos positivos são o fluxo facilitado de informações e a conexão em redes. Como pontos negativos, talvez o mais preocupante seja o controle capitalista sobre as mídias que justamente atua sobre esse fluxo de informações e escolhe por nós essas conexões em rede em nome do lucro, sob a licença da democracia.

Nas gerações imediatamente anteriores, eram os programas de televisão os maiores responsáveis por estimular o consumo. Nos últimos 20 anos, além da TV, os videogames, os brinquedos e a música aparecem conectados via redes sociais, algumas pensadas estrategicamente no público infantil, para se tornarem as grandes transmissoras da cultura. São os contadores e vendedores das histórias de tempos anteriores e agora, “mais do que nunca, as crianças precisam aprender a questionar criticamente as mensagens que as cercam e

usar a grande variedade de ferramentas disponíveis para expressar suas ideias e exercer plena participação na sociedade” (KELLNER e SHARE, 2005, p. 689).

Como ativistas e militantes de uma pedagogia engajada, a mídia-educação não se limita a um recurso ou meio, ou mesmo a um olhar sobre a educação. Ao passo que ela é inegavelmente uma ferramenta potente para difusão e desenvolvimento de diretrizes eficientes para as progressões socioculturais, não cabe a ela a responsabilidade sobre criação e destruição de mitos sobre a própria educação. Para Buckingham (2019), quando se pensa em conteúdo, não é prudente separar a “mídia tradicional” da “mídia digital”. De acordo com o autor,

[...] educar para as mídias não é usar as mídias ou a tecnologia como ferramentas para aprimorar o ensino; não é proteger os jovens do mundo digital; também não é apenas desenvolver habilidades técnicas para oportunizar aos jovens se expressarem nas mídias digitais; trata-se de desenvolver um entendimento crítico sobre as mídias de forma ampla. (BUCKINGHAM, 2019 *apud* MARQUETTO, 2020 p. 165)

Castells (2004) e Jenkins (2003) chamaram a atenção para a fragmentação, a remodelação e as convergências que as novas tecnologias - à época - trariam para o modo de pensar das pessoas e, conseqüentemente, para suas formas de se relacionarem e se comunicarem. Não há como ignorar os Estudos Culturais e a Teoria Crítica nessa análise, não só por minha perspectiva de formação profissional, mas também pela visão relacionada à educação, à cultura e à sociedade afetada, mesmo que a maior parte das publicações da Escola de Frankfurt tenha sido anterior ao advento da internet e até ao surgimento da própria televisão.

Foi naquela época, entre os anos de 1930 e 1960, que o olhar para uma educação na mídia evoluiu a partir do questionamento crítico social para analisar como a cultura popular e as novas ferramentas da tecnologia da comunicação induzem à ideologia e ao controle social. Mudam as mídias, mas o seu papel permanece e se aprofunda. Foram muitas as ocasiões onde me vi analisando situações ocorridas nas redes sociais, filmes, séries de sucesso nos streamings por meio das leituras que fiz sobre as Teorias da Comunicação de Massa e a Teoria Crítica de Adorno, Benjamin, Horkheimer, Fromm e Habermas.

Se a mídia-educação fosse um fluxo contínuo de poder sobre os atores do saber, seria como a Teoria da Agulha Hipodérmica (1930), uma espécie de construção artificial de consenso para uma massa homogênea de sujeitos isolados e anônimos reféns das mensagens. Por mais que saibamos o poder da mídia e a vontade que alguns grupos políticos e econômicos têm de que essa seja a verdade, é na multiplicidade e na diversidade que essa “verdade” se enfraqueceria, tanto na relação entre sujeitos quanto na variedade dos próprios

meios de comunicação. Entretanto, pensar nos meios e nas redes não como agentes de ajustes, mas de violência simbólica que se utiliza da ubiquidade, como declara a Teoria Crítica, seria uma forma mais coerente de classificar as mídias para ou contra a educação.

Girardello, Fantin e Pereira (2021) falam sobre a mediação adulta nos processos de reconhecimento do mundo e da aprendizagem, encadeando essa “necessidade” com a presença constante e cada vez maior das fake news numa sociedade que se vê obrigada a revalorizar a dimensão crítica na mídia-educação; e com o lugar reservado à corporeidade das crianças em uma sociedade atravessada pelo digital. Os autores são educadores que produziram uma reflexão sobre crianças, mídia e tecnologias, discutindo temas tão importantes agravados pela pandemia da Covid-19 e o distanciamento social.

Ter acesso à informação nem sempre é a solução. Aprendi isso à revelia do que tinha como axioma. “Reaprendi” talvez seja a melhor palavra em meio ao que vivemos na atualidade. Há tanta informação, desde a tenra infância, e as ferramentas para sua decodificação podem ser tão confusas, limitantes ou limitadas, que esse acesso cria um efeito rebote. Para Marteleto (2012), a utilidade social dos conhecimentos, a sua capacidade de converter-se em recurso para outros atores além do campo científico, tem sido um dos eixos centrais em torno do qual desenvolvem-se reflexões sobre as relações entre ciência e sociedade.

Não existe um meio unidirecional a ser percorrido e sim um diálogo no espaço social entre uma pluralidade de atores, discursos, sabedorias, ideologias e práticas presentes na esfera de um mercado simbólico ambientado pelas mídias e por relações de domínio e poder, as quais assumem novos matizes na ambientação contemporânea das sociedades do conhecimento, da comunicação e da informação. (MARTELETO, 2012, p.285)

De acordo com a Teoria Ator-Rede, de Bruno Latour (2005), as tecnologias são também agentes que agem e fazem parte das associações. Nesta investigação, interessa o que essas tecnologias nos “fazem fazer”, como elas possibilitam, a partir de seus recursos, configurações, algoritmos, contradições, que as ações dos ativismos aconteçam.

Pensando nas “bolhas” onde estamos inseridos, se uma criança, jovem ou adulto estiver exposto a conteúdos transfóbicos, machistas, capacitistas, gordofóbicos, homofóbico, etaristas e racistas, essa pessoa tenderá a criar certa identificação com esses discursos. Do contrário, ela própria rejeitará a bolha pelos mecanismos disponíveis nas redes, ainda que leve um tempo. Mas para que ela rejeite a bolha, um conjunto de outros actantes está cumprindo os papéis que balizaram essa rejeição: escola, família, amigos, colegas de trabalho, colegas de escola, companheiros de atividades de interesse comum. A lógica se aplicaria numa situação contrária. Se pegarmos como exemplo uma criança ou jovem gorda

que vê nas suas redes outras pessoas gordas de forma positiva e não punitiva, a tendência é que ela crie identificação, ainda que outros importantes actantes do seu entorno mantenham discursos gordofóbicos em algum nível. E é aí que entra o ativismo digital gordo na educação: oferecer ferramentas de representatividade e informação adequadas para essa criança ou jovem não se sentia excluído, combatido ou desumanizado. Pelo contrário, que essa pessoa gorda se sinta segura para existir no mundo como é.

O ativismo gordo para a educação tem o papel crucial de organizar as pautas de aprendizagem de acordo com as demandas específicas de cada grupo - que pode ser um recorte de idade, espaço geográfico, ciberespaço, de discussão de gênero, de ambiente escolar, de ambiente de formação pedagógica básica ou continuada, etc. Nesse momento, nós ativistas muitas vezes saímos da esfera do virtual para a atuação direta, sem a mediação midiática imediata, onde somos necessárias. Este é o papel do coletivo Desencaixa, por exemplo, sobre o qual falarei na terceira parte deste trabalho.

Basicamente nos organizamos por parceria, requisição, recomendação e também por nossas redes digitais de ativistas. Os processos são baseados na metodologia da educação popular (Pedagogia da Autonomia), de Paulo Freire (2004), em perspectiva colaborativa, onde todos aprendem com todos, sem enquadramento de comportamento ou transmissão passiva de conteúdo, mas sim num processo dialógico e participativo para a transformação e autonomia dos sujeitos via mediação da militância gorda. Acreditamos que a capacidade de educar está em todos os campos, neste caso facilitado pelas redes e pelo digital.

Rivoltella (2017) afirma que nem sempre os receios diante dos riscos das tecnologias digitais e da web significam a capacidade de educar. É certo que os pais e a escola podem e devem orientar as crianças e jovens sobre a exposição às tecnologias digitais e suas mediações dentro de aspectos amplos que não se reduzem aos sociais, culturais, políticos e econômicos. Dizem respeito “às dimensões de acesso, inclusão digital, consumos, possibilidades de autoria, participação e cidadania, com ênfase para os educativos, pedagógicos, éticos, estéticos e ligados às subjetividades na formação humana”. (GIRARDELLO; FANTIN; PEREIRA, 2021, p. 35)

O fato é que existe uma urgência na formação crítica das crianças para as tecnologias digitais e sua relação com a mídia. Como ativista, percebo um recuo de parte da militância quando o assunto é falar para crianças. Um dos poucos artigos que tratam sobre gordofobia e direcionamentos para a infância, o “Gordofobia na Escola: Lute como uma gordinha” (JIMENEZ-JIMENEZ, 2019), aborda a relação dos pais e educadoras com as crianças num

ambiente estruturalmente gordofóbico que são as instituições de ensino, com destaque para o fenômeno de distorção de imagem predominantemente em meninas cada vez mais jovens.

A autora levanta questões fundamentais como a falta de formação básica e continuada para os educadores, a ausência ou negligência na discussão sobre diversidade, direitos humanos e pensamento crítico, e a estigmatização reforçada inclusive nos materiais didáticos,

Os profissionais da educação repetem a estigmatização, e de maneira geral não sabem lidar com o preconceito, culpando na maioria das vezes a própria vítima. A estigmatização e exclusão do corpo gordo na escola está presente desde cedo, porque a escola não tem cumprido o seu papel de transgressão do pensamento hegemônico; [...] Não estamos preparados para uma educação inclusiva, mas não assumimos esse despreparo quando se fala de uma escola inclusiva. [...] Basta olharmos para a falta de acessibilidade nesses espaços, os uniformes, cadeiras, banheiros, escadas. Se faz uma encenação de escola inclusiva, mas na verdade estamos cada vez mais cruéis com a diferença; e a violência dentro das escolas mostra isso. (JIMENEZ-JIMENEZ, 2019, p.03)

Por razões como estas, me preocupo em definir os conceitos que direcionam o ativismo gordo, de onde surgiram, os principais embates, suas mudanças epistemológicas e seu lugar dentro do campo científico, além das perspectivas de caminhos para onde vão.

Porém, apesar das fontes e dados hegemônicos estarem presentes nesta análise, elas compartilham lugar com novos olhares em perspectiva decolonial, aceitando que Brasil e países vizinhos possuem peculiaridades e saberes construídos de formas bastante particulares, contribuindo para a personalidade de um movimento de ativismo gordo latino-americano.

Quando comecei no ativismo, sem ainda saber que estava nele, os sites e as redes sociais da época cumpriram o papel agregador. Naquele momento, em 2015-2016, já conhecia algumas correntes da mídia-educação, mas nunca tinha ouvido falar em Teoria Ator-Rede, por exemplo, e pouco conhecia dos feminismos latinos. Tínhamos o hábito de compartilhar fotos e registros, escrever as experiências em blogs, sites e outras redes próprias para escritas mais amplas. Percebíamos pessoas com trajetórias parecidas vivendo em Paraisópolis, no sertão do Nordeste, na Capital Federal, nas praias mais badaladas e nos recantos mais escondidos do país. O único requisito era ter internet, fosse a cabo, a rádio ou via celular.

Passamos a conhecer as histórias umas das outras. O que nos separava eram condições que, para aquele arranjo, não importavam. Aqueles laços que antes necessitavam da interação para serem construídos (laços emergentes) passaram a ser agrupados também pela associação (laços associativos) e passaram a ser mantidos pelos próprios sites e redes sociais. (RECUERO, 2009)

Se antes a televisão era a fonte de informações com maior credibilidade, como define Castells (1999) em sua tese, a mídia encontrou formas de maior autonomia para atuar sobre mentes interconectadas, altamente diversificadas e atenções voltadas para mercados segmentados.

Tornamo-nos inacabados em nossos saberes, o que se manifesta em nossos perfis e também nos grupos em que participamos. Estes grupos passam a ser mutáveis, nunca acabados; afinal, “não há grupos estáticos e sim a formação de grupos contínuos” (LATOURE, 2012).

Embora exista o poder historicamente estabelecido e suas disputas pela hegemonia dentro das sociedades assimétricas, é inegável perceber que a condição de mutabilidade elevou os debates e as construções de conhecimento a um outro centro de discussão.

Meu interesse pelos grupos e temas acerca do ativismo gordo surgiu das minhas próprias experiências e da observação de experiências similares na relação com o corpo gordo. Portanto, pouco importa estritamente se a pauta é um corpo de 90 quilos, de 120 quilos ou de 200 quilos. A discussão é sobre o “ser gordo” e, nesse sentido, ela é subjetiva, ampla, mutável dentro da própria transdisciplinaridade já que um atleta, cuja compleição muscular seja fundamental para sua atividade, pode facilmente pesar 90 ou 120 quilos, enquanto uma mulher não atleta de 90 quilos dificilmente fugirá ao estigma de habitar um corpo gordo, mais ou menos reforçado de acordo com suas outras peculiaridades físicas ou subjetivas. Portanto, uma das questões fundamentais deste trabalho é também **questionar sobre quais peculiaridades existem na discussão sobre "ser gordo" nas redes digitais sociotécnicas. dentro de uma perspectiva de mídia-educação.**

São exemplos de como a mutabilidade e ao mesmo tempo a resistência nas análises dos campos vigentes precisam ser discutidas dentro dos ativismos. Adotar o olhar da Teoria Ator-Rede (TAR), libertando “as questões de fato da sua redução à ‘Natureza’ exatamente como devemos libertar os objetos e coisas da sua ‘explicação’ pela sociedade” (LATOURE, 2012, p. 161), oferece uma forma mais abrangente de compreender os movimentos ativistas, sem negligenciar as disputas e os significados, empíricos e epistemológicos, que constantemente unem e separam esses grupos, proporcionando ferramentas de uso midiático e educacional.

Para Latour (2012) não há explicações prontas, apriorísticas, que evocam o social. Para o autor, é preciso buscar o rastro que as ações e associações deixam na rede. É sempre como uma fotografia de um momento, de um arranjo e não algo estático.

2.1 Corpo e espaço

“Por falta de opções, nos autodenominamos sociólogos, historiadores, economistas, cientistas políticos, filósofos e antropólogos. [...] Qualquer que seja a etiqueta, a questão é sempre a de reatar o nó górdio atravessando, quantas vezes forem necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder, digamos a natureza e a cultura. Nós mesmos somos híbridos, instalados precariamente no interior das instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos, um terço instruídos sem que o desejássemos; optamos por descrever as tramas por onde quer que estas nos levem. Nosso meio de transporte é a noção de tradução ou de rede. Mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica do que a de complexidade, a rede é o fio de Ariadne destas histórias confusas.” (LATOURE, 1994. p. 09)

Construir sentido a partir de interações é o que se busca nas redes sociais. Mais do que espaços de exposição, as redes estabelecem terreno para que relações simples e complexas se firmem. Quando falamos de ativismos, podemos afirmar que permanência, buscabilidade, replicabilidade e presença das audiências invisíveis, são características fundamentais das redes para que eles se edifiquem, se fortaleçam e se propaguem (RECUERO apud PRIMO, 2013). É o que Recuero (2013) chama de hiperconexão das redes: “ferramentas amplificadas pelas práticas sociais dos atores, amplificando também todas as características dos públicos em rede”. Passamos a usar termos como conexão, teia, rede, matriz e interação associados com a hipertextualidade - link, web, network, matrix, interweaving (FELINTO, 2005).

Rede é um conceito pulsante para a Teoria Ator-Rede (TAR) porque transcende a questão de infraestrutura ou de meio. Aqui me aproprio da ideia de rede presente na TAR porque não me refiro a computadores, uma ou outra rede social, ou a uma rede física de cabos ou fibra. O entendimento de rede não se limita ao que proporciona conexão, mas sim ao que é gerado pelas associações presentes entre humanos e não-humanos, entre grupos que estão se formando, em mutação permanente, como resume André Lemos.

Rede não é estrutura, mas o que é tecido em dada associação. Quando falamos de rede, estamos falando de mobilidade. Ao olharmos o mundo, vemos redes se fazendo e se desfazendo a todo momento. O conceito de rede visa apreender algo que se forma e se deforma aqui e acolá pela dinâmica das relações. (LEMO, 2013. p.52)

Por esse entendimento, o social é o que emerge dos grupos, das associações entre o que Latour (2012) chama de actantes, sejam pessoas, sejam máquinas, sejam representações, avatares e tudo que possa ser criado nessa inter-relação. Essa visão sobre o social torna-se interessante para se pensar corpo e espaço nos processos de mídia e educação, inclusive para pensar o ativismo dentro desse olhar.

Girardello, Fantin e Pereira (2021) explicam que a mídia, o senso comum e até o campo científico costumam propagar discursos que abordam as relações das crianças com a mídia e as tecnologias digitais a partir do paradigma dualista cartesiano, aquele que separa o sujeito em corpo e mente, submetendo o primeiro (a natureza) aos desígnios do segundo (a razão). De acordo com esses discursos, existe uma preocupação biomédica com o corpo sedentário das crianças e com os riscos da “formação social da mente” de crianças que crescem em um isolamento promovido pelas telas, frequentemente vinculado à obesidade e consequentemente ao combate.

A marginalidade do corpo nos estudos de infâncias e mídias faz aflorar a dificuldade que temos, na sociedade em geral e também no campo da educação, de considerar crianças como corpos sensíveis e expressivos, além da dificuldade de enfrentar questões expressas e impressas no corpo, como gênero, sexualidade, etnia, sexting, padrões de beleza, bullying, entre outras. (GIRARDELLO; FANTIN; PEREIRA, 2021, p.38)

Os autores salientam o alerta de Buckingham (2003) acerca das visões deterministas da tecnologia (sejam apocalípticas ou apologéticas), que desembocam em visões essencialistas de infância (sob o risco de que as crianças sejam alienadas de seus corpos). A proposta, em diálogo com a fenomenologia de Merleau-Ponty, busca construir diálogos com outros manifestos e reflexões sobre a importância de considerar que as crianças são sempre corpo no mundo, inclusive em suas relações com a mídia: “Propomos, assim, um olhar para as crianças que considere que a nossa existência – ser-no-mundo – só é possível como corpo: um corpo sócio-histórico, dialógico, que percebe e expressa por ser sensível e motriz (GIRARDELLO; FANTIN; PEREIRA 2021, p. 39)”.

Também gosto de ter como direção, nesse fluxo, a ideia de palavrando de Paulo Freire (1989), onde as relações texto e contexto, palavra e mundo, “constituem-se no brincar de um corpo que sente e se expressa entre espaços, formas, texturas, cores, cheiros, histórias, imagens, músicas, gestos – sejam ou não digitais” (GIRARDELLO; FANTIN; PEREIRA, 2021, p. 39). Por outro lado, o digital e suas múltiplas linguagens, inseparáveis do fluxo da vida, não envolvem as crianças apenas em pensamento, mas na totalidade corporal que elas são (PEREIRA, 2014).

Sobre o espaço e de acordo com a TAR, ele pode ser compreendido muito além da ideia de uma infraestrutura por onde passam coisas e ser apreendido em sua dinâmica móvel e associativa. São dinâmicas que se cruzam do micro (interação) para o macro (estrutura social), e vice-versa, no que podemos chamar de atravessamentos (LEMOS, 2013).

Se considerarmos que o ciberespaço é uma dinâmica de atravessamentos, o espaço se confirma como algo subjetivo, assim como o entendimento do corpo³³, que pode ser um conjunto de órgãos, tecidos, músculos e ossos, ou um personagem atribuído ou criado, ou mesmo uma memória afetiva, entre outras representações.

Corpo e espaço passam a ser compreendidos como relacionais, em formação permanente pela articulação de objetos, humanos e não humanos. Latour (2005) propõe pensar o ciberespaço como espaço-rede, saindo da micro e da macrodimensões, protagonizando o social se formando, se moldando, se deformando e se reinventando. Na TAR, o espaço do ciberespaço é justamente o espaçamento produzido pela teia em lugares, coisas, pessoas e objetos conectados ao redor da Terra, e está sempre em construção. “A internet vai produzindo espacialização na relação dos lugares e nas movimentações pelas conexões de tudo e todos, em um espaço de controle que se faz e se desfaz nesse movimento, no tempo” (LE MOS, 2013). Entender o corpo como não-restrito³⁴ faz parte, portanto, da tentativa de descrever e compreender o ciberespaço. Nas palavras de Bruno Latour,

podemos procurar definir o corpo como *um interface que vai ficando mais descritível quando aprende a ser afectado por muitos mais elementos*. O corpo é, portanto, não a morada provisória de algo de superior - uma alma imortal, o universal, o pensamento - mas aquilo que deixa uma trajectória dinâmica através da qual aprendemos a registar e a ser sensíveis àquilo de que é feito o mundo. (LATOURE, 2018, p.39, destaque no original).

Dentro do olhar da TAR, a pesquisa apresenta os atravessamentos entre ações realizadas por mim como actante, ou seja, com participação efetiva de pesquisadora participante. A ideia é também contribuir para um mapeamento de ações brasileiras dos grupos ativistas, com foco para as lutas da militância e do feminismo gordo, dentro dos aspectos dos movimentos sociais contemporâneos levantados por Jasper (2016) e Castells (2013): indignação e horizontalidade das redes (principalmente a partir de sua ampliação por meio da internet).

O desafio, aqui, é aprender e ensinar as afetações do corpo gordo - e a partir dele, de todos os corpos-sujeitos que somos -, descrever suas redes de associações para buscar elementos que possam contribuir para uma educação ativista.

Latour (2005) propõe uma sociologia das associações (TAR) que parte de fontes de incerteza para romper com predefinições sobre atores, métodos e domínios. Assim, ao tentar

³³ Entender o conceito de corpo é uma tarefa ao qual tenho me debruçado e pela qual tenho alterado muitas das minhas próprias certezas prévias de quando comecei a pesquisa.

³⁴ Decidi, sem me preocupar se será provisório ou permanente, adotar o entendimento de corpo não-restrito, principalmente pelas interrogações que surgiram após leituras recentes de materiais produzidos pelo GrupCiber do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, grupo de pesquisa pioneiro nesses estudos.

descrever a rede de associações dos corpos gordos, do ativismo gordo, da gordofobia, busco considerar incertezas quanto à natureza dos grupos (não há grupos, mas formação e dissolução de grupos), quanto às ações (a ação é um evento e não um ato; o ator não está no tabuleiro esperando para agir, ele se constitui na ação), quanto às coisas (a rede de associações é formada por actantes humanos e não humanos), quanto aos fatos (rompe-se as barreiras entre natural e social, objetividade e artificialidade, para problematizar o social como uma construção, um modelo de realidade), com relação ao modo de conhecer e falar sobre o social (formas escrever sobre o social).

Neste sentido, a educação - mais especificamente os conceitos de mídia e educação - entra na convergência da voz do ativismo do qual me aproprio para a discussão do tema.

Acreditando que a mídia e a educação juntas cumprem papel do evento e da associação, descritos nas incertezas da TAR de Latour, insiro meu olhar sobre os ativismos gordos numa perspectiva de desconstrução e resignificação antigordofóbicos.

2.1.1 Conexão Escola-Mundo

Nossa hipótese é de que a perspectiva hacker pode vir a se constituir um ecossistema favorável à formação de cidadãos para os direitos humanos na cultura digital, e que pode e deve ser incorporada às práticas pedagógicas nos contextos educativos formais e não formais, assim como estar contemplada na futura discussão da política pública brasileira em educação. (Apresentação do projeto no CNPq e no website³⁵)

O projeto Conexão Escola-Mundo, idealizado e coordenado por Nelson Pretto (UFBA) e Andrea Lapa (UFSC), é uma rede de pesquisadores, professores e ativistas do Brasil e outros países com a preocupação central na formação dos sujeitos diante do aumento da intolerância e dos discursos de ódio num mundo contemporâneo midiaticizado.

Na descrição da página do projeto, que conta com dezenas de participantes, o destaque aponta que “a conexão global de distintos contextos culturais, ao invés de propiciar o convívio respeitoso da diversidade, tem se convertido em espaço propício para a difusão do fascismo e outras formas de violência para as quais crianças, jovens e adultos se sentem despreparados”.

Conheci o projeto em 2019 por meio da disciplina Seminário Especial Vozes da Educação Hacker, ministrado pela professora Andrea Lapa na grade curricular do Mestrado em Educação da UFSC. O incômodo que os educadores experimentam acerca do

³⁵ <https://escolamundo.ufsc.br/> Acesso em 10/11/2021 às 14h33.

não-empoderamento dos cidadãos a partir de um contexto de imersão tecnológica, que amplia as formas de acesso à informação e conseqüentemente a ingerência da comunicação, me provocou uma identificação imediata com o projeto.

Em um mundo que Castells (1996) chama de informacionalismo, lembro que volta e meia me questionava sobre o porquê desse amplo acesso ao conhecimento não estar permitindo a voz coletiva de se manifestar a ponto de empoderar todos os grupos e todos os indivíduos de forma mais democrática. Quando fui ler o escopo do projeto Conexão Escola-Mundo estava lá essa mesma inquietação em destaque, independente das habilidades individuais de cada um lidar criticamente com o conhecimento.

Tenho como direção o fato de que a educação desempenha um papel fundamental nas bases da construção da cidadania e por isso abracei com admiração essa esfera do projeto, reforçando minha crença empírica por meio dos ativismos e da minha própria história; e epistemológica por meio das pesquisas relacionadas em rede.

De acordo com Pretto (2011), a compreensão do significado das redes demanda que se conceda sentido à própria natureza da rede. (Re) Surge, portanto, o conceito de redes de comunicação horizontal, onde novas possibilidades emergem tomando o espaço dos tradicionais vetores de desenvolvimento a partir das metrópoles para o interior, ou do centro para a periferia, como se fossem de menor valor ou ainda inexplorados que seriam transformados pela rede. Deste modo, “o estabelecimento de redes horizontais é de fundamental importância para a adoção de outra perspectiva comunicacional, uma vez que, ao conectarmos uma nova região na rede, ambas se transformam, a região e a rede” (PRETTO, 2011, p. 100).

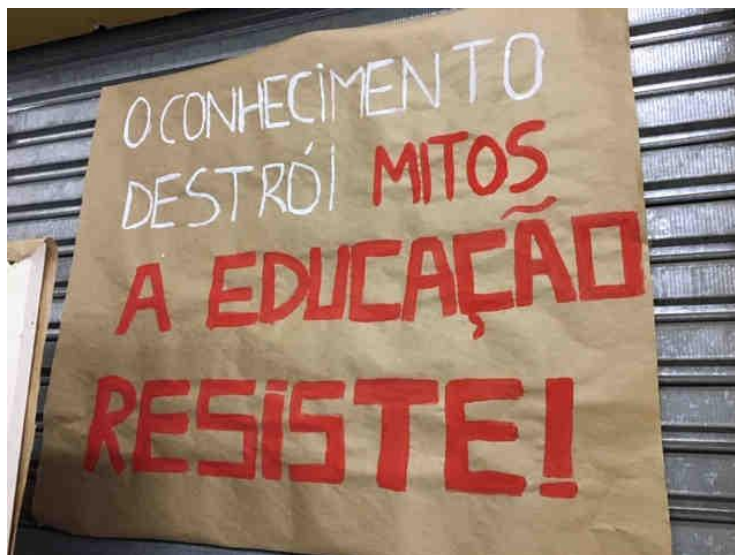


Figura 2: Acervo do Projeto Conexão Escola-Mundo, 2019.

Pensar a escola como espaço de transformação é uma necessidade para todos que buscam a educação como ferramenta crítica libertadora, incluindo nós ativistas. Porém, a escola é um espaço controlado também em rede, seja por normas internas, seja por diretrizes curriculares, seja por legislações locais, ou ainda pela própria comunidade escolar. Mesmo controlada, não deixa de ser um lugar complexo e é dessa complexidade e da diversidade de sujeitos que nasce a transformação.

Para Lapa e Coelho (2021), é preciso reconhecer a educação como espaço de empoderamento dos sujeitos por meio de uma formação para a cidadania comprometida, ativa e engajada com o contexto da vida cotidiana desses sujeitos. Dar poder individual aos sujeitos remete a pensar a educação na conjuntura atual, o que requer a consideração do contexto vivenciado, permeado pela cultura engendrada a partir do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), a cultura digital.

Se já em meados do século passado a crítica da Escola de Frankfurt nos apontou as estratégias de manipulação e controle social pela comunicação mediada por tecnologias, hoje podemos observar, com a penetrabilidade das TICs em todos os âmbitos da vida (econômica, social, cultural, política, etc.), uma reconfiguração da indústria cultural na reprodução de homens de uma única dimensão e um acirramento da adesão voluntária das pessoas às estratégias de dominação que se infiltram por meios digitais, cada vez mais disseminados em sociedade. (LAPA e COELHO, 2021, p. 05)

O empoderamento individual por meio da educação necessita ser entendido em sua dupla dimensão, individual e social, de modo a ser direcionado, sempre, para a redução da assimetria no poder (FORTUNATI, 2014, *apud* LAPA e COELHO, 2021)

Não fiz parte do Conexão Escola-Mundo, mas talvez seja o núcleo mais próximo a mim de projeto que fomente e trabalhe pela esperança de transcender, de fato, da teoria para a prática, o que hooks (2017) afirma ser “o laboratório onde se vai para formular perguntas e encontrar respostas; o lugar onde se unem visões de teoria e prática” (HOOKS, 2017, p. 31) para um pensamento crítico naturalmente predisposto em todos aqueles que têm a ânsia do saber.

Na justificativa do projeto, a afirmação de iniciativa que saia da utopia para a ação, a práxis de ecossistemas de educação que permitam a criação de metodologias de “intervenção” - no sentido artístico - nas escolas, onde universidade e escola andam juntas nesse processo. Com certeza, “uma prática inovadora de formação para a cidadania por meio da imersão na cultura digital em uma perspectiva ativista de empoderamento, autonomia e produção colaborativa”, o que os autores chamam de cultura hacker.

Um hacker tem participação ativa no seu grupo social: produz conteúdos e os faz circular imediatamente para que possam ser testados e aperfeiçoados por todos. O processo de produção desses novos aparatos tem como metodologia resolver os problemas surgidos em cada um dos projetos de forma compartilhada. E cada solução alcançada circula para ser objeto de crítica de novos colaboradores. É o que aqui denominamos de perspectiva hacker. (PROJETO CONEXÃO ESCOLA-MUNDO, 2019)

Lendo alguns dos textos produzidos pelo projeto, consegui estabelecer muitas relações com a criação do Grupo Nacional de Estudos Transdisciplinares das Corporalidades Gordas - Pesquisa Gordas, sobretudo porque ambos incorporam a difusão acadêmica associada à grande mídia, numa perspectiva midiativista. Assim como no Conexão Escola-Mundo, o Pesquisa Gordas usa as tecnologias digitais de informação e comunicação (TIC), com intensa produção de informações, difusão de conceitos e conhecimento antes relegado ao ambiente acadêmico, oferecendo suporte para a necessária aproximação com a sociedade. Além disso, somos uma equipe colaborativa, multidisciplinar e transdisciplinar, aberta, com autogestão de ações relacionadas para o progresso e capilarização dos estudos do corpo gordo no Brasil e na América Latina.

2.2 Corponormatividade - Herança, hegemonia e decolonialidade

Para compreender as relações da gordofobia com a educação e a atuação dos ativismos, não há como se esquivar da compreensão do corpo e suas relações naturais e ou normativas. Vou me apropriar dos significados e subjetivações do corpo para Foucault

(1999), não só pela multiplicidade de sentidos, mas porque é ele quem estabelece os conceitos de biopoder e biopolítica que tanto interessam a essa investigação.

Para Foucault (1999), o corpo é uma massa, superfície ou invólucro que se mantém ao longo da história. Um “ente” modelável, moldável, passível de disciplina, vigília, premiação e punição, com propriedade de “ser”, sujeito a ações das relações de poder.

Em outras palavras, ao contrário do entendimento de sujeito - que não existe a priori sem discursos e relações de poder que o constituem -, o corpo preexiste como superfície. Porém, o corpo também é um objeto que sofre ações fruto das diferentes bases tecnológicas historicamente elaboradas, como se fosse um invólucro para processos de subjetivação na trajetória para se chegar ao “ser”, o que o torna prisioneiro deste. “A constituição do ser humano, como um tipo específico de sujeito, ou seja, subjetivado de determinada maneira, só é possível pelo ‘caminho’ do corpo” (MENDES, 2006, p. 169).

Compreendendo que o corpo gordo é um corpo preexistente no lugar da exclusão, na trajetória para se tornar o “ser” gordo, já teve previamente parte de suas subjetividades atropeladas pela desumanização.

Foucault (1997), em meio a tantas interpretações de corpo, permaneceu em silêncio para quase todas as hipóteses relacionadas ao caminho do poder, focando seus escritos na sua habilidade em isolar e conceituar o modo pelo qual o corpo se tornou componente essencial para a operação de relações de poder na sociedade atual (DREYFUS e RABINOW, 1995 *apud* MENDES, 2006).

Por essa ideia, ligações sociais e culturais estarão impressas nos corpos de forma não-linear. A proveniência é um conceito importante para o autor. Aquilo que nos baliza, nos marca de determinada forma. Fato. E é dessa proveniência que os ativismos gordos atravessam as relações de poder no caminho das subjetivações do corpo. As articulações, as lutas, os recortes de representatividade recuperam as origens simples e ingênuas de pertencimento. Nessa percepção, não existe nada que se assemelhe “à evolução de uma espécie, ao destino de um povo” (FOUCAULT, 1996, p. 20). Ou seja, por habitarmos corpos gordos, *a priori*, estaríamos destinados às subjetivações de sermos pessoas gordas disciplinadas pelo biopoder. Entretanto, as redes de pertencimento do ativismo gordo nos levam de volta às origens e nos fortalecem nas subjetivações de corpos e pessoas que podem ressignificar essa relação de poder desviada da fatalidade do ser doente e/ou animalizado.

Pensando nesse poder de atravessamento dos ativismos, não há como negar a importância do feminismo na construção da militância gorda. Vem dessa fonte os alertas mais

contundentes contra a uniformização dos corpos, a favor da diversidade e do respeito. Corpos não-restritos, fazendo a ponte entre os feminismos e a TAR.

O corpo feminino é historicamente ponto de confluência e disputa de poder, desde as relações mais primitivas e “naturais” até as mais complexas, que envolvem o consumo e a própria estrutura do capitalismo. É um corpo em vigilância constante, de domínio público, manipulável, que existe como moeda de troca. Um corpo que se pretende manter estático. Eis a primeira reivindicação das discussões do ativismo gordo dentro do ciberespaço: o fim da corponormatividade.

Os *Fat Studies* e o ativismo gordo, os quais explico com detalhes mais adiante, são influenciados pela teoria biopolítica de Foucault (1976), termo utilizado pelo autor para designar a forma na qual o poder, a partir da virada do século XIX para o século XX, volta-se ao controle de populações inteiras sob a justificativa da proteção da vida, da regulação dos corpos, do gerenciamento da saúde (biopoder). A biopolítica coloca em prática as relações de biopoder locais ou centralizadas e, por elas, as pessoas são alvo e também instrumento em uma relação de poder - hoje também no ciberespaço. Podemos exemplificar aqui as questões de autoestima como um conceito pasteurizado, que pode ser comprado ou vendido, como se os corpos e os espaços não fossem sensíveis aos meios em que transitam e seus atravessamentos.

Sendo assim, o feminismo se apropria da relação pessoa X ser político, principalmente na segunda onda do feminismo, após 1960 (RANGEL, 2018). Liberdade sexual, direito ao voto, o trabalho fora dos lares, controle de natalidade e certa autonomia sobre seu poder de consumo são exemplos da transcendência do campo privado para o campo público e político. Com a vivência do espaço e do corpo como conceitos em rede, as lutas se fortalecem, bebem de outras fontes, transformam e ressignificam o corpo da mulher no espaço multidimensional.

Herdamos o olhar colonial sobre nossos próprios corpos e continuamos a reproduzir a visão hegemônica sobre saúde, baseada num enquadramento masculino misógino eurocêntrico, heterocisnormativo, sem considerações acerca de etnias e nem mesmo sobre a alimentação, a nutrição e as peculiaridades acerca das atividades laborais e culturais, ainda que em linhas gerais.

As redes reproduzem esse olhar porque é dele o poder dominante e interessa ao biopoder que ele permaneça. Vem da biopolítica o lucro sobre a existência e sobre o combate sobre os corpos gordos. Pertence a ela o campo da difusão em massa. Os ativismos vão na contra-mão dessa normativa, mesmo sabendo que muitas vezes se luta num limbo entre esse

combate (à obesidade, às pessoas gordas) e a necessidade que existam corpos gordos para consumir seus produtos de aprisionamento e coerção.

2.3 Corpo público aprisionado

A perspectiva do corpo gordo continua orbitando o campo da saúde num olhar individualista. Em seu artigo sobre invisibilidade gorda e sua luta³⁶, Montalbetti e Rodriguez (2019) afirmam que o serviço de saúde direcionado aos corpos gordos vem acompanhado de diferentes violências simbólicas e verbais, e de um discurso paternalista e infantilizador.

Para Rodriguez (2021), partimos do pressuposto que felicidade, saúde, status social e autoestima são valores correlacionados politicamente e economicamente, em uma sociedade gordofóbica, entre outros processos de discriminação: “A gordofobia é coletiva e estrutural e por isso está presente nas políticas públicas de saúde já que vivemos numa realidade onde se tem ‘fome de magreza’” (RODRIGUEZ, 2021)³⁷.

Sobre saúde, pessoas gordas, ainda que sejam médicas especialistas, são vistas como números sem voz. A permissão de falar sobre saúde está diretamente ligada ao ‘ser magro’, ao cuidar do corpo. Por isso, a descolonização do saber é o meio apontado pelos ativistas para rever quem tem permissão de falar e quem pode ser escutado - ou seja, todas as pessoas que necessitam dos serviços de saúde. Montalbetti e Rodriguez (2019) falam sobre a vigilância biomédica e também tecnológica sobre os corpos gordos:

Existe um imperativo da saúde. Estamos, ainda, habitando a sociedade do risco (Ulrich Beck) e nos deixando capturar por ela. Como toda corpa-pessoa está em risco de ficar doente, deve ser cuidada, vigiada e controlada. Caso contrário, esta corpa-pessoa será culpabilizada e punida. Este território do risco conversa com a ideia do corpo impuro, enquanto ser orgânico e finito, traçando ainda mais a necessidade de regulação deste por meio da medicalização e da higienização. (MONTALBETTI e RODRIGUEZ, 2019, p. 02)

Se entendermos o corpo gordo como um corpo em transição, é possível transportar o imaginário dos grupos hegemônicos, sobretudo os que orbitam o campo da saúde, para a noção mais aceita e difundida do que seria o ‘eu gordo’. Uma pessoa gorda não é aceita no seu existir gordo; ela é aceita como alguém que era magro e engordou, ou alguém que quer emagrecer. Fora desse entendimento, passa-se ao olhar do estigma de pessoa deslocada, fracassada, prejudicial ao coletivo e fatalmente doente.

³⁶ <https://peita.me/blogs/news/invisibilidade-gorda-e-a-sua-luta-por> - acessado em 16/03/2021 às 15h22

³⁷ Entrevista concedida pela Dra. Ale Mujica Rodriguez ao Grupo de Estudos Transdisciplinares das Corporalidades Gordas do Brasil - Pesquisa Gorda, em março de 2021, em evento fechado.

Existe uma história, um percurso onde pessoas se mutilaram ou foram mutiladas, algumas morreram com e em consequência dessa luta que orbita o corpo gordo como doente, incapaz e público; essa luta contra a corponormatividade capitalista, que jamais deixou de ser política, porque envolve todas as esferas de existência de ser e permanecer.

2.4 O famigerado IMC

Não é que a estigmatização parta e se fortaleça apenas no campo da saúde, mas é este campo - até pelo *status quo* dentro do olimpo da ciência - que mantém a vigilância e principalmente a punição em relação à patologização. E não dá pra falar de patologização sem falar de Índice de Massa Corporal (IMC)³⁸.

São mais de 150 anos de uso de um mecanismo de mensuração do que é saudável e aceitável, que se baseia numa relação entre peso e altura, que diz muito pouco sobre o indivíduo. Quando se pensa na saúde e suas políticas, ela pretende individualização; mas quando se fala em corpo gordo, ela encaixota esses mesmos indivíduos em intervalos numéricos.

Porém, o que quase ninguém sabe é que antes de atingir o prestígio de instrumento internacional de avaliação da obesidade, o estudo, feito por um estatístico, astrônomo e sociólogo belga, não tinha pretensões de ir além de uma mensuração da população masculina de Bruxelas do século XIX. (POULAIN, 2013).

Nós ativistas nos perguntamos como um índice criado para averiguação de uma tentativa de medidas perfeitas para homens brancos (padrão eurocêntrico), para fins matemáticos e estatísticos, continua nos balizando até os dias de hoje? A resposta possível dessa investigação, no mínimo, considera o biopoder que nos vigia, nos coloca e nos mantém sob controle de existência em corpos dissidentes e seus consequentes consumos.

A obesidade é considerada uma doença e também uma epidemia mundial. Discorre-se pouco sobre suas causas, sobre as mudanças nos padrões alimentares, sobre as características da vida urbana que levaram ao consumo de alimentos rápidos e mais gordurosos, principalmente para as camadas mais pobres da população. Restringem-se aos números, não às suas causas e suas peculiaridades, mesmo que este mesmo IMC já tenha sido alterado para aumentar o espectro de diagnóstico por duas vezes para favorecer as indústrias de medicamentos, cirurgias estéticas, entre outros mercados.

³⁸ O **IMC** (Índice de Massa Corporal) é um padrão internacional de cálculo da obesidade de um indivíduo adotado pela OMS (Organização Mundial da Saúde). O método foi desenvolvido pelo belga Adolphe Quételet no fim do século XIX. (POULAIN, 2013).

Rangel (2018) faz uma análise sobre o impacto sociológico e político dessas mudanças sobre nossos corpos. Desde a Revolução Verde, no fim da década de 1960, ocorreram mudanças na produção agrícola, reforçadas nos anos de 1990 e agora impregnadas de ações pró pesticidas e desmatamento no último governo. O uso extensivo de irrigação, insumos, criação de sementes geneticamente modificadas, aumento da maquinaria e diminuição nos custos da produção, apesar de ampliar as capacidades de produção, trouxe problemas relacionados à qualidade dos alimentos, geralmente com alto nível de agrotóxicos e ligada ao latifúndio e à monocultura, que depois de alguns anos, causam danos ao solo, geralmente o esterilizando (RANGEL, 2018, p.22).

País cada vez mais urbanizado, hábitos diferentes, alimentação mais nociva pelo distanciamento entre quem produz e quem consome. Gorduras saturadas, sódio, estabilizantes, emulsificantes e conservantes tomam o lugar do perecível e do fresco. Da transição nutricional descrita na literatura por Larsen e Popkin (2014) à Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), o arroz e o feijão dão lugar aos lanches, pizzas, salgadinhos, refrigerantes e doces processados. Tudo para deixar o brasileiro mais disponível como força de trabalho maleável às necessidades do mercado e ao mesmo tempo repleto de incertezas, com laços sociais cada vez mais frágeis (Sennett, 1999 apud RANGEL, 2018, p. 23)

População mais pesada, mais gorda, passa a ser alvo de discriminação também no mercado de trabalho. A última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³⁹ demonstra mais de 60% da população acima do peso e um quarto da população considerada obesa, levando em conta o tradicional e pouco eficiente IMC.

Em sua crítica à Sociologia da Obesidade, Poulain (2013) questiona a cultura da magreza, as concepções modernas de corpulência e a ‘mudança de chave’ do que antes era valorizado e passou a ser considerado problemático.

Rodriguez (2021) afirma que a maior parte das doenças associadas aos corpos gordos e seus fatores de risco tem muito mais relação com os dogmas da medicina do que com as avaliações individualizadas - como deveriam ser - de cada corpo gordo por cada profissional de saúde. “É preciso que exista o diagnóstico para que se mantenha a norma; essa norma é invisível, apesar de amplamente difundida, e ela diz que a magreza é boa. Se a

39

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29204-um-em-cada-quadro-adultos-do-pais-estava-obeso-em-2019> - acesso em 18/12/2020, às 12h13

despatologização acontecer, a magreza, incluindo seus fatores de risco, entra em xeque” (RODRIGUEZ, 2021).

Trémolières (1975 apud POULAIN, 2013) declarou que “as sociedades contemporâneas criam os obesos, mas não os suportam”. De acordo com Poulain (2013) a classificação por IMC passou a ser dominante no fim da década de 1990, numa tentativa generalista de entender a evolução da gordura.

Uma das principais críticas ao uso do IMC é não levar em consideração idade, sexo, etnia, condições psicológicas e o acesso à alimentação, entre outros. Rangel (2018) destaca que muitas/os pesquisadoras/es (POULAIN, 2013; STENZEL, 2002; NESTLE, 2003) apontam para a arbitrariedade que essas classificações apresentam.

Como exemplo da arbitrariedade na construção dos índices temos a maior transformação dessas classificações a partir de 1998: Até 1998, nos Estados Unidos, a classificação do peso normal englobava os valores de IMC entre 20 a 27,6 para os homens e de 20 a 27,3 para as mulheres. Sob a influência de um grupo de pesquisa do IOTF, a OMS propôs que o limite entre sobrepeso e peso normal fosse de 25, e não de 27, sem distinções de sexo, idade ou tipo antropológico. Em uma só noite, cerca de 35 milhões de americanos adquiriram, assim, sobrepeso. Inversamente, o limite entre o peso normal e a magreza passava de 20 para 18, o que “normalizava” corpulentos considerados até então como fracas demais. (POULAIN, 2013, p. 183)

Lobbies são os principais motivadores das alterações no IMC e também na manutenção do olhar corponormativo da saúde sobre a pessoa gorda. Poulain (2013) destaca a influência das indústrias alimentícia e farmacêutica sobre as pesquisas acadêmicas relacionadas aos “males da obesidade”. Segundo ele, o interesse em vender remédios para inibir apetite e também alimentos para quem está de dieta patrocina pesquisas que demonstram como o excesso de peso prejudica a saúde. O autor denuncia acontecimentos envolvendo universidades, governos, organizações e empresas, com evidências que descredibilizam a Organização Mundial de Saúde (OMS) em relação aos estudos sobre gordura corporal, já que parte dos lobistas ocupam cargos internos na entidade.

Porém, até mesmo a ABESO, que trata a obesidade como uma doença a ser combatida, vem apontando para as incongruências do IMC como medidor de fatores de risco ou de grau de saúde individual. (RANGEL, 2018).

Muito importante nesta investigação, portanto, é compreender o IMC e outros elementos das ciências biomédicas como actantes na rede da gordofobia, além de questionar como esse saber crítico sobre o IMC pode contribuir para a educação ativista, inclusive dentro das diretrizes curriculares das prefeituras e estados. Não esqueçamos que vem dele a classificação para obesidade, palavra de uso combativo em leis e ações dentro das escolas,

nas redes de atendimento à saúde básica, entre outros campos de poder relacionados à formação e educação de um indivíduo.

2.5 Gordofobia

Por que falar sobre gordofobia somente aqui, sendo que é primordial compreender sobre qual estrutura de discriminação estamos falando? Na minha visão de ativista, mas principalmente de pessoa gorda, é preciso compreender as relações de corpo, espaço, vigilância, subjetivações e onde a educação entra nisso tudo para depois ir a fundo na questão específica da gordofobia. Entendo a gordofobia como reflexo de tudo que foi dito anteriormente, tanto quando se pensa em modelos e formas de educar, quanto quando se pensa em sujeitos e suas ações no mundo em rede. A partir de agora, me sinto confortável para discutir o conceito com mais propriedade.

Gordofobia é um termo que se refere à rejeição aos corpos gordos, oriundo da tradução de *fatphobia* (SKYES, 2011), conceito que surgiu nos Estados Unidos, criado por ativistas gordas que lutam contra a estigmatização e opressão dos corpos.

O feminismo como um todo problematizou a questão da pressão estética e das discriminações - com foco para as mortes associadas - e assim ela ganhou fôlego e força em todo planeta. Generalizando, trata-se de uma fobia, aversão ou preconceito a pessoas gordas, ligada à aparência corporal e aos parâmetros de Índice de Massa Corporal (IMC) que, cruzados, compõem um padrão estabelecido esteticamente de magreza e de corpo ideal. (RAPOSO, 2020).

O Brasil, como nação, ainda engatinha na compreensão do termo - mesmo com um feminismo gordo já estruturado, que existe e submerge graças ao feminismo decolonial. Entendo esse recorte como marginal, de subalternidade, periférico, de saber descentralizado e da subversão do imposto. São eles o feminismo negro, o gordo, o trans, o indígena, o não-monogâmico, o lésbico, entre outras

[...] todas as que estejam à margem do que a sociedade colonial enaltece e constrói como padronização do que é ser “normal”, “bela” e “produtiva”; todo esse conjunto de idealizações que nos subalterna e classificam modos de vida como superiores e inferiores. Nossos saberes rompem com essa lógica porque são construções de (re)existências para a sobrevivência de forma criativa ao projeto civilizatório de conquista do pensamento, do corpo, dos saberes. (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020, p.03)

O feminismo gordo enaltece as vozes esquecidas, animalizadas, invisibilizadas, não convertidas, opostas aos preceitos heterocisnormativos, que impõem um regime político tecnológico da reprodução de corpos. Em oposição, subvertemos esse raciocínio e recriamos

novas propostas de saberes, registros, e outras maneiras de ser e estar no mundo, reivindicando a descolonização de nossos corpos, desejos e saberes (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020). Afinal, não somos livres enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das nossas (LORD, 1981 *apud* JIMENEZ-JIMENEZ, 2020).

Graças às lutas, o termo gordofobia foi recentemente destaque nas redes sociais da Academia Brasileira de Letras por seu uso crescente. Raposo (2020) explica que o entendimento da gordofobia passa por uma espécie de endosso de grande parte da sociedade:

[...] uma parcela da sociedade, endossada inclusive pelo atual presidente da República, tende a desconsiderar a gordofobia e tratá-la como “mimimi” ou “romantização da obesidade”. Em *live* oficial, no dia 10 de setembro de 2020, Jair Bolsonaro, ao realizar uma “brincadeira” com uma criança, disse que se um urso comesse uma pessoa gorda, adoeceria com tanta gordura. Essa visão, além de fortalecer a gordofobia, apresenta o corpo gordo como doente e “apodrecido”, que causaria mal até mesmo a animais selvagens. (RAPOSO, 2020, p. 02)

É importante frisar que a gordofobia engloba não apenas as pessoas consideradas obesas, mas também as pessoas que são consideradas em situação de sobrepeso⁴⁰ ou fora do padrão desejado. Outros problemas relacionados ao metabolismo que leva à magreza não recebem a mesma atenção dos sistemas de saúde. São eles a anorexia, a bulimia, a ortorexia, o Transtorno Alimentar Restritivo Evitativo (TARE), a ruminação, alotriofagia, vigorexia e a drunkorexia.⁴¹

Rangel (2018) lembra que Gordofobia tem diversas definições que não apontam as mesmas problemáticas, resumidas em “forma de discriminação estruturada e disseminada nos mais variados contextos socioculturais, consistindo na desvalorização, estigmatização e hostilização de pessoas gordas e seus corpos” (RANGEL, 2018, p.61).

É preciso mais do que entender e estudar os mecanismos de ação da gordofobia; é preciso previamente ter pensamento e atitude antigordofóbicos.

⁴⁰ O IMC define que uma pessoa com relação peso x altura (peso dividido pela altura ao quadrado) maior que 25 já tem sobrepeso.

⁴¹ Transtornos identificados pela Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. <https://abeso.org.br/> - acessado em 12/03/2020, às 10h23.

3. O ATIVISMO E OS GRUPOS ATIVISTAS GORDES

Como pesquisadora participante, compreendo que meu papel transcende a autoetnografia para um local mais amplo, onde as epistemologias, fruto da minha inquietação, das reflexões bibliográficas e da observação dos atores dos grupos onde atuo, constitui-se riqueza de saber para a construção do que apresento a seguir.

Como afirma Brandão (1984), só se conhece com profundidade alguma coisa da vida da sociedade ou da cultura, quando através de um envolvimento – em alguns casos, um comprometimento – pessoal entre o pesquisador e aquilo, ou aquele, que ele investiga.

Desde muito pequena, gostei de interagir. Gosto de grupos, de trocas, de conversas. Só consigo aprender de fato no contato com o outro. O que antes era intuitivo, passou a ter uma dose de pragmatismo com a ideia de criar o Sim sou Diva após longas horas de conversas presenciais e online.

A conversação contém diálogo, a troca de compreensões e sentidos no empenho para construir em meio à informação. A conversação é sempre inclusiva; ela incentiva e alimenta a voz individual enquanto se esforça para desenvolver uma visão de comunidade. (RADER *apud* HOOKS, 2017, P. 82)

Porém, antes de falar dos grupos aos quais pertenço, é importante falar do ativismo de forma ampla e da militância gorda. A reunião de pessoas com dores iguais ou parecidas, em espaços antes delimitados e agora mutáveis, com atravessamentos de experiências e corpos dissidentes, dispostas a lutar de forma ampla, deu origem ao que chamamos hoje de ativismo gordo. Pessoas que pretendem a desvinculação da felicidade, da saúde e da satisfação ao imperativo da magreza.

Com a convergência dos atores dos ativismos, as questões passaram da pressão estética para a gordofobia, dividindo o grande eixo em amplas discussões sobre acessibilidade geral, cirurgia bariátrica, medicamentos e cirurgias estéticas, invisibilização e patologização dos corpos gordos, acesso à cidade, entre outras pautas que transcendem o regional e o nacional. Com as teias e as redes, as pautas passaram a ser de todos, com suas ênfases nas questões pontuais para cada público que ganha voz por meio dos ativismos.

Passa-se a rejeitar a ideia de legitimação de discurso através da magreza e surge a voz do pesquisador gordo. O ativismo gordo dissipa o poder da pessoa gorda por meio da sua própria voz e de quem a representa. Atores se movimentam nessa representação coletiva em grupos mais ou menos organizados. Autovigilância e vigilância constante dos pares na sociedade para que estes se estabeleçam dentro de diversas normas que vão dividir, controlar

e categorizar os seres humanos, especialmente com o auxílio da ciência estatística, são ressignificados (RANGEL, 2018).

De acordo com Jimenez-Jimenez e Abonizio (2017), amar o próprio corpo pode transformar a forma de um indivíduo pensar e estar no mundo:

Reflexões reverberam uma revolução na criação de outro modo de estar, viver e ser no mundo, que acaba se reverberando na contaminação dessa maneira de estar e ser. No qual através da aceitação e respeito com seu próprio corpo, possam acontecer inúmeras libertações que mudem ou pelo menos abalem a subjetividade capitalística dos indivíduos que experimentam padronizações severas corporais desde suas infâncias. (JIMENEZ-JIMENEZ; ABONIZIO, 2017. p. 07)

Uma sociedade que enxerga e condena o corpo gordo a um lugar de culpa e invisibilização considera o existir e o resistir nessas condições como um ato de transgressão; resistência por habitar de forma satisfeita um corpo dissidente. Ainda que nos julguem como doentes, não aceitamos a patologização, oferecendo formas de pensar o ser gordo como pessoa não pública, de corpo permanente, que rejeita a vigilância e a punição.

Para mim, o ativismo é a práxis da energia e do tempo empregados para o outro sujeito afetado. Não existe ativismo restrito aos bancos e escritos acadêmicos, bem como às postagens nas redes sociais, por mais belas e “lacradoras” que sejam; assim como o ativismo da rua depende do que se constrói como campo científico e do que se difunde nas redes para capilarizar as ações.

Num mundo de convergência, são os sujeitos dispostos que **ativam** as pautas e **militam** para que elas percorram o caminho idealizado, ainda que parte desse percurso possa ser aperfeiçoado e até desviado para um propósito mais eficiente no caminho do educar. Arroyo (2012) afirma que os autorreconhecimentos deslocam as lutas abissais e sacrificiais em que foram classificados. “Os Outros com suas resistências as deslocam” (ARROYO, 2012, p. 179).

Portanto, frases do tipo “não tenho mais paciência para explicar tal coisa” não cabem a um ativismo para a educação. Afinal, as informações estão amplamente difundidas, mas as ferramentas que as decodificam ainda são bastante restritas. Cabe a nós, ativistas, fazer também o trabalho de “tradução” do que se quer desconstruir e ressignificar.

3.1. Herança: as fontes onde bebem os ativismos

Castillo (2014) identifica o primeiro movimento ativista gordo como *Fat-in*, uma espécie de fragmento presente em um protesto hippie, ocorrido no Central Park de Nova York, nos Estados Unidos, em 1967, contra a Guerra do Vietnã. São registros de pessoas

gordas comendo sorvete enquanto queimavam cartazes da modelo Twiggy, famosa por lançar a tendência de modelos esqueléticas nas passarelas.

Logo após, de acordo com Lupton (2013), foi criada a National Association to Advance Fat Acceptance (NAAFA), uma espécie de associação para aceitação da gordura, em 1969, que permanece ativa até os dias atuais e contribuiu para a criação do primeiro documento a esclarecer as pautas do ativismo gordo, o *Fat liberation manifesto*. Escrito pelas integrantes do *Fat Underground*⁴², Judy Freespirit e Aldebaran, é um documento político utilizado até hoje pelos ativistas como diretriz de como se pronunciar contra o discurso médico dominante, enfatizando o papel do capitalismo a partir da interpretação de que esse sistema colabora para a opressão das pessoas gordas (RANGEL, 2017).

O manifesto, traduzido por Rangel (2017), apresenta as seguintes pautas:

1. Acreditamos que as pessoas gordas têm todo o direito ao respeito e ao reconhecimento humanos.
2. Estamos zangadas com o mau tratamento devido a interesses comerciais e sexistas. Esses têm explorado nossos corpos como objetos do ridículo, criando assim um mercado imensamente lucrativo que vive de vender a falsa promessa que esse ridículo pode ser evitado ou aliviado.
3. Vemos nossa luta como aliada de outros grupos oprimidos contra classismo, racismo, sexismo, preconceito etário (ageism), exploração financeira, imperialismo, e outros.
4. Exigimos direitos iguais para pessoas gordas em todos os aspectos da vida, conforme prometido pela Constituição dos EUA. Exigimos igual acesso a bens e serviços na esfera pública, e um fim à discriminação contra nós nas áreas de emprego, educação, instalações públicas, e serviços de saúde.
5. Destacamos como nosso principal inimigo a assim chamada indústria de “redução”. Esta inclui clubes de dieta, spas, médicos de dieta, livros de dieta, comida de dieta, suplementos de comida, procedimentos cirúrgicos, inibidores de apetite, drogas e equipamentos de redução. Exigimos que essa indústria se responsabilize pelas suas promessas falsas, reconheça que seus produtos são perigosos à saúde pública, e publique estudos de longo prazo provando qualquer eficácia estatística dos seus produtos. Fazemos essa exigência sabendo que mais de 99% de todos os programas de perda de peso, quando avaliados num período superior a cinco anos, fracassam totalmente, e também sabendo dos perigos extremos e comprovados de mudanças frequentes no peso [o efeito sanfona].
6. Nós repudiamos a “ciência” mistificada que falsamente afirma que não somos saudáveis. Isso tem criado e mantido discriminação contra nós, em conluio com os interesses financeiros das empresas de seguro, da indústria da moda, das indústrias de redução, das indústrias de comida e medicamentos, e das instituições médicas e psiquiátricas.
7. Recusamos ser subjugadas aos interesses de nossos inimigos. Queremos retomar o poder sobre nossos corpos e nossas vidas. Estamos comprometidas a buscar esses objetivos juntas. (RANGEL, 2017, p. 37)

Rangel (2017) explica que este manifesto é anticapitalista, dialogando com fonte marxista de interpretação do capitalismo em que a dominação se exerce externamente e

⁴² O Fat Underground foi um movimento de mulheres gordas estadunidenses com perspectiva feminista radical, ativo até o final dos anos 70. Fonte: http://www.radiancemagazine.com/issues/1998/winter_98/fat_underground.html Acesso 16/03/2021, às 17h..

verticalmente, popular no meio acadêmico na década de 1970: “É um esforço de interconexão da luta pela libertação das pessoas gordas com outras lutas consideradas da esquerda política, a favor de minorias políticas, como a luta anti-capitalista, anti-racista, anti-sexista, anti-capacitista e anti-etarista” (RANGEL, 2017. p. 45).

Ainda falando do ativismo gordo estadunidense, Orbach (1978) traz a questão da cultura da magreza e a consequente estigmatização da gordura como instrumento de opressão às mulheres. Quando se pensa em ativismo e os estudos que tangem o corpo gordo, Lupton (2013) apresenta cinco abordagens diferentes, embora complementares em alguns pontos:

1. *Fat studies*, que reúne pesquisadores sociais que levam em consideração o contexto dos estudos médicos em relação ao momento sócio político, histórico e educacional. Trata-se dos estudos sobre o corpo gordo mais estruturados, ainda que apresentem uma visão hegemônica da própria obesidade e do discurso antiobesidade que perduram. São estudos transdisciplinares que exploram o conceito de biopoder;
2. Ativismo gordo, minha fonte particular de militância, onde pessoas gordas rejeitam a estigmatização do corpo gordo, incluindo as associações com beleza, doença e incapacidade, ampliando as pautas para acessibilidade em espaços físicos, melhoria de qualidade de vida e discussões sobre prejuízos de amplo espectro social, utilizando a educação como fonte de motivação e mudança;
3. Anti-obesidade, que toma por base o Índice de Massa Corporal (IMC) e apresenta o conceito de epidemia. Esta é a abordagem mais difundida e mais restrita;
4. Biomédico-crítico, que rejeita a patologização dos corpos gordos, portanto entende que ser gorde não tem relação direta com ser doente, exceto para o grupo que abrange obesidade mórbida, onde se apropria então do IMC para esta mensuração. Aqui se valoriza a atividade física regular, independente da massa corporal e do peso, e admite-se que dietas podem ser prejudiciais à saúde;
5. Libertários céticos, que estimulam a liberdade na relação alimentação X atividade física, além de rejeitarem a ideia de que o Estado deva assumir uma postura paternalista em relação à gordura corporal (RANGEL, 2018).

O Brasil possui algumas particularidades e recortes específicos nas formas de interpretar e difundir a militância gorda. Uma das mais importantes no que tange à acessibilidade e atenção básica de saúde é a distinção entre gorda maior e gorda menor.

Assim como citei anteriormente, não há um parâmetro que balize em números essa distinção; são subjetividades que aumentam ou “aliviam” as opressões sobre as pessoas gordas.

Como gorda menor, posso afirmar que não tenho problemas com catracas de ônibus e raras foram as vezes em que não coube em cabines de banheiro ou de provadores; também não houve grandes problemas em obter um aparelho de pressão que admitisse a circunferência do meu braço para correta aferição da pressão e também pude ter acesso aos serviços de ambulância quando precisei. Já passei por constrangimentos em viagens de avião pelo cinto de segurança não completar a volta e fechar de modo confortável; já quebrei cadeiras e bancos em lanchonetes e em casa de amigos/parentes; passei por situações vexatórias em relação a uniformes de escola e trabalho, fixo ou temporário; e, claro, já entrei em muitas lojas ou não havia absolutamente nada que coubesse em mim.

Talvez a experiência mais traumática que tenha ocorrido comigo seja a violência obstétrica que sofri em 2005, por ocasião do parto emergencial do meu filho em decorrência de uma eclâmpsia. Fui chamada de elefante pelo anestesista que me acusou de não colaborar com ele por conta do meu peso e “má vontade”, mesmo a minha pressão estando em 24 x 18. Esse episódio é contado por Natália Elias em seu livro “Não era para ser assim”, onde a minha história e de muitas mulheres são denunciadas.



Figura 03 - capa do livro “Não era pra ser assim”⁴³

De acordo com Pilger e Gruszynski (2021), é a complexidade e a diversidade de corpos gordes que fez com que os termos “gorda maior” e “gorda menor” passassem a ser utilizados pelos movimentos ativistas de luta contra a gordofobia para diferenciar as pessoas gordas e suas subjetividades.

o intuito é o de desnaturalizar a ideia de que as pessoas gordas são todas iguais, processo de estereotipagem que reduz e essencializa os corpos, bem como para evidenciar que existem diferentes formas de experienciar as violências e os sofrimentos causados pela gordofobia estrutural. Mesmo dentro do grupo de pessoas gordas, algumas, por possuírem tamanhos menores, acessam a direitos e privilégios negados às pessoas gordas maiores. Por isso, a preocupação em demarcar a problematização interseccional. (PILGER e GRUSZYNSKI, 2021, p. 114)

Tenho amigas e colegas de militância que já passaram por situações constrangedoras a ponto de colocar suas vidas em risco. Eu poderia escrever um livro sobre elas, mas cabe aqui admitir que eu mesma me incomodei por muito tempo com o que eu considerava apagamento da voz das gordas menores. Numa das oficinas do 11º Fazendo Gênero, de 2017, fui hostilizada por uma das participantes com o argumento que “eu sequer pesava 100 quilos” para ter lugar de fala. Foi um momento em que realmente eu estava magra e justamente por

⁴³ O livro tem previsão de lançamento para maio de 2022 pela Editora InVerso.

estar em estado de AIDS. Não fazia nem seis meses que eu havia saído de um coma de 20 dias em decorrência de uma pneumonia severa, fruto do desconhecimento do HIV.

O episódio me causou bastante revolta e uma profunda reflexão sobre enquadramentos, julgamentos prévios e principalmente sobre os equívocos da militância, não só dos ativismos gordos, mas dos ativismos em geral.

Cheguei a gravar um vídeo para o canal “Tá Boa, Bunita?” sobre a [barreira dos 3 dígitos](#) como desabafo acerca dessa partilha desnecessária e contraproducente em torno de corpos gordos.

Sabemos que sim, até por doenças relacionadas a transtornos alimentares e distorções de imagem, muitas pessoas não gordas acabam por confundir gordofobia com outras opressões sofridas por elas. Um bom exemplo é o bem explorado caso da personagem Madison, da série This is Us, interpretada por Caitlin Thompson. No início da série, Madison participa de encontros entre pessoas gordas, sendo ela a única pessoa magra do grupo, buscando sempre centralizar suas falas, como se a discriminação sofrida por ela fosse igual ou pior à sofrida pelos demais.

Creio que todas nós do ativismo já topamos com algum perfil parecido nas nossas redes ou pessoalmente, o que merece nossa atenção sim como dor, mas principalmente como educação do que é o que não é ser uma pessoa passível de gordofobia. Frequentemente, quando os episódios mais graves de desvio de imagem cessam, ganhamos aliadas/es/os.

Porém, toda vez que alguém julga outra pessoa gorda com uma régua de dor relativa ao quão pesada e grande é essa pessoa, voltamos a usar parâmetros similares ao IMC, o qual tanto combatemos.

Não é ignorar o reforço das opressões de quem é gorda maior; pelo contrário. É lutar para que aquelas sejam combatidas, sem esquecer que quem é gorda menor também carrega as suas dores e talvez, naquele momento, seja justamente onde ela mais precisa de apoio e empatia. Não temos que nos tornar mais um dos grupos de opressores sociais e sim lutar para que a própria opressão seja extinta.

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. E a temem, também, na medida em que, lutar por ela, significa uma ameaça, não só aos que a usam para oprimir, como seus “proprietários” exclusivos, mas aos companheiros oprimidos, que se assustam com maiores repressões. Quando descobrem em si o anseio por libertar-se, percebem que este anseio somente se faz concretude na concretude de outros anseios. (FREIRE, 1967, p.19)

3.2 O ativismo brasileiro

No Brasil, a gordofobia ganhou a vitrine dos ativismos na última década, seguindo movimentos mais organizados do Chile e da Argentina em torno da despatologização do corpo gordo e da acessibilidade, com ênfase às questões de segurança alimentar ocupando um espaço mais amplo justamente pelas peculiaridades latino-americanas (BUARQUE, 2019).

Os movimentos antigordofóbicos chegam a 2020 com uma organização que transcende as teias sociais e penetra, de forma organizada, o campo acadêmico. Liderado pela filósofa Maria Luísa Jimenez-Jimenez (Malu Jimenez), os Estudos do Corpo Gordo (fruto da sua tese de doutoramento) e a posterior criação do *Grupo de Pesquisa Transdisciplinar das Corporalidades Gordas do Brasil - Pesquisa Gorda*, criam um campo de confluência formal para a construção do saber científico sobre os corpos gordos numa perspectiva genuinamente brasileira.

O grupo Pesquisa Gorda, como existe hoje e do qual faço parte, surgiu da junção da ideia de um canal no Youtube para difusão de pesquisas relacionadas aos estudos do corpo gordo e a instituição de um grupo formal de estudos científicos sobre o corpo gordo a partir de um núcleo virtual.

No canal Pesquisa Gorda, criado em 2020, Malu Jimenez (UFMT) e Agnes Arruda (Unip) entrevistavam outras pesquisadoras sobre seus campos de estudo. Por diversas razões, as atividades no canal foram interrompidas e acabaram cessando no ano seguinte.

Já o grupo de Estudos sobre o Corpo Gordo - prévia do Pesquisa Gorda - foi constituído em 2017 pela rede Facebook, por iniciativa de Malu Jimenez e sua necessidade em conhecer outras pessoas que estudassem corporalidades gordas no Brasil.

Malu conta que no início eram poucas as participantes e o núcleo não tinha sequer um nome definido, muito menos uma ação organizada. Aos poucos, a temática foi sendo ampliada e, em 2018, a idealizadora do Pop Plus⁴⁴, Flávia Durante, tomou conhecimento sobre o grupo e convidou as pesquisadoras para uma mesa temática na edição de dezembro daquele ano, intitulada “Corpo Gordo como Resistência”, mesmo nome do texto produzido por Malu Jimenez naquele ano. A mesa, considerada um marco na disputa de campo e epistemologias do Pesquisa Gorda, foi composta pela mediadora Patrícia Assuf Nechar (PUC-SP), pelas pesquisadoras Natália Rangel (UFSC), Bruna Salles (PUC-SP), Cynthia

⁴⁴ Considerada a maior plataforma e evento de moda e cultura plus size da América Latina. <https://popplus.com.br> Acesso em 21/02/2022, às 14h.

Montalbetti (UNILA) e Maria Luísa Jimenez-Jimenez (UFMT); pela psicóloga Laís Oliveira; e pela pedagoga, psicodramatista e empresária Alessandra Almeida.

No mesmo ano, o grupo teve mais alguns encontros e votou um nome permanente, onde a sugestão dada pela membro Rosane Gomes (UFMG) foi a mais votada: Grupo de Estudos Transdisciplinares do Corpo Gordo no Brasil.

Em 2019, Malu Jimenez, Natália Rangel, Patrícia Assuf e Rosane Gomes foram ministrantes do primeiro curso proposto pelo grupo em eventos oficiais acadêmicos, durante a 19ª edição do Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS), realizado na UFSC, sob a coordenação da professora Márcia da Silva Mazon, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC. O título do curso foi “Introdução à gordofobia: o engendramento do ativismo gordo sob a perspectiva sociológica”, tema que foi novamente explorado na edição 2021 do 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, onde fui ministrante de minicurso também sob a supervisão da professora Márcia Mazon, dessa vez acompanhando Natália Rangel e a doutoranda Marina Paim (PPGSC/UFSC).

No ano seguinte - em julho de 2020 - o grupo estava presente no 12º Seminário Internacional Fazendo Gênero, também realizado na UFSC, dessa vez coordenado por Jéssica Balbino (Unicamp), Rosane Gomes e Maria Luísa Jimenez-Jimenez, na proposta de Simpósio Temático “Lute como uma gorda: gordofobia, ativismos e resistência”. Eu havia inscrito proposta para esta edição, que acabou sendo prejudicada pela pandemia e acabou se realizando no ano seguinte, na modalidade online.

Com a pandemia, a jovem organização do #PesquisaGorda precisou se reinventar e foi quando surgiu o canal no youtube e como podcast, com produções quinzenais, onde Agnes Arruda e Malu Jimenez davam voz às demais ativistas e pesquisadoras gordas do Brasil. A ideia excelente não teve fôlego para continuar, porém é um dos mais ricos materiais audiovisuais sobre a construção do saber sobre corporalidades gordas no Brasil.⁴⁵

O ano de 2020 chegou a contar com 42 pesquisadoras associadas, acadêmicas ou autônomas, de regiões e instituições distintas. Mas como grupos necessitam de energia empregada e estávamos vivendo o ápice de uma pandemia, em estado de alerta, muitos de nós tendem a abrir mão até do que nos é caro em situações de risco. O grupo sofreu um esvaziamento de ações e pessoas engajadas.

Até que em setembro de 2020, Maria Luísa Jimenez-Jimenez, Marcelle Silva (UFC) e Agnes Arruda iniciam uma nova fase do #PesquisaGorda, incorporando ao nome oficial a

⁴⁵ <https://www.youtube.com/c/PesquisaGorda/> Acesso em 22/10/2021, às 22h30.

hashtag já difundida: Pesquisa Gorde - Grupo de Pesquisas Transdisciplinares do Corpo Gorde no Brasil. Em outubro de 2020, recebi o convite para integrar a coordenação do grupo após participar de alguns cursos promovidos ou com a participação de Malu Jimenez, Agnes Arruda, Marcelle Silva e Jéssica Balbino, entre outras colegas

Como espaço desterritorializado e mutável, o #PesquisaGorda tem suas configurações em constante ressignificação. Na minha entrada, passou a oferecer minicursos livres sobre temáticas relacionadas às corporalidades gordas, além de grupos de estudos mensais abertos a quem quiser se inscrever, independente de ser pesquisador ou não.

Ficou a meu cargo, a sugestão e a oferta do minicurso sobre cirurgias bariátricas, sob o nome de “Bariátrica: negligência e mutilação em ascensão”, cuje convidade, medique doutore⁴⁶ em Saúde Coletiva, Ale Mujica Rodriguez (UFSC), é também minha colega no Coletivo Desencaixa, objeto de reflexão metodológica prática deste trabalho. O evento⁴⁷, de pouco mais de 2 horas, contou com recorde de inscrições até o momento - 29 inscritos - e diversidade de profissionais (nutricionistas, médicas, psicólogos, profissionais de educação física, linguistas, enfermeiras), gordos e não gordos, interessados no tema.

Além de uma aula sobre dados e procedimentos bariátricos, Ale Mujica nos convidou a pensar sobre o afeto como política de controle dos corpos gordos. E, mais ainda, a percebermos a necessidade de decolonizar essas relações.

Raposo (2021) fez uma análise do encontro, numa perspectiva de linguagem antigordofóbica decolonial:

Afeto, nesse sentido, engloba toda a gama de relações afetuosas que desenvolvemos, desde o âmbito familiar aos contextos erótico-amorosos. Aqui chamamos a atenção para a compreensão de como a linguagem, nesse caso, é uma poderosa aliada para o exercício desse controle corporal. Não raro, a corponormatividade é suplementada pelo discurso do cuidado com a saúde – “estou preocupado que não adoeça”; do amor fraterno – “mas eu só quero o seu bem (emagrecimento) porque amo você”; das relações erótico-amorosas – “mas com esse corpo, ninguém vai te querer”; dos discursos “amigáveis” – “vai ficar sozinha/e/o desse jeito”; bem como das cobranças que ocorrem quanto ao emagrecimento na perspectiva do “você deveria ter mais amor por você”. (RAPOSO, 2021, ata do evento)

Os discursos em torno da gordofobia nos atravessam cotidianamente porque são efetivas ações de controle dos nossos corpos, concretizadas na e a partir da linguagem e do afeto. São falas que se apropriam da nossa afetividade para tentar exercer poder e controle sobre quem somos.

⁴⁶ Apesar de recente decreto que proíbe a linguagem neutra no Estado de Santa Catarina, preservo a forma como a pessoa prefere ser denominada.

⁴⁷ Evento realizado no dia 15/03/2021, às 17h, em espaço virtual.

O afeto, aqui, é o nó de Ariadne descrito por Latour (2012), que une as pesquisadoras e pesquisadores do Grupo Pesquisa Gordas. Embora de campos do saber distintos, todes⁴⁸ nos apropriamos de uma linguagem que, usada como instrumento normativo, também pode ser subversiva.

Como afirma Raposo (2021), compreendemos que, antes de pesquisadores, somos pessoas gordas e que essa característica é apenas mais uma das que nos compõem, o que possibilita internalizar que a ninguém é dado o direito de nos restringir ou nos cercear como indivíduos e como grupo: “Identificarmo-nos como o que realmente somos – pessoas gordas – é um dos primeiros passos para o enfrentamento ao afeto como política de controle”.

É o vislumbre de que assim que o termo gorda, gorde, gordo deixar de assustar e passar a compor sem oprimir o íntimo de nosso eu - pessoas gordas ou não -, um dos elos fortes dessa colonialidade política será quebrado: “A partir daí, começamos a, no mínimo, questionar essa herança colonial que reiteradamente tentam nos impor. Em outros termos, iniciamos a nossa caminhada de decolonização de corpos, saberes e afetos” (RAPOSO, 2021).

3.3 O Sim sou Diva

O Sim sou Diva nasceu, no final de 2015, da minha observação pessoal sobre um grupo de mulheres participantes de um concurso de beleza, o Miss Brasil Plus Size. O grupo de participantes transcendeu as fronteiras do concurso e acabou por se reunir em uma reunião de empoderamento feminino, unindo mulheres com experiência prévia em moda e desfiles, e outras sem experiência nem intenção alguma de adentrar esse mundo.

Nos três anos em que permaneceu ativo como grupo, promoveu inúmeras atividades de representatividade, reuniu trabalhos para marcas e catálogos, discutiu o conceito de moda como ferramenta inclusiva em instituições de ensino e empresas, participou de palestras e reuniões, tudo voltado para pessoas gordas, especialmente mulheres. Por meio da fotografia, da moda inclusiva e principalmente dos encontros e conversas diárias, essas mulheres se fortaleceram, aprenderam e algumas até impulsionaram carreiras internacionais. Também foi iniciativa do grupo organizar o primeiro evento de moda e cultura plus size do Estado de Santa Catarina, inicialmente planejado para acontecer em São José, na Grande Florianópolis, e depois, pela parceria com a Miss Brasil Plus Size 2013, Aline Zattar, acabou acontecendo

⁴⁸ O Grupo Pesquisa Gordas passou a adotar a linguagem neutra sempre que possível.

em Joinville, reunindo marcas *plus size* de todo o Brasil, palestras e eventos apoiados por empresários locais, instituições de ensino e pelo Sebrae.⁴⁹



Figura 04 - evento de moda Plus Size em Joinville - Foto Tiago Lautert

Também foi o Sim Sou Diva quem realizou o primeiro flash mob de mulheres gordas registrado no mundo, o Diva do Cinema Plus, realizado em outubro de 2016 no shopping Itaguaçu, em São José, sem apoio algum da maior parte dos lojistas, apenas do marketing do próprio shopping. Apesar das dificuldades, foi registrado pela grande mídia local, com repercussão nacional.⁵⁰

49

<https://www.nsctotal.com.br/noticias/joinville-sediara-desfile-e-final-de-concurso-plus-size-nos-dias-6-e-7> - acesso em 21/01/2021 às 18h32

50

<http://gshow.globo.com/RBS-TV-SC/Mistura-com-Camille-Reis/noticia/2016/11/modelos-plus-size-revivem-divas-do-cinema-da-era-de-ouro.html> - acesso em 22/01/21 às 11h



Figura 05 - Divas do Cinema Plus 2016 - Foto RBS TV/Divulgação

Mas nada se compara às duas edições do Vai Ter Gorda na Praia, realizadas em 2016 e 2017 nas praias de Florianópolis. Não só as participantes do coletivo, mas outras mulheres se sentiram encorajadas e se juntaram ao grupo nas praias do Campeche e Tapera, em 2016, e na Praia Mole em 2017. Os registros de imprensa foram tão amplos que, nas duas edições, as matérias atingiram o primeiro lugar no trending topics (TTS) do Google no dia seguinte ao evento de cada ano.⁵¹

A edição de 2017, além das inúmeras entrevistas e fotos, permeada por risadas e deboche de parte dos frequentadores da Praia Mole - reduto dos “corpos perfeitos de Florianópolis” - contou com uma longa roda de conversa entre as participantes da ação e pessoas que passavam pelo local. O debate pautou assuntos relacionados à gordofobia, indo além do discurso da autoestima e da aceitação. Constitui, portanto, um avanço no ativismo que, até então, localmente utilizava a beleza da diversidade como bandeira principal e passou a adotar a antigordofobia como foco.

51

<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/verao/2016/noticia/2016/02/mulheres-participam-de-evento-vai-ter-gorda-na-praia-em-florianopolis.html>

<https://globoplay.globo.com/v/5633573/>



Figura 06 - Vai ter Gorda na Praia Sul, Edição 2016 Campeche - Foto Tiago Lautert



Figura 07 - Vai ter Gorda na Praia Sul - Edição 2016 Tapera - Foto Tiago Lautert



Figura 08 - Vai ter Gorda na Praia Sul, Edição 2017 - Foto Leo Cardoso - Agência RBS



Figura 09 - Vai ter Gorda na Praia Sul 2017, Roda de Conversa - Imagem de Estilo / Divulgação

Encerrado em 2018 como coletivo, o projeto Sim sou Diva ainda ressoa quando a referência é a autoestima de mulheres gordas, inclusive em produções acadêmicas⁵² e como exemplo para construção de textos-base de projetos de lei em andamento.

52

<https://nusec.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Nat%C3%A1lia-E-A.-Rangel-Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-mestrado-07.10.18.pdf> P. 104-130

3.4 O Coletivo Desencaixa

A partir do Sim sou Diva e principalmente inspirado no Vai Ter Gorda na Praia e nos estudos sobre o corpo gordo, em meados de 2018 nasceu o Coletivo Desencaixa, com o objetivo de ir a escolas, faculdades, universidades e empresas para falar sobre bullying, ativismo gordo e gordofobia.

Aos poucos, passou a ser um dos braços de apoio do 8MSC - grupo de mulheres que se organiza na cidade de Florianópolis e no estado de Santa Catarina para construir e reivindicar pautas feministas vinculadas aos movimentos nacionais e internacionais em torno do Dia Internacional da Mulher.

Participamos de encontros com alunos do ensino fundamental e médio, e também de rodas de conversas com alunos e professores da graduação para falar sobre gordofobia, militância e também como apoio a outros tipos de discriminação quando a escola aponta casos de bullying ou sente a necessidade de ampliar o debate.

As atividades presenciais do grupo foram suspensas no início da pandemia. Em dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, recebemos proposta para rodas de conversa presenciais em escolas de Florianópolis, as quais recusamos por não ser atitude coerente com a postura coletiva do grupo diante de uma pandemia.



Figura 10 - palestra sobre bullying; coletivo Desencaixa no Instituto Estadual de Educação

Em março de 2022, fui a primeira integrante do coletivo a retomar as ações presenciais do grupo a convite da colega Adriana Valim Lopes, do Centro de Educação para Jovens e Adultos de Florianópolis. Por ocasião da Semana da Mulher, a escola promoveu algumas ações e debates sobre temas relacionados à realidade das mulheres. Fui convidada para falar sobre gordofobia no ambiente escolar.



Figura 11 - Palestra no CEJA sobre Gordofobia

Neste evento, tive uma das experiências mais marcantes do meu caminhar de ativista. Uma das moças contou pela primeira vez em público sobre o suicídio da sua irmã por consequência da gordofobia. Percebi que foi um momento de muita tensão também para os demais alunos e para os professores presentes.

Só pude lamentar e direcionar esse lamento a ela, pedindo licença para utilizar a sua fala para deixar explícitas as razões pelas quais declaramos que gordofobia mata e o quanto era importante que todos os presentes internalizassem essa premissa para construírem relações antigordofóbicas em seus círculos de convivência.

3.5 O canal “Tá Boa, Bunita?”

Desde 2016, o Sim sou Diva mantinha um canal na rede Youtube para reunir vídeos amadores, feitos pelas próprias participantes do coletivo, e os profissionais, os quais vinham em sua maioria das emissoras de TV e blogs eletrônicos.

Em julho de 2020, porém, com a ampliação da pesquisa-participante para um olhar autoetnográfico, senti a necessidade de profissionalizar o canal e produzir conteúdo de forma contínua, com pelo menos uma seção dedicada aos estudos relativos ao corpo gordo. Foi criado, então, o “Tá Boa, Bunita?”, um espaço voltado a três grandes temas: gordosfera, viver bem com HIV, alquimias e bruxarias. O primeiro tema se relaciona como amostra desta pesquisa por discutir diretamente temas como acessibilidade, gordofobia, autoestima, militância gorda e os movimentos dentro do ativismo. Era uma forma de eu conversar com o mundo sobre as minhas recentes descobertas.

Cada vídeo possui tema específico e alguns contam com convidadas que são importantes em suas áreas de atuação também no que tange ao combate à gordofobia. Revisões de literatura acadêmica dentro da pesquisa gorda e apresentação de novos livros fazem parte dos vídeos.

A ideia é dar amplitude à própria pesquisa e aos seus resultados enquanto participante, aceitando a mutação de conceitos em tempo real e as perspectivas decoloniais.

Vinha analisando outros canais e seus discursos antigordofóbicos. Porém, havia urgência em apresentar minha própria produção para que, antes dos milhares de likes, ela fosse balizada pelos pilares dos estudos transdisciplinares sobre o corpo gordo.

Há, portanto, uma relação entre a militância e a pesquisa. A pesquisa traz a demanda e elementos para qualificar a produção militante.



Figura 12 - Foto Wanessa Peret - Canal “Tá Boa, Bunita?”

Ao longo de quase dois anos de canal, experimentei um misto de sensações acerca da minha investigação e também da minha vida como pessoa gorda.

Senti na pele a diferença crua da condolência relacionada ao sorotivismo e o ataque quase sempre gratuito e raivoso relacionado ao ativismo gordo. O tom dos comentários é o oposto. Enquanto um parte da piedade, da iminência da morte por algo que não tem cura - o HIV - o outro é agressivo, apresenta repulsa e atrai haters em casa publicação - Gordosfera.

Meu lugar de ativista gorda e sorotivista ficou claro, desabrochou em possibilidades que pretendo levar adiante, inclusive nas perspectivas de contraponto como base de acesso à educação e à saúde.

O canal me ajudou a pavimentar um trecho importante da minha inquietação, com bases para trajetos mais longos.

Assim como Pretto (2011), considero que o caminho não é pensar a internet e as redes apenas como perspectiva eficaz de comunicação; é considerar as tecnologias digitais de comunicação na sociedade, na escola, e nos espaços públicos e privados “como elementos que contribuem para uma radical transformação tanto da sociedade como da educação, sendo esse um dos grandes desafios de pesquisa no mundo contemporâneo” (PRETTO, 2011, p. 102).

3.6 A Pesquisa Gorda e seu campo

Desde novembro de 2020, faço parte da coordenação nacional do Grupo de Estudos Transdisciplinares das Corporalidades Gordes - Pesquisa Gorda, o que foi mais uma mudança impulsionada pela pandemia, que agregou inúmeras oportunidades de ampliar meus conhecimentos.

O grupo reúne pesquisadores em diversas frentes: psicologia, sociologia, filosofia, comunicação, educação, saúde e nutrição, todos com pesquisas relacionadas aos corpos gordos e à luta antigordofobia. O objetivo principal é promover a pesquisa sobre o corpo gordo, consolidando essa área de estudos no país, assim como conquistando espaços dentro das universidades e instituições de ensino. Como espaço de militância, as ações podem e devem expandir os muros acadêmicos e institucionais, denunciando as injustiças epistemológicas sobre os corpos gordos e a consequente patologização mantida pelo biopoder (FOUCAULT, 2004).

Não é preciso ser gorde para participar do grupo desde que a investigação utilize as corporalidades gordas como objeto; utilizamos o conceito de lugar de fala para valorizar a potência da pesquisa feita por pessoas gordas.

Nosso objetivos declarados são:

- Desenvolver e incentivar a promoção de atividades voltadas às temáticas que discutam, de forma transdisciplinar, as perspectivas da desestigmatização e desmedicalização de corpos gordes, de modo a trazer à tona o debate sobre a gordofobia enquanto estrutural, denunciando o epistemicídio empreendido pelo discurso dominante, hegemônico e socialmente aceito sobre corpos gordes, para enriquecer a inteligência social acerca das diversidades corporais e das formas de (re)existências daqueles considerados dissidentes, além de promover deslocamentos nos imaginários sociais e culturais estabelecidos;
- Produzir, fomentar, apoiar e divulgar conhecimento transdisciplinar produzido por e para pessoas gordas;
- Repensar e discutir sobre estratégias metodológicas nos estudos que abordem a pessoa gorda;
- Democratizar o acesso aos Estudos do Corpo Gordo;
- Assumir o caráter ativista Gorde em nossas pesquisas;
- Fechar parcerias, apoios e editais no âmbito privado e público para viabilizar projetos;
- Fornecer subsídios para a elaboração, publicação e a divulgação científica de trabalhos sobre a temática do corpo gordo, estimulando uma maior visibilidade

desse campo de pesquisa em expansão, mirando sua consolidação, ampliação e aprofundamento, tornando os Estudos do Corpo Gordo conhecido e reconhecido como um campo de saber no Brasil e no mundo. (DOCUMENTO PESQUISA GORDA, 2021)

Como campo jovem de conhecimento, o #PesquisaGorda atravessa a fase de resistência para se firmar como área de conhecimento. De acordo com Bourdieu (2005), os poderes previamente estabelecidos que permeiam cada campo de pesquisa oferecem resistência às novas investigações experimentais. No caso, o principal e mais poderoso elo de resistência é o campo da saúde (biopoder), justamente porque a justificativa central de patologização do corpo gordo é a preocupação com essa mesma saúde.

Neste grupo estão pessoas que entrelaçam saberes, alimentando o alicerce que sustenta a construção de outras possibilidades de pensar os corpos, o que transcende a própria pauta da pesquisa gorda.

Hoje, somos pesquisadores e coordenadores nacionais dos campos da filosofia, sociologia, educação, psicologia, linguística, direito, jornalismo, artes, medicina, comunicação, nutrição e educação física.

São inúmeros artigos já publicados em revistas nacionais e internacionais, colóquios e eventos de pequena e grande abrangência, dossiês específicos obtidos por meio de uma luta incessante para que a academia reconheça os estudos antigordofobia não apenas como legítimos, mas como fundamentais numa sociedade científica que se propõe num caminhar evolutivo.

Muitos de nós não frequentaríamos as universidades, quiçá escolas, se não houvessem os movimentos para tentar compensar preconceitos de raça, gênero, etnia, numa tentativa de reparação e reconstrução, frequentemente denominados “ações afirmativas”, ainda que este termo seja dominante e equivocado (HOOKS, 2017, p. 54). Pelo menos permitiu o acesso ao conhecimento e ao pensamento crítico, e é só por isso que existem grupos como o Pesquisa Gorda.

A sede e a fome por diversidade impulsionam ações em prol de um mundo multifacetado. A sede e a fome por uma sociedade nutrida material e culturalmente. A sede e a fome por igualdade instigam a luta de ativistas por uma realidade apoiada na cidadania, encarnada no cumprimento dos direitos civis, políticos e sociais de todos os corpos. (SILVA, 2021, p. 9)

Nossa realidade também passa pelas redes - das novas subjetivações e das nossas atuações. Estamos cada vez mais nas redes até porque é nelas que se estabelecem as conexões

contemporâneas de poder. “O certo é que as redes do poder passam hoje pela saúde e o corpo. Antes passavam pela alma, agora pelo corpo.” (FOUCAULT, 1997, p. 127).

O #PesquisaGorda é uma forma de reverter parte das injustiças epistemológicas direcionadas às existências gordas. Queremos “desmontar, denunciar e desprogramar a subjetividade capitalística, na qual estamos imersas, em que se faz acreditar que apenas um corpo é possível, belo e saudável, a partir de um relato em primeira pessoa” (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020, p. 148).

3.7 Métodos em pandemia

Realizar uma pesquisa não é por si tarefa simples. Quando a pandemia se instalou no Brasil, em março de 2020, eu estava partindo para meu segundo semestre de disciplinas, mapeando algumas possibilidades para apresentar dados consistentes, que fugissem das afirmações prévias, porém contribuíssem para corroborar algumas das minhas hipóteses.

Uma das amostras mais amplas se daria a partir do Coletivo Desencaixa, sobretudo por ser o contato mais estreito entre os ativismos e as práticas escolares e acadêmicas. Era a minha pesquisa viva, palpável, sujeita a erros e acertos, oferecendo possibilidades e trocas a todo momento. Tudo isso antes de perceber e alterar meu entendimento de corpo, adicionando minha compreensão de corpo não-restrito ao meu olhar de pesquisadora.

Escolas e instituições de ensino foram fechadas e o coletivo ficou sem as atividades primárias de escuta e debate direto. Tive que readaptar meu olhar sobre a investigação que me propunha e o natural foi pensar no digital, nas redes, nas possibilidades infinitas de interação online.

Assim, o canal saiu de aposto a protagonista da pesquisa que realizo. Os comentários, inicialmente feitos por conhecidos e parentes, deram lugar a embates acalorados, elevando muitos dos conceitos que discuto neste trabalho à práxis do ativismo gordo. Proponho reflexões, apresento literatura atual e de base, discuto conceitos, falo das mudanças e da contemporaneidade que nos permeia. Construo, desconstruo; interajo e contribuo.

Boa parte dos livros e artigos que utilizei na pesquisa foram lançados pós-pandemia, oferecendo mais riqueza ao meu escopo de investigação. Produções de pessoas gordas, em sua maioria, fortalecendo o alicerce do nosso campo de pesquisa, ampliando as possibilidades de saberes e ressignificações de percurso.

3.8 Pelo direito ao movimentar-se

Nesses atravessamentos de aprendizado, investigação e militância, conheci o trabalho de Ellen Valias, mais conhecida nas redes como @atletadepeso, uma estudante de educação física gorda maior, preta e periférica, com uma naturalidade encantadora para comunicar as interfaces da gordofobia numa das áreas de maior ataque da Pesquisa Gorda: a educação física. Foi graças a ela que conheci Sabrina Strings⁵³ e pude perceber o quão relacionada está a gordofobia com o racismo. Certamente muito mais do que a maioria de nós imagina, incluindo os ativistas gordos. Porém, como não teria tempo para aprofundar minhas leituras neste quesito, aqui faço a ponte entre o movimento e o habitar um corpo.

Lembrei de um trecho de um livro que li para uma apresentação oral há alguns anos. Nele, a argentina Paula Sibilia (2008) falava sobre o papel dos jovens na construção do que conhecemos hoje como internet, geração a qual Ellen pertence.

A eles incumbe a importante tarefa de ‘inventar novas armas’, capazes de opor resistência aos novos e cada vez mais arditos dispositivos de poder, criar interferências, ‘vacúolos de não-comunicação, interruptores’, na tentativa de abrir o campo do possível desenvolvendo formas inovadoras de ser e estar no mundo. (SIBILIA, 2008, p. 10)

Ellen criou uma espécie de curva de criatividade midiática totalmente aplicável a crianças, jovens e adultos simplificando o discurso antigordofobia com a frase “pelo direito ao movimentar-se”. A estratégia didática dela, partindo de situações reais - incluindo a que usou em sua escrita de e-book -, favorece que suas produções alcancem um maior número de pessoas, independente de sua classe social, idade, instrução e conhecimento sobre gordofobia.

É realmente um modelo de como o ativismo pode e deve ser usado para educar as pessoas por meio de exemplos práticos do dia a dia, de diálogos comuns e da exposição e interpretação de falas de influenciadores ou publicidade.

⁵³ Sabrina Strings é professora associada de sociologia na Universidade da Califórnia em Irvine e autora de *Fearing the Black Body: The Racial Origins of Fat Phobia* (2019). Também é autora de uma matéria que denuncia a escravidão como razão para as mortes acentuadas na comunidade negra estadunidense: <https://www.nytimes.com/2020/05/25/opinion/coronavirus-race-obesity.html> Acesso em 01/03/2022 às 14h30



Figura 13 - Tumblr do canal Atleta de Peso

Dona de um humor ácido, com *time* para assuntos variados relacionados ao ser gordo e ao se movimentar, Ellen ocupa um espaço fundamental - nunca antes ocupado no Brasil - nas redes sociais e na projeção dos esportistas de sucesso com corpos dissidentes.

Seu sucesso furou as bolhas que frequentemente nós ativistas nos vemos presas. Ellen é seguida, citada e respeitada por acadêmicos, pesquisadores, empresários e patrocinadores, influenciadores digitais com perfis de todo o tipo e, agora, até pelo alto escalão da maior rede de telecomunicação do Brasil, a Rede Globo.

Em uma ação inédita para o ativismo brasileiro, partindo de uma pessoa comum (não atriz ou celebridade), um vídeo de Ellen Valias praticando exercícios físicos, acompanhado de uma fala que coloca em xeque a relação entre prazer e movimento, foi utilizado em uma prova de resistência no Big Brother Brasil 22. Ou seja, foi assistida e replicada por milhões de pessoas.⁵⁴

Ter como parceira de ativismo uma pessoa como Ellen Valias enche a gente de orgulho. Ela representa recortes bastante invisibilizados dentro da própria militância e é um dos maiores sucessos midiáticos dessa empreitada ativista em rede.

Seu primeiro E-book, de 2021, traz um alerta que parece óbvio, porém é tão negligenciado. “Atividade Física tem vários benefícios e esse mundo fitness padrão vende o emagrecimento como um super benefício” (VALIAS, 2021, p. 19), minimizando o que realmente importa como a redução da pressão arterial, a melhora das estruturas ósseas e musculares, o fortalecimento do sistema imunológico, a prevenção de osteoporose, diabetes e risco de infarto; a melhora da postura e de eventuais dores, a melhoria nos níveis de colesterol; o aumento da resistência de músculos, ligamentos e tendões; a ação como aliada no combate ao tabagismo e aos males relacionados à depressão e à ansiedade; a melhora do

⁵⁴ https://www.instagram.com/p/CbA5gynuYfD/?utm_source=ig_web_copy_link acesso em 12/03/2022, às 20h27.

sistema cardiorrespiratório, a contribuição para a absorção dos nutrientes pelo organismo, a melhoria da qualidade do sono, o combate a ação dos hormônios ligados ao estresse, melhoria no raciocínio e memória; facilita as interações sociais, entre outras razões ligadas ao bem-estar e à autoestima.

O movimento é um direito subjetivo a cada indivíduo, seja no seu corpo de carne e osso, seja no seu corpo representado. Pereira (2009) discute essa construção simbólica com base em Le Breton (2006), onde a visão de mundo enxerga o corpo como expressão de genes e o movimento como conjunto de vetores biomecânico, em uma busca incansável por uma veracidade material.

[...] dizer que o corpo é uma construção simbólica, situado em uma trama social de sentidos (LE BRETON, 2006), é uma falácia incompreensível. O que se dirá então da suposição de que essa trama de sentidos que envolve o corpo se estende para os meandros do ciberespaço, para corpos representados em imagens digitais que, em sua interatividade, se expressam em movimentos? (PEREIRA, 2009, p. 13)

Quando uma pessoa gorda quer se movimentar, ela encontra inúmeras barreiras que vão desde a negação desse direito, passando pela dificuldade em encontrar acessórios adequados que permitam esse movimento - calças, tops, tênis, maiôs, etc -, até a rejeição dos profissionais de educação física. Em seu corpo simbólico, encontra a barreira da desconfiança e da invalidade do movimento. Ou seja, se não nos movimentamos, somos preguiçosos e queremos permanecer gordos (corpo aprisionado); se nos movimentamos como pessoas gordas, invalidam nosso direito como se fosse impossível existir o gosto pela atividade física e sua prática em uma pessoa gorda.

A Educação Física é uma área que oferece bastante entaves ao ativismo gordo e justamente por isso o pavor tomou conta de mim quando descobri que meu orientador é um professor de Educação Física. O que a maior parte de nós ativistas não sabe é que o campo das práticas corporais e esportivas passou e passa por muitas crises epistemológicas relacionadas aos saberes do corpo e do movimento.

Pereira (2009) explica que, ao longo de sua história, a Educação Física transitou por diferentes estatutos epistemológicos, objetos de estudo e intervenção, com base nas sistematizações científicas e pedagógicas (militares) da ginástica, e também na Medicina e na Biologia no século XIX. Já no século XX, passou pela consolidação da hegemonia do esporte e do discurso científico, “muitas vezes atendendo aos discursos de regimes totalitários, e passando, das duas últimas décadas do século XX até os tempos atuais, por um processo de ‘repedagogização’ fundamentada no diálogo com as Ciências Sociais e Humanas”

(PEREIRA, 2009, p.14), que passaram a compreender a Educação Física como prática pedagógica.

Para nós ativistas é muito claro o papel da Educação Física na educação como um todo, visto que pode ser a porta de entrada e a ferramenta de manutenção ou de reparação de práticas gordofóbicas da escola instituição, dos professores e por parte dos colegas alunos.

Confesso que nunca tive o interesse em me aprofundar nas questões do ativismo relacionadas especificamente à Educação Física, porém acabei percebendo os atravessamentos que despertam a pesquisa do meu orientador e exemplos como o da Ellen Valias fazem tudo fazer muito mais sentido nessa teia de actantes.

Sou muito fã do trabalho dela e tenho muito orgulho de tê-la nessa caminhada como referência, com projetos breves de escritas mais profundas sobre este assunto.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E A PEDAGOGIA ENGAJADA

Quando se pensa em políticas públicas, a ideia é democratizar acesso, direitos e oportunidades que garantam respeito e cidadania. Quando se pensa em políticas públicas para pessoas gordas, o conflito é anterior à ideia de leis e diretrizes e ela passa pela educação dos próprios educadores e de quem legisla.

A primeira grande distinção a fazer é o que se considera como “epidemia da obesidade”, levando em consideração que o objeto é social. Poulain (2013) afirma que a visão das ciências sociais sobre a obesidade não poderia se reduzir à busca de respostas a questões e hipóteses formuladas a partir da epidemiologia, mesmo que ela fosse designada como ‘social’.

O autor de um dos maiores estudos sobre obesidade do mundo é categórico ao reconhecer que as ciências sociais frequentemente desnorream os não especialistas e que, nas dimensões sociais da obesidade, a diferenciação social da corpulência, o impacto da nutricionalização ou da medicalização, e os efeitos da estigmatização das pessoas obesas são questões que deveriam ser anteriores aos *status quo* deterministas praticados pelas ciências exatas e biológicas, que dependem das ciências sociais para serem analisados e difundidos (POULAIN, 2013, p. 22).

Não se trata de tirar a responsabilidade dos demais campos da ciência sobre a gordofobia instalada na sociedade e sim em dividi-la com as ciências sociais quando estas não cumprem seu papel de tradução, difusão e interpretação de conceitos e descobertas, contribuindo para que “verdades” parciais continuem a ser difundidas como saber hegemônico.

Especificamente sobre o campo da Educação, meu espaço central de interesse investigativo, foram muitos os materiais sobre os quais me debrucei. Currículos, diretrizes, propostas, pedagogias contemporâneas: quase sempre com foco no plano e no resultado. Muito se fala e se escreve sobre diversidade em uma educação inclusiva, quando uma preocupação simples deveria ser a gênese de todo o processo educacional. Nas ideias de hooks (2013), uma pedagogia engajada é aquela que permite avaliar o bem-estar de professores e estudantes.

O desafio passa por assumir um conjunto de categorias, ainda que sempre provisórias e sujeitas a um questionamento constante, bem como reconhecer que estas são falíveis e que não conseguem abranger toda a realidade das identidades (não conformes o sexo)

(COLLPLANAS, 2012 *apud* RODRIGUES, 2016). De fato, quem define a identidade de uma pessoa é ela mesma e não um enquadramento, um número ou uma cirurgia. Entretanto, o Estado detém os monopólios da violência física e da violência simbólica (BOURDIEU, 2002; 2005), forçando um crivo médico ou jurídico para que seja reconhecida.

Quando se avança o olhar para a Mídia-Educação, é fundamental discernir que as tecnologias podem ser aliadas, porém não podem ser consideradas as únicas responsáveis pelos problemas da Educação, sejam eles anteriores ou não aos avanços da internet como ferramenta de inclusão. Dez anos antes da pandemia, Pretto e Lapa (2010) já falavam sobre a precarização do trabalho docente diante das novas tecnologias, sobretudo as relacionadas à Educação à Distância (EAD).

O professor, ao aceitar trabalhar na modalidade a distância, enfrenta uma série de desafios acrescidos dos que já enfrenta no ensino tradicional. Ele arrisca olhar o novo, em uma educação mediada e dependente do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), mas tem como referência e prática a realidade do ensino presencial, em que ele está relativamente à vontade, pois ali tem parâmetros e história. Suas referências foram construídas desde a sua experiência como aluno, depois, nos cursos de formação de professores e, principalmente, na sua prática docente no contexto escolar. É com essa bagagem que ele é desafiado a olhar o novo. (PRETTO; LAPA, 2010, p.82-83)

Alguns teóricos da Mídia-Educação ampliam o debate sobre os equívocos acerca do entendimento do seu papel totalitário e salvador na sociedade, com citações do tipo “de outra forma, a alfabetização midiática é vista como uma maneira de prevenir riscos. Quando a preocupação com o violência, drogas, **obesidade**, doenças sexuais e outros problemas sociais aumenta, a alfabetização midiática é vista como uma maneira de lidar com isso” (BUCKINGHAM, 2019, p.116). Como querer uma nova realidade colocando a obesidade no mesmo pedestal de problemas como violência e doenças sexuais? Com que base se leva em conta obesidade como um problema epidêmico? Indo além, sobre o viés utilitarista da mídia-educação: a mídia não é responsável sequer pela criação do conceito obesidade, quanto mais por corrigir a difusão equivocada e permitida pelas Ciências Sociais e Humanas na licença do biopoder.

Para que políticas públicas para uma educação que compreenda e difunda a diversidade de corpos sem aprisioná-los no estigma sejam construídas, é preciso ter um enfrentamento crítico sobre o utilitarismo da mídia e educação - caminho defendido por Buckingham (2019). Ou ela participa como campo de construção na gênese das mediações sociais desde a infância ou ela não dará conta de resolver nem a parte direta dos problemas a ela atribuídos.

Quando se pensa em leis sobre pessoas gordas, o que se acha numa simples pesquisa de palavras-chave no Google é “combate à obesidade”, não sendo diferente quando se pensa em diretrizes da educação. A educação é colocada, inclusive, no papel protagonista nesse “combate”. Não é só uma palavra; é um universo de aplicabilidades sociais e nossa relação de sujeitos com o mundo vivido (ARROYO, 2013).

De cinco anos para cá, vem surgindo alguns projetos de leis de proteção à pessoa gorda ou aos obesos. Porém, ao analisar os textos de algumas dessas leis, percebemos o conceito de discrepância e não humanidade de Arroyo (2013) aplicado não só ao campo da Educação, mas na sociedade como um sujeito que necessita de piedade, de concessões, de algo especial que questione sua cidadania.

Durante a pandemia, houve, na prática, uma resposta social ao que significam essas leis de proteção às pessoas gordas e ela se refere justamente à inclusão do CID 66⁵⁵ como fator prioritário na vacinação contra o COVID 19. Importante ressaltar que, embora cada país tenha sua própria legislação, a maior parte das nações costuma seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), sobretudo em casos de epidemia e pandemia.

No Brasil, o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19 fez a inclusão das pessoas obesas como grupo prioritário em abril de 2020, muito mais como resposta à falta de preparo das redes de saúde públicas e privadas para receber pessoas gordas nos ambulatórios e hospitais do que por riscos aumentados microbiológicos para a letalidade da doença.

A justificativa do Governo Federal é baseada no Índice de Massa Corporal (IMC) como fator desencadeante de doenças metabólicas como diabetes e hipertensão, além de disfunções respiratórias e problemas renais, nitidamente repetindo o discurso padrão do biopoder (FOUCAULT, 2004). Existem estudos, é fato, que avaliam as condições microbiológicas que ligam as células de gordura ao desenvolvimento de formas mais graves do SARS-CoV-2 (COVID). Entretanto, esses mesmos estudos afirmam que não há dados conclusivos sobre o assunto e que, portanto, não há como determinar esse risco aumentado das pessoas gordas para formas mais graves da doença⁵⁶.

Por outro lado, nós ativistas fomos desde o início a favor do critério do risco porque sabemos dessa dificuldade dos sistemas de saúde em nos atender, sobretudo às pessoas gordas maiores. Mesmo para uma pessoa gorda menor como eu, nem sempre há aparelhos de

⁵⁵ CID 66 e suas variações são os que designam que uma pessoa está acima do peso de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS)

⁵⁶ <https://www.nature.com/articles/s41574-020-0364-6> Acesso em 20/01/2022 às 16h32.

pressão que caibam no meu braço e permitam uma aferição precisa da pressão. Cadeiras, macas, espaços nas ambulâncias e outros instrumentos básicos de atenção emergencial também não são feitos para pessoas gordas, o que dirá de kits para entubação e ventiladores mecânicos. Por essa razão, sabíamos da necessidade de evitar que pessoas gordas contraíssem o vírus, principalmente antes do esquema completo vacinal.

Mais uma vez a sociedade não nos perdoou e atacou principalmente as influenciadoras gordas e as militantes ativistas por defender essa prioridade. A justificativa era sempre na direção de que “se queremos ser consideradas pessoas normais, não poderíamos aceitar prioridade numa pandemia”.

Argumento raso e reducionista, agravado pelos boatos de pessoas gordas sendo entubadas em condições desumanas, criaram um ambiente de tensão extra num momento de tensão mundial coletiva. Ou seja, o estado de alerta para as pessoas gordas foi triplicado por medos que vão além dos que todos viveram. E a indústria do emagrecimento mais uma vez pegou carona no escárnio da dor alheia, também com a multiplicação do riso em cima das pessoas gordas.

[...] como se fosse muito engraçado engordar, ou ter medo de engordar; como se fosse natural tratar esse assunto como se engraçado fosse; como se não estivéssemos presenciando um evento histórico no qual milhões de pessoas estão morrendo no mundo todo, uma pandemia de um vírus que tem atravessado fronteiras geográficas, de classe, de raça, geracionais e de gênero. (SILVA, 2020, p.01)

As redes sociais têm papel fundamental na mercantilização da vida. Estamos vendendo e nos vendendo o tempo todo. “O que antes era o estágio final da miséria, hoje é glamourizado como o ‘antenado’. Na era do capital, não há nada mais descartável do que uma vida humana” (TERRERI, 2022⁵⁷).

No canal “Tá Boa, Bunita?”, fiz alguns vídeos falando sobre a prioridade vacinal para pessoas gordas e de como ser gordo na pandemia poderia ser duplamente difícil. Alguns trechos abaixo explicitam bem as respostas sociais para as questões da gordofobia, em pandemia ou não, lembrando que a configuração do canal deleta automaticamente respostas ofensivas, embora eu receba uma cópia de cada uma delas pelo e-mail e não teria coragem de reproduzir boa parte delas nem para os amigos mais próximos.

⁵⁷ Conhecido como Rita Von Hunty, o professor Guilherme Terreri Lima Pereira fez essa fala em um de seus vídeos do canal “Tempero Drag” em fevereiro de 2022. <https://www.youtube.com/watch?v=eaDfvChma3Q> acesso em 14/03/2022 às 22h03

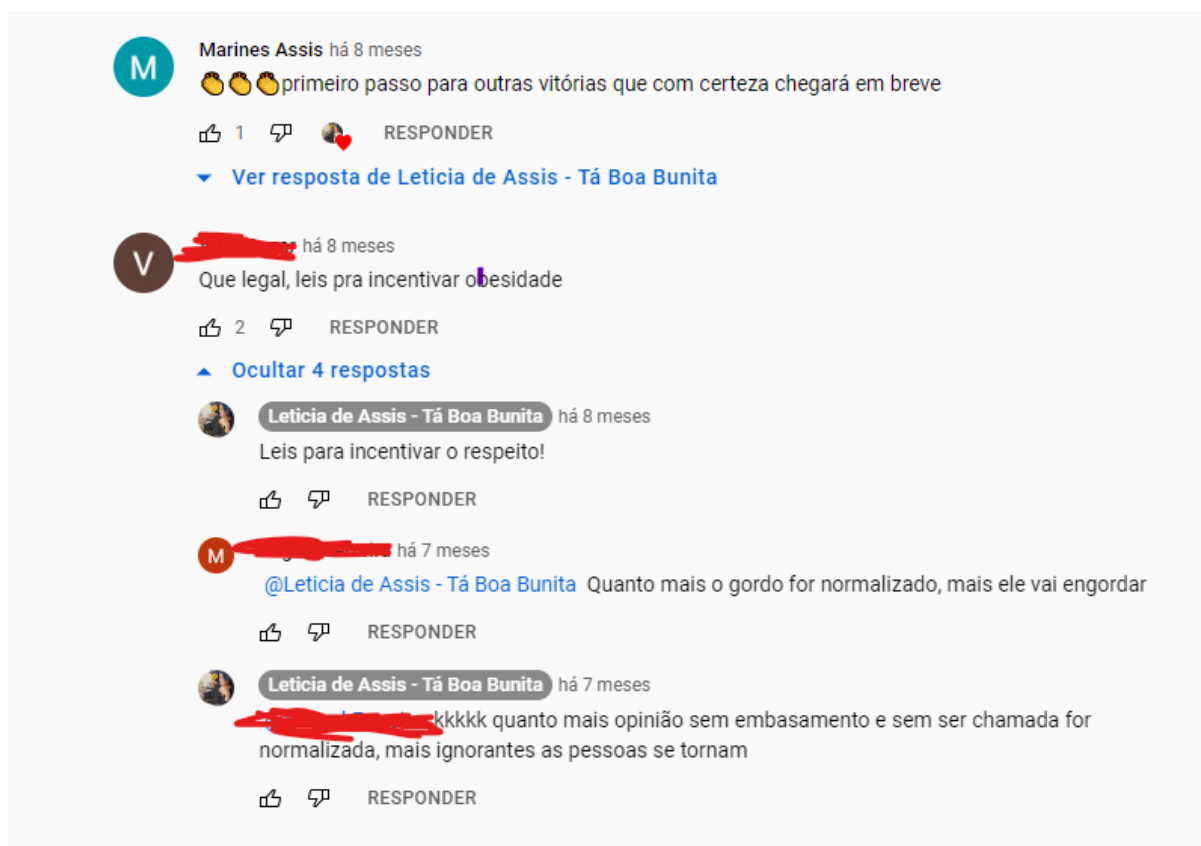
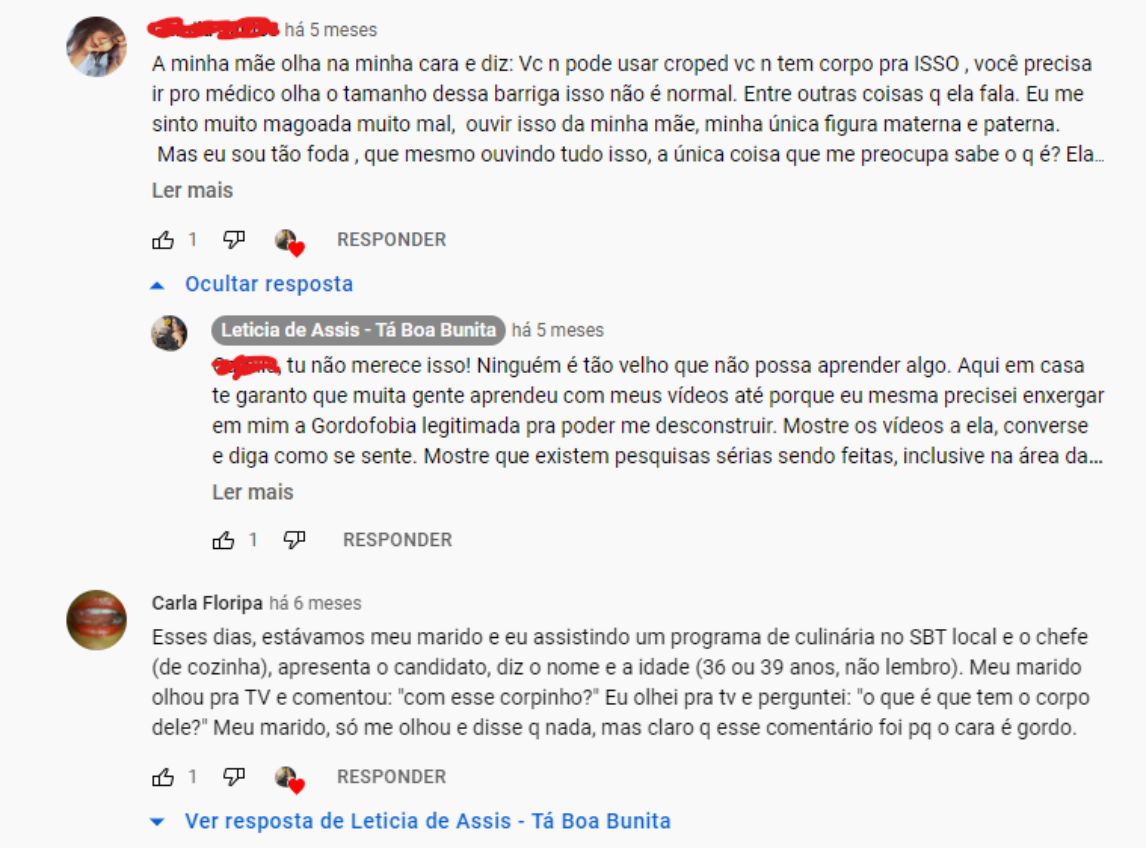


Figura 14 - print de comentários no vídeo sobre leis antigordofobia para o canal Tá Boa Bunita

Nesta sequência de comentários está clara a resposta ao controle que uma pessoa gorda deve receber até ser eliminada: emagrecendo ou morrendo.



The image is a screenshot of a YouTube comment thread. It features three comments from different users, each with a profile picture, name, and timestamp. The first comment is from a user with a redacted name, dated 'há 5 meses'. The second is from 'Leticia de Assis - Tá Boa Bunita', also dated 'há 5 meses'. The third is from 'Carla Floripa', dated 'há 6 meses'. Each comment includes a text block, a 'Ler mais' link, and interaction icons (likes, replies, and a 'RESPONDER' button). A blue arrow icon is visible next to the 'Ocultar resposta' link under the first comment and the 'Ver resposta de Leticia de Assis - Tá Boa Bunita' link under the third comment.

[Redacted] há 5 meses
A minha mãe olha na minha cara e diz: Vc n pode usar croped vc n tem corpo pra ISSO , você precisa ir pro médico olha o tamanho dessa barriga isso não é normal. Entre outras coisas q ela fala. Eu me sinto muito magoada muito mal, ouvir isso da minha mãe, minha única figura materna e paterna. Mas eu sou tão foda , que mesmo ouvindo tudo isso, a única coisa que me preocupa sabe o q é? Ela...
Ler mais

👍 1 🗨️ 📌 RESPONDER

▲ Ocultar resposta

Leticia de Assis - Tá Boa Bunita há 5 meses
[Redacted], tu não merece isso! Ninguém é tão velho que não possa aprender algo. Aqui em casa te garanto que muita gente aprendeu com meus vídeos até porque eu mesma precisei enxergar em mim a Gordofobia legitimada pra poder me desconstruir. Mostre os vídeos a ela, converse e diga como se sente. Mostre que existem pesquisas sérias sendo feitas, inclusive na área da...
Ler mais

👍 1 🗨️ 📌 RESPONDER

Carla Floripa há 6 meses
Esses dias, estávamos meu marido e eu assistindo um programa de culinária no SBT local e o chefe (de cozinha), apresenta o candidato, diz o nome e a idade (36 ou 39 anos, não lembro). Meu marido olhou pra TV e comentou: "com esse corpinho?" Eu olhei pra tv e perguntei: "o que é que tem o corpo dele?" Meu marido, só me olhou e disse q nada, mas claro q esse comentário foi pq o cara é gordo.

👍 1 🗨️ 📌 RESPONDER

▼ Ver resposta de Leticia de Assis - Tá Boa Bunita

Figura 15 - print de comentários no vídeo sobre Gordofobia Estrutural do canal Tá Boa Bunita

Aqui fica clara a dor de uma pessoa gorda em situação de confinamento e os abusos que ela sofre dentro da própria casa, com uma sequência de comentários sobre “perder dimensões humanas”.

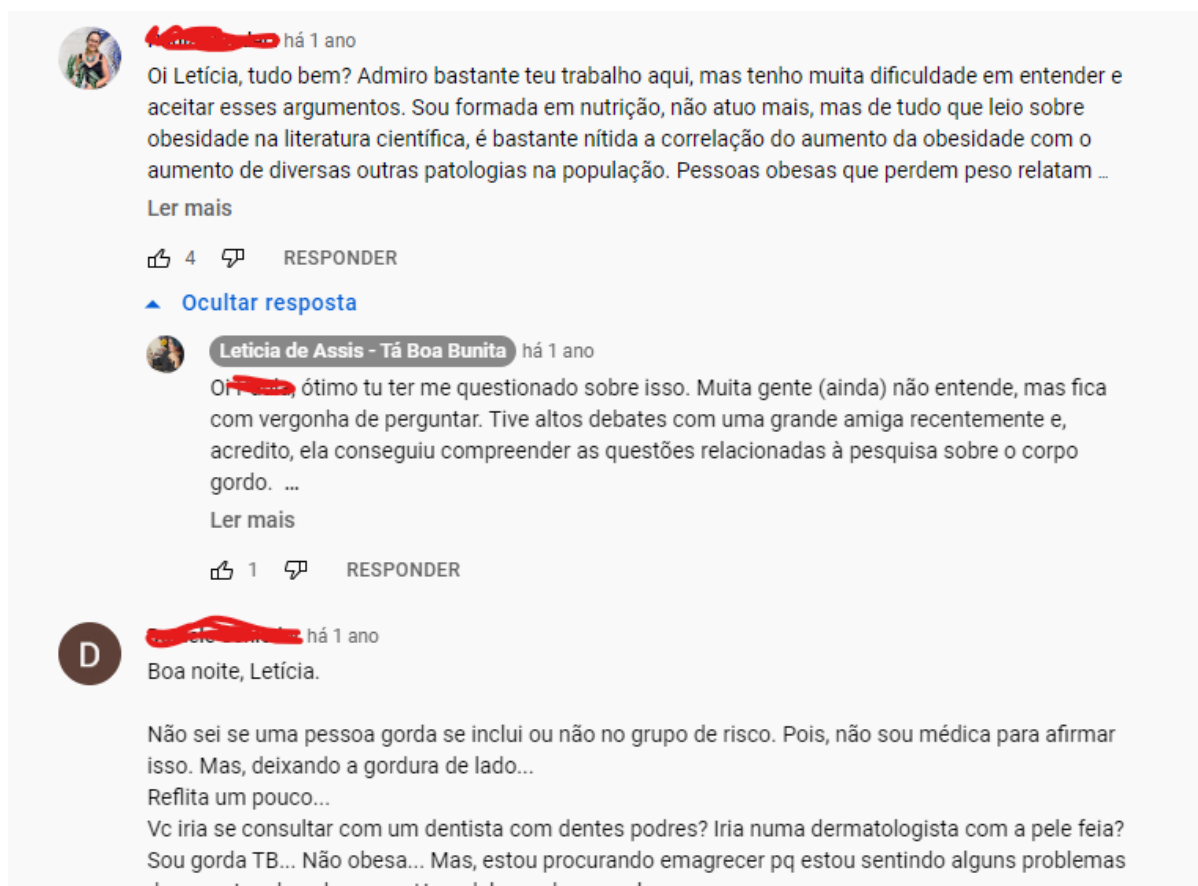


Figura 16 - print dos comentários no vídeo sobre Gordofobia e Saúde do canal Tá Baa Bunita

Aqui um exemplo de pessoa assídua no canal que busca diálogo, mas que claramente teve uma formação gordofóbica na área de saúde, reproduzindo os saberes do biopoder.

4.1 O projeto de Lei Municipal Antigordofobia x Lei 8.500/2011

Em Florianópolis, é explícita essa relação do poder público entre os que “combatem a obesidade” e os que já entenderam que o ponto de interesse coletivo está nas ações antigordofobia.

No início de 2021, fui convidada pela vereadora Carla Ayres (PT-SC) para compor uma comissão que pudesse colaborar e redigir uma justificativa para um projeto de lei que realmente fosse inclusivo e antigordofóbico, seguindo a linha de legislações recentes de Salvador (Projeto de Lei 284/2019) e Recife (Lei 18.832/2021); do Governo do Estado da Bahia (Projeto de Lei 23.507/2019), além da proposta de criação de Grupo de Trabalho para elaboração de Lei Federal antigordofobia que está sendo coordenado pela deputada Erika Kokay (PT-DF), Waldenor Pereira (PT-BA) e Paulo Teixeira (PT-SP).⁵⁸

⁵⁸ Participamos da audiência pública em 12/11/2021 para construção da proposta de Grupo de Trabalho para legislação antigordofobia, onde a deputada Erika Kokay conversou com Vanessa Joda, Ale Mujica e Keit Lima. Estiveram presentes na audiência remota as ativistas Ellen Valias, Malu Jimenez, Leticia de Assis, Felipe

Na justificativa, incluí parte dessa pesquisa nos dados de apoio para a construção do projeto, com destaque para o atendimento de saúde e o treinamento dos profissionais de ponta, e também da criação de diretrizes curriculares da educação voltadas para as pessoas gordas como sujeitos integrantes da sociedade. Como reconhece Arroyo (2013), nossas identidades têm como referência recortes do currículo.

Mestres e educandos, seremos avaliados, aprovados ou reprovados, receberemos bônus ou castigos por resultados no ensinar-aprender as competências previstas no currículo. A sorte dos alunos está igualmente atrelada ao currículo para seus êxitos ou fracassos e para seus percursos normais ou truncados. (ARROYO, 2013, p. 15)

Atualmente e infelizmente, a Lei 8.500/2011 é a que respalda as diretrizes curriculares municipais de Florianópolis quando o assunto é corporalidades gordas. De acordo com a legislação, há uma semana anual específica nos calendários escolares⁵⁹ onde a agentes públicos, incluindo as escolas, devem se esmerar no combate à obesidade, conforme seus desdobramentos e desde que a data foi instituída há pouco mais de 10 anos.

Para tanto, são realizadas palestras, rodas de conversa e outras ações que incentivem a nutrição adequada, a prática de exercícios físicos e a redução de consumo de refrigerantes e outros alimentos hipercalóricos. Até aí, excelente, não fosse a ação relacionada diretamente ao “combate à obesidade”, o que faz com que todos os problemas acima - nutrição ruim, consumo de hipercalóricos e sedentarismo - sejam reduzidos às pessoas gordas, direcionados e culpabilizados a elas.

Desde muito cedo, portanto, professores e alunos são estimulados a reforçar essa relação equivocada, mantida pela biopolítica de poder, educando os sujeitos a continuar no processo de desumanização das pessoas gordas.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, a cidade é uma das que mais promove ações alinhadas com uma educação inclusiva e progressiva. Entretanto, ainda mantém uma lei caduca para embasar o tratamento dados às pessoas gordas, fomentando ações equivocadas entre docentes e discentes.

Em contraposição, declara, em documento de 2015, que:

A concepção da Educação Básica se estabelece como um direito que para ser efetivado para todos, precisa contemplar duas dimensões indissociáveis: uma educação comum que necessariamente precisa ser acessível a todos, e o respeito à

Fachim, Rosane Gomes, entre outros, incluindo os haters. Link para a audiência completa: <https://www.youtube.com/watch?v=yhD8RSLXt4I> Acesso em 21/02/2022 às 18h26

⁵⁹ A lei determina a semana do dia 27 de outubro como prevenção e combate à obesidade. <https://leismunicipais.com.br/a2/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2011/850/8500/lei-ordinaria-n-8500-2011-institu-i-a-semana-de-prevencao-e-controle-da-obesidade-e-de-suas-consequencias-no-municipio-de-florianopolis-2019-01-09-versao-compilada> Acesso em 21/02/2022.

diferença, que demanda objetivamente, identificar que para tornar o comum acessível para sujeitos diferentes, necessita construir caminhos alternativos. (DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS, 2015, p. 11)

Na proposta do ano seguinte, 2016, o trecho sobre “Inclusão Escolar e Diferenças na Escola” apresenta os movimentos sociais como protagonistas nas denúncias sobre as injustiças em que “diferenças são transformadas em desigualdades”. De acordo com o texto, são os movimentos sociais que lutam e reivindicam a efetiva acessibilidade a direitos e reconhecimento político, cultural e individual de sua diferença.

Por essa razão, é tão importante a implementação de políticas curriculares que garantam a todos/todas o acesso à educação, assim como a discussão das relações étnico-raciais e de gênero nas escolas, entre outras políticas que deflagram a necessidade de se romper com a ideia de que determinados indivíduos são a norma e de que outros sejam vistos como desviantes. A diferença, na perspectiva da inclusão escolar, passa a ser tomada como uma característica comum a todos/todas os/as estudantes, compreendendo a complexidade de fatores e particularidades, de subjetividades e de dinâmicas, além de significados produzidos no decorrer de suas vidas e daqueles significados presentes no cotidiano escolar. Nesse sentido, a diferença vem da ideia de múltiplo, de multiplicidade, a qual não é definida por um único atributo de uma pessoa ou de um grupo e resiste à visão que divide o mundo em categorias isoladas. Logo, os/as estudantes não podem ser marcados/as por um único atributo como se a raça, o gênero, a sexualidade e a deficiência pudessem dizer tudo sobre eles/elas. É preciso compreender que a multiplicidade é expressa pelas diferenças e sua dinamicidade caracteriza o ser humano. (PROPOSTA CURRICULAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 35)

Ou seja, na teoria está correto e nos dá esperança. Talvez falte o alinhamento prático e o entendimento profundo do que são sujeitos diferentes e respeito às diferenças. Falta o entendimento sobre os tentáculos de legitimação da gordofobia para a imensa maioria das pessoas, incluindo educadores e responsáveis pelas diretrizes da Educação.

Meu ideal como pesquisadora, educadora e ativista é perceber ações práticas que possam reverter em formação inicial e continuada para professores alinhados com uma ótica de sujeito integrante e alunos que possam discutir e refletir sobre as questões corporais sem o ranço de uma educação retrógrada, discriminatória, baseada em não humanidade de corpos dissidentes ou no direcionamento de caridade ao invés de direitos.

Em âmbito estadual, a citação sobre obesidade ganha contornos mais profundos na Proposta Curricular de Santa Catarina, deixando logo na apresentação a identificação do preparo necessário para um ambiente de educação conectada e multiletrada:

A indústria do consumo desenvolve valores culturais e ideológicos voltados à lógica do lucro a qualquer preço, idealizando uma subjetividade coletiva, um padrão único, a formação de uma sociedade de consumidores. Adequar-se a parâmetros de beleza corporal veiculados midiaticamente torna-se, na contemporaneidade, para homens e mulheres, com destaque para crianças e adolescentes, um ‘dever’, um imperativo

moral. Assim, os sujeitos que não se adaptam a tais parâmetros são vistos como desviantes, e se tornam objeto de discriminação como é o caso das pessoas com sobrepeso e obesidade. (PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA, 2014, p. 110)

Oito anos após a publicação do documento acima, ainda lidamos com uma escola com pouco ou nada de inclusão real, despreparo da comunidade escolar para lidar com pessoas gordas e com situações que envolvam a gordofobia; falta de entendimento da gordofobia como problema estrutural e a mídia sendo unicamente responsabilizada por boa parte - senão todo - desse processo. Essas transformações declaradas em teoria não estão sendo internalizadas; não estão correspondendo, na maioria das vezes, à forma como se elaboram as políticas públicas, nem como se estabelecem os processos educativos, trazendo para o cenário contemporâneo grandes confrontos. Aqui, pensar em políticas públicas para dar conta desses desafios é de fundamental importância, e o exemplo brasileiro, no campo da cultura, pode ser útil para uma melhor compreensão desse momento (PRETTO, 2011).

Chegou a hora da Educação assumir sua parcela de responsabilidade na formação de cidadãos antigordofóbicos, na contribuição de uma sociedade progressista, onde não haja lugar para discriminações estruturais ou pontuais. A Mídia e a Educação juntas podem promover profundas e definitivas transformações.

5. PENSAR UMA EDUCAÇÃO ATIVISTA

Lutar é colocar em propósito nossas crenças de vida, como um objetivo, um horizonte, sejam elas individuais ou coletivas. A vida do ativista é lutar. Aqui, no campo do desbravar, não é um fardo; é um foco.

Quando me percebi investigadora, coloquei meu propósito inicial no entendimento do corpo gordo, no que ele fala como sujeito, na expressão de suas afetações de si e dos Outros (ARROYO, 2012). A visibilidade e o empoderamento desses corpos e desses sujeitos me transportou para a gordosfera, um ambiente de pertencimento afetado, que afeta o mundo muito mais de dentro para fora do que fora para dentro. O estigma nos marginalizou e nos marginaliza, mas também é a existência dele quem nos impulsiona para a luta que orbita a gordosfera. Somos sobreviventes de uma longa história de dominação cultural e biopolítica, que condiciona o reconhecimento de nós mesmas dentro de uma diversidade gorda. Esse domínio nos bloqueia, naturaliza o segregar e a competição tão estimulada entre as mulheres, como se só um diálogo fosse possível dentro da gordosfera. E não é. Somos assimétricas também nos diálogos e é direito nosso estar em um ambiente seguro para concordar e discordar no próprio entendimento do ativismo gordo. Afinal, “o reconhecimento da longa história de dominação cultural é pré-requisito para todo diálogo intercultural” (ARROYO, 2012, p. 112).

Entre as muitas diferenças presentes na gordosfera - como agora prefiro chamar a militância gorda, intencional ou não, consciente ou não -, temos ao menos um vértice em comum: a luta por um olhar não estigmatizado aos nossos corpos. E essa luta passa por uma educação ativista. Existe, portanto, “um conjunto de indivíduos dos quais o estigmatizado pode esperar algum apoio: aqueles que compartilham seu estigma e, em virtude disto, são definidos e se definem como seus iguais” (GOFFMAN, 2004, p. 27).

Quando eu falo em educação ativista, não é pensar a escola como um lugar com endereço e estrutura física, mas um ambiente de transformação que transcende o institucional, transmuta as famílias, perpassa os grupos de amigos, as associações, as organizações e as corporações. A gordosfera afeta o mundo, seja por qual matiz ela se manifeste como potencial educador para corpos possíveis e não mais entendidos como dissidentes.

5.1 Estigma e biopolítica

A biopolítica está estabelecida; é um alicerce forte da sociedade, com bases antigas, firmes, porém não impossível de ser desconstruído. O desafio de colocá-la em *xequê* já é

considerado uma contravenção social. Porém, é necessário enfrentar esse desafio para que o campo da pesquisa gorda ganhe contornos mais substanciais, avance nas discussões multidisciplinares, ofereça ferramentas de reflexão para o educar: educar nosso olhar sobre os corpos e que influências ele sofre, educar quem está no planejamento e na ponta dos serviços de saúde, educar nossa visão sobre os sujeitos, educar nossa transmissão e mediação de conhecimento, educar os mercados que nos abastecem, educar nosso consumo, educar nossa produção de políticas públicas realmente democráticas, educar as diretrizes que balizam o próprio educar.

De acordo com Silva e Cantisani (2018), o conceito de biopolítica também traz explicações para a hierarquização das populações consideradas mais ou menos saudáveis. Ela se estabelece como “governo sobre a vida”, sustentando-se na lógica médico-estatística de polarização entre o normal e o patológico, em uma sobreposição do vital ao político que sustenta as desigualdades entre grupos populacionais.

Pela biopolítica, a antecipação e a prevenção de todas as formas de possíveis perigos (como a obesidade) seria a forma de controle populacional, trazendo à tona a ideia de risco como quantificação probabilística de tudo aquilo que pode vir a representar um perigo ou ameaça para a vida das populações. “Ou seja, o Estado exerce poder sobre a população em nome da segurança e através dos mecanismos de risco-segurança” (SILVA e CANTISANI, 2018, p. 368).

A biopolítica determina a exclusividade dos fatos biológicos e secundariza a dimensão política da existência, assim como a capacidade de reflexão e diálogo argumentativo, os vínculos sociais, os afetos (SILVA e CANTISANI, 2018). A biopolítica torna-se, portanto, um modo de gerir e administrar as populações, reduzindo os cidadãos à existência corpo-espécie, pois:

[...] os dispositivos de segurança permitem tratar à população como um conjunto de seres vivos que possuem rasgos biológicos e patológicos particulares, que correspondem a saberes e técnicas específicas. Para administrar essa população serão criadas políticas de diminuição da mortalidade infantil, prevenção de epidemias e endemias, intervenção nas condições de vida com o fim de modificá-las e de impor normas de alimentação, moradia, urbanização, etc. (CAPONI, 2014, p. 27).

A estigmatização de nós, pessoas gordas, nos reduz às características corporais unificadas ou comportamentais tidas como anormais e nos discrimina pelo mesmo viés, estabelecendo assim um controle coletivo sobre nossos corpos, limitando nossa atuação também na esfera política. E são estes os mecanismos que constroem a crença de que a obesidade é reflexo das nossas qualidades morais, “principalmente o descontrole, embora ela

não se caracterize apenas por críticas ao indivíduo, mas por uma série de interações de ordem mais ampla que desmerecem e o transformam em culpado por sua desvalorização” (SILVA e CANTISANI, 2018, p. 369).

A denúncia sobre os equívocos acerca do biopoder, mantidos pela biopolítica e pela negligência de parte das ciências sociais, é só o começo de uma longa jornada sobre poder e sobre educar.

Reconhecer essas estreitas relações entre vida/humanidade/aprendizagem/educação/cidadania será um caminho para aproximar os coletivos populares, as famílias, a maternagem, o cuidado, a vida e a escola docência. Quando essa relação se perde ou se ignora, a tendência da escola e da docência será prejulgar e até condenar as famílias e as comunidades populares, sobretudo as mães dos alunos como ausentes no processo de educar/aprender. (ARROYO, 2012, p.254)

Além do biopoder como alicerce legitimado, temos o machismo e a misoginia como co-artífices da manutenção do próprio biopoder (WOLF, 2018). Corpos femininos são sempre os corpos-alvo; sujeitos femininos ainda são os sujeitos-alvo. Mulheres são atacadas, cobradas, manipuladas, coagidas e encurraladas a manter o biopoder seja na manifestação de consumo, seja no “lapidar” de seus próprios corpos dentro do padrão imposto, seja na sua postura de mães-exemplo, seja como professoras que carregam estigmas na propagação ou em si mesmas por meio de suas subjetividades.

Como uma professora gorda teria autoridade para ensinar sobre hábitos saudáveis para crianças e jovens? O imaginário popular coloca sobre ela a pré-responsabilidade de se apresentar como um corpo-exemplo. Não que essa pressão não aconteça sobre os professores homens, mas essa pesquisa também se propôs a fazer uma leitura a partir de um viés feminista e decolonial. Sabemos que as mulheres recebem muito mais pressão do que os homens também no seu desempenho em seus papéis profissionais.

É similar ao que experimenta uma nutricionista ou uma professora de educação física, por exemplo. Como ela vai propor uma nutrição adequada ou um olhar sobre a saúde do corpo físico se seu corpo não está dentro das normas de um corpo saudável? São questões que parecem óbvias para os ativistas, imersos em suas lutas e descobertas, mas ainda são pouco discutidos na sociedade em geral, inclusive nas esferas do educar e na escola.

Não pretendo sugerir com isso que os profissionais são o único recurso público que os estigmatizados têm para denunciar a sua situação de vida; há outros recursos. Cada vez que alguma pessoa que tem um estigma particular alcança notoriedade, seja por infringir a lei, ganhar um prêmio ou ser o primeiro em sua categoria, pode-se tornar o principal motivo de tagarelice de uma comunidade local; esses acontecimentos podem até mesmo ser notícia nos meios de comunicação da sociedade mais ampla. (GOFFMAN, 2004, p. 25)

O que Goffman (2004) confirma é que profissionais carregam a aura da autoridade sobre seus objetos de estudo, prática e formação, mas que, de qualquer forma, todos os que compartilham um estigma tornam-se subitamente acessíveis para os “normais” que estão mais imediatamente próximos e tornam-se sujeitos a uma ligeira transferência de crédito ou descrédito. Ativistas e militantes reúnem esses sujeitos em suas lutas, frequentemente relegados a posições de heroísmo ou vilania conforme o que abraçam ou rejeitam. É como se fôssemos porta-vozes das notícias do desempenho de indivíduos que representamos ou damos voz.

Importante reforçar que a alimentação tem um papel crucial tanto na relação ser gordo-indivíduo saudável, quanto na relação corpos gordos-sujeitos despatologizados x coagidos pela gordofobia.

Silva e Cantisani (2018) lembram que, especificamente no campo da Nutrição, “é urgente e essencial que se desconstrua a “mentalidade de dieta” – definida como o controle social e consequente mal-estar que atravessa a experiência com a alimentação e o corpo” (SILVA e CANTISANI, 2018, p. 375-76), já que dieta interfere nas escolhas alimentares, desempodera e gera perda da autonomia. As autoras alertam sobre o erro em acreditar na associação do prazer pela alimentação ao desenvolvimento da obesidade como oposição ao conceito de saúde:

[...] não só causa uma distorção deste conceito, como faz uma associação de culpa ao ato de se alimentar, deturpando completamente a possibilidade de exploração e qualificação da relação do corpo com o alimento, desconsiderando todos os outros fatores envolvidos neste processo (sabor, memória, cultura, disponibilidade, entre outros). Outra associação equivocada muito comum atribui à “falta de consciência” e à “baixa autoestima” uma função de causa da obesidade, enquanto, na verdade, estas são consequências da estigmatização. (SILVA e CANTISANI, 2018, p. 375)

Dessa disputa de campo (BOURDIEU, 2002; 2005), surgem a nós, ativistas gordos, ataques orquestrados do tipo “romantização da obesidade”, que é uma total inversão dos valores que defendemos, mas acabam por ser legitimados por posturas de algumas pessoas gordas que se utilizam do ativismo para justificar suas patologias diante da subjetivação do ser gordo.

Em linhas mais amplas, o que os arautos da defesa do biopoder chamam de romantização da obesidade é o que chamamos de despatologizar os corpos gordos. Sim, lutamos e comprovamos que corpos gordos não são corpos doentes simplesmente por serem gordos. As doenças que habitam uma pessoa gorda podem ser desenvolvidas por pessoas magras e ainda vamos conseguir provar que na mesma porcentagem de risco. O biopoder criou um estigma que vincula doenças cardiovasculares e renais, predisposições a doenças

crônicas e até complicações do COVID-19 aos corpos gordos como se fosse algo automático, inerente. Da mesma forma, essa romantização da obesidade inclui o estigma do sedentarismo, como se toda pessoa gorda fosse preguiçosa, não praticasse exercícios físicos - ou tivesse ojeriza a eles - e se sua existência se resumisse ao comer, realizar tarefas de pouca mobilidade e dormir.

Para nós que olhamos o corpo gordo sem o véu do estigma, romantizar a obesidade é não assumir a responsabilidade quando o peso corporal se torna de fato um problema de saúde, manifestado em sobrecarga de ossos, tendões, articulações e musculatura, por exemplo. É uma espécie de teimosia e de negação, infelizmente bastante reforçada por uma pequena ala do ativismo gordo. Se o peso fez a pessoa perder a mobilidade, neste caso a saída é sim emagrecer, mas não da forma imposta, mutilada; e sim com acompanhamento multidisciplinar de saúde, para que esta seja restabelecida. E é bom lembrar que estes casos representam a minoria de um universo de pessoas gordas. Seria fácil comprovar se todas nós fôssemos abordadas de uma forma humanizada desde o atendimento básico de saúde.

Silva e Catisani (2018) lembram que obesidade é comumente e de maneira simplista definida como doença consequente de um balanço energético positivo, ou seja, maior consumo calórico e menor gasto energético. A ela é atribuída a incapacidade funcional, redução da qualidade de vida, redução da expectativa de vida e aumento da mortalidade. Muitos estudos epidemiológicos têm levado a crer que a perda de peso leva à melhora dessas doenças, reduzindo o risco e a mortalidade. Outros muitos estudos, porém, questionam a relação de causalidade entre o IMC elevado e o risco de doenças cardiovasculares e doenças crônicas não transmissíveis.

Alguns desses estudos, inclusive, apontam a obesidade (segundo o padrão estabelecido pelo IMC) como possível fator de proteção contra mortalidade, enfatizando a necessidade de desenvolvimento e utilização de outros métodos de predição de risco em substituição ao IMC. Além disso, relatos de pacientes considerados obesos indicam que os profissionais de saúde são uma fonte importante de preconceito. Estudos internacionais constataam atitudes negativas à obesidade entre médicos, enfermeiros, psicólogos, educadores físicos e nutricionistas. Evidenciou-se a presença de preconceito implícito significativo, inclusive com especialistas em obesidade. Se por um lado conseguimos identificar formas de reprodução da gordofobia e normatividade, de outro encontramos uma ausência de possibilidades e técnicas de atuação que utilizem um conceito de saúde mais amplo que o hegemônico. (SILVA e CANTISANI, 2008, p. 366)

Esse processo da romantização da obesidade é tão polêmico dentro do próprio ativismo que divide drasticamente em pessoas que criam negação e revolta ao ato de emagrecer, e passam a não observar seus próprios corpos com o zelo necessário. Não é porque somos pessoas gordas que não temos nossa faixa de peso saudável; todos temos e

pessoas gordas não seriam diferentes. Eu demorei 35 anos para perceber a minha faixa de peso de saúde porque ela estava camuflada dentro do discurso da gordofobia médica, na gordofobia estrutural. Essa minha faixa de peso saudável representaria uma obesidade 1 dentro dos parâmetros do IMC. Mas para mim traz plenitude na prática dos exercícios que me dão prazer e contribuem para a manutenção da minha saúde; me deixa em conforto com a minha mobilidade: joelhos, postura, tornozelos e tendões; alinha meu corpo e minha mente ao que sou; me permite um olhar de reconhecimento visual e pertencimento emocional.

Porém, quanto eu caminhei, estudei, me machuquei para conseguir ter a liberdade de reconhecer e ferramentas para interpretar essa faixa de peso saudável! Um trajeto que deveria ser básico para qualquer pessoa, é dramático e muitas vezes inatingível para um ser gordo oprimido e a causa disso é a gordofobia. Foi o educar que me libertou e é pelo educar que eu acredito nos ativismos. É pelo educar que creio que os ativismos devam convergir.

Construir uma escola, uma estrutura antigordofobia é compreender os pilares do poder (BOURDIEU, 2005) que mantém a sociedade biopolitizada de forma a manter apenas os grupos padronizados como aceitos e saudáveis. Construir uma educação ativista é combater políticas higienistas que operam contra o corpo gordo. Fomentar uma educação militante é reverberar na linguagem e suas construções semânticas. Construir o educar ativista é assumir o papel da arte na sensibilização e construção do conhecimento crítico sobre a gordosfera e sobre os corpos gordos. Construir bases para educar de forma antigordofóbica é utilizar literatura assertiva empática, música de protesto e de reflexão, conteúdo como instrumentos da mídia-educação que se posicionem contra as representações e os discursos caducos da mídia hegemônica.

5.2. Ativismos múltiplos

A gordofobia e o gordoativismo se constituem em redes sociotécnicas de ação e associação. Por mais que o caminho inicial seja bastante comum - estigma com dor, consciência sobre a pressão estética e caminho da autoestima -, quando o ativismo reverbera ele sai do “eu” e se desdobra no “nós” como horizonte da militância e da educação.

A polifonia acontece quando histórias como a minha engordam, fortalecem o ativismo gordo de subjetividades, se apropriando das ferramentas da mídia-educação, das redes sociotécnicas que permitem a reverberação em novos significados que façam sentido de forma diversa, para múltiplas narrativas (AMORIM, 2004).

A identificação acontece pelo pertencimento e pela representatividade, ou seja, pela gordosfera. Por isso, acredito que discutir exaustivamente a gênese do movimento, ou se

alguém pertence ao viés *bodypositive* ou gordoativista, acaba por reduzir a importância dessa polifonia quando a direção é o educar. Repito aqui que a identificação pode ser estreita quando se fecham os pertencimentos e ampla quando se avaliam as subjetividades.

O Sim sou Diva, o Coletivo Desencaixa, o canal “Tá Boa Bonita?”, as ações e eventos, e o Pesquisa Gorda são vórtices que me trouxeram até aqui, me transformaram e também transformaram outras pessoas. Reverberam em seus significados mesmo quando já findaram suas atividades, como é o caso do Sim sou Diva. Eles transmutaram o meu ponto de partida - *bodypositive* ou gordoativista, pressão estética ou gordofobia - para a polifonia do que é militar sendo um corpo gordo, carregando as subjetividades de ser uma pessoa gorda. Ser ativista me educou e educou outras pessoas.

Pessoas gordas com entendimento do que as oprimem e com horizontes possíveis educam, inspiram, se convertem em ferramentas potentes para a mídia-educação. Este é o papel central da militância, ainda que esteja sendo construído na mente de muitos de nós e internalizado pelo coletivo do ativismo gordo.

Acredito na hipótese da Conexão Escola-Mundo e sua pedagogia hacker. Os nomes que são dados para a educação libertadora, ativista, engajada, autônoma são sempre bem-vindos e criativos. Acredito que esse educar pode se constituir em um ecossistema favorável à formação de cidadãos na cultura digital. Afinal, temos tanto acesso à informação, mas não temos cidadãos empoderados dessa tecnologia para a formação de um espírito crítico.

Como afirma Arroyo (2012), os coletivos sociais em sua diversidade de ações e movimentos, ao trazerem suas críticas aos princípios legitimadores das políticas públicas a eles destinadas, apontam outros significados.

Essa apropriação por parte do Nós dos processos e valores civilizatórios, humanizadores é um dos traços do pensamento abissal e sacrificial. Se do lado de lá só há inexistência, irracionalidade e imoralidade, os Outros inexistentes não poderão ser pensados sujeitos na produção desses princípios/valores civilizatórios, humanizantes. Logo, não sujeitos na história da produção desses princípios e valores. Os movimentos sociais obrigam a recontar essa história civilizatória e humanizante ao se reconhecerem sujeitos nessa história concreta da produção, afirmação desses princípios/valores que são trazidos para legitimar as políticas a eles destinadas. Não discutem apenas a pretensão de universalidade, mas a questão mais de raiz; discutem sua participação central na história da produção desses princípios/valores. Há uma exigência de reconhecimento de suas autorias nas lutas por direitos, igualdade, justiça, humanidade e emancipação. (ARROYO, 2012. p.333)

Por fim e apesar dos muitos entendimentos do ativismo gordo brasileiro e suas peculiaridades (até os rachas existentes), nada invalida os avanços que conquistamos,

sobretudo nos últimos dois anos quando se pensa no coletivo, e a estrada que está sendo desbravada.

CONCLUSÃO

Questionando as minhas memórias e as minhas anotações durante essa aventura acadêmica, uma pergunta surgiu como letreiro à minha mente: mas afinal, o que posso concluir disso tudo que aprendi? Ou ainda: para onde fui levada nessa jornada de transformação? Ou então: o que escrevo agora permanecerá imóvel ou sofrerá mutações lacônicas?

Geralmente uma conclusão é redigida sobre as certezas que adquirimos ao longo de um tempo de observação e pesquisa de um tema. É o fechamento de um ciclo com um cessar de um objeto de estudo. Incômodo. Não tenho nem a certeza, nem a sensação de fechamento, muito menos o cessar dos meus objetivos apresentados.

Sinto quase que uma necessidade vital de continuar, de permanecer imersa na curiosidade de investigar, ampliar, transmutar, apresentar mais resultados, avançar no olhar e no concreto.

Quando comecei o projeto Sim sou Diva, em 2015, não tinha a menor pretensão de ser ativista ou sequer representar algum recorte social. Também não fazia ideia das diferenças marcantes entre pressão estética e gordofobia. Tudo o que eu pensava era fazer as pazes comigo mesma, com meu corpo e com meu histórico de traumas, sobretudo o que vinha da minha figura paterna e seu idealismo projetado em meu corpo. Não havia qualquer formulação técnica, premeditada para algum rumo delimitado, muito menos o da pesquisa acadêmica. Foi intuitivo, espontâneo, verossímil.

Participando de trabalhos, de desfiles, mas principalmente conversando com outras mulheres gordas, fui percebendo que as nuances do ativismo, onde eu já estava inserida, apresentavam uma importante bifurcação de escolhas e significados: o movimento *bodypositive* - #corpolivres no Brasil - e o antigordofobia. Talvez aqui esteja uma das minhas maiores inquietações da pesquisa, visto que ainda é um ponto de tangenciamento de pautas, mas também de muita confusão sobre dores e direitos, disputas de egos e de resultados efetivos para a luta antigordofobia. Não é questão do certo e do errado, porém de uma maior clareza dos alicerces que sustentam questões mais ou menos superficiais, principalmente quando falamos de redes e de ciberespaço “compreendido não como um objeto de estudo antropológico, mas como campo” (PEREIRA, 2009. p. 91).

Pela minha participação relativamente expressiva no âmbito da moda *plus size*, também enxergava como percurso possível falar de forma mais aprofundada e ampliar o debate sobre os mecanismos que a moda utiliza para inclusão ou exclusão das pessoas gordas. Existe uma apropriação da moda *plus size* por mercados extremamente restritivos e excludentes, denunciada recentemente por Aliana Aires, que fez um levantamento importante em sua tese, transformada em livro em 2020, intitulada “De gorda a *plus size*”. Porém, não encontrei lugar para essa investigação nessa etapa, apesar de estar voltando a flertar também com a militância na moda..

Outra tese de ativista que me despertou bastante curiosidade após uma leitura dinâmica, foi a da pesquisadora Patrícia Nechar, da PUC-SP, cujo trabalho “O corpo gordo: uma cartografia do imaginário social” apresenta uma visão Junguiana voltada para a semiótica da linguagem utilizada para compreender o corpo gordo. Desde o início da graduação, a semiótica é um campo de muito interesse para mim. Porém, também não houve tempo e espaço nessa etapa de investigação.

Por fim, vejo como fundamental o aprofundamento das leituras sobre a pedagogia engajada de Bell Hooks; sobre a saúde coletiva e as confluências entre o soroativismo e o gordoativismo para além do que consegui apresentar aqui.

Compreendi parte dos desafios e abri mão de registrar todos os percursos possíveis nos meus interesses de pesquisas e escritas. O fundamental para mim é continuar a produzir uma pesquisa acolhedora, representativa, de acordo com a realidade das pessoas gordas, observadora das múltiplas formas de existir e participante. Afinal, empatia é acolhimento e partilha, seja na conversa online, seja na produção de conhecimento. Essa foi e é a minha direção.

Para facilitar a vida dessa autoetnógrafa de múltiplos interesses, com certa predisposição à dispersão, vou apresentar, portanto, respostas obtidas até o momento sobre os objetivos deste trabalho.

Como objetivos gerais, tive o desafio de investigar a educação ativista como percurso para transformações sociais inclusivas e diversas, pautadas na cidadania, no respeito e nos direitos das pessoas gordas. Afinal, “a educação de jovens e adultos, ao assumir o papel de trabalhar a cidadania, não pode começar, senão, do reconhecimento de que os seus sujeitos precisam exercitar a criticidade, da tomada de uma conscientização crítica de sua realidade” (FREIRE, 1991, p. 69)

Felizmente, percebi que os ativismos vêm ampliando o seu papel no campo da Educação e o papel das redes é fundamental para essa expansão. Porém, há ainda um longo

caminho que passa pela construção de políticas públicas e pelo entendimento e internalização dos conceitos relacionados à gordofobia e às posturas antigordofóbicas não só na comunidade escolar, mas na sociedade como um todo.

Como afirma hooks (2020), muitas das circunstâncias que parecem nos bloquear na vida cotidiana talvez só façam sentido porque temos como base um modelo de pressupostos que carregamos conosco. A gordofobia é firmada em pilares de pressupostos de manutenção ininterrupta por parte do biopoder e pela biopolítica. Cabe ao ativismo gordo, suas inserções e conquistas na Educação e pela Educação o estabelecimento de uma estrutura diferente ao redor do mesmo conjunto de circunstâncias para que novos caminhos surjam. “Mudanças revolucionárias nas estruturas operacionais de nosso mundo parecem pedir novas definições de quem somos e para que estamos aqui” (HOOKS, 2020, p. 106)

Com relação aos objetivos específicos, ao me desafiar a falar do corpo, de suas associações em redes sociotécnicas e interfaces com o campo da Educação, percebi que o protagonismo em um das pontas do triângulo metodológico seria melhor embasado se eu me aprofundasse no papel da Mídia e Educação, deixando a Teoria Ator-Rede como coadjuvante nesse processo.

Saio dessa jornada mais fortalecida no aprendizado e no ensino-mediação sobre as afetações do corpo e, a partir dele, de todos os corpos-sujeito que somos, me vejo mais madura para descrever e buscar redes de associações com elementos que contribuam para uma educação ativista.

A militância, como uma educação ativista, pode de fato ensinar a sentir, interpretar, resistir, produzir afetações e conhecimentos por meio de histórias entrecruzadas, empirismos e ações diárias dentro e fora das redes sociais, onde me incluo como exemplo juntamente com as muitas pessoas que caminham comigo nessa trajetória.

No quesito contribuir para a elaboração de políticas públicas, a percepção da legislação muito mais voltada à coerção do que à cidadania era anunciada. A novidade seria fazer parte de um movimento que pudesse trazer novas perspectivas quanto aos novos projetos de lei; e nesse sentido sinto contentamento ao refletir sobre o que o ativismo gordo do Brasil, incluindo o local, conseguiu avançar em menos de quatro anos. Participar ativamente dos grupos de trabalho para construir propostas e justificativas que contemplem pessoas gordas de forma equânime, é um dos resultados mais pungentes e pulsantes apresentados nesta dissertação.

Por fim, há ainda um longo e acidentado caminho a ser percorrido, porém foi dada a largada para uma jornada sem retorno. Felizmente.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Marília. **O pesquisador e Seu Outro**: Bakhtin nas Ciências Humanas. São Paulo: Musa Editora, 2004.

ARRAES, J. Gordofobia como questão política e feminista. **Revista Fórum**. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/digital/163/gordofobia-como-questao-politica-e-feminista/>.

Acesso em: 12/05/2020.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, Território em Disputa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

ARRUDA, Agnes. **O peso da mídia**: as faces da gordofobia. São Paulo, Alameda Editorial: 2021.

ASSIS, Leticia de. Do “Sim sou Diva” ao “Tá Boa, Bunita?”: do signo da autoaceitação à militância gorda. **Revista Brasileira da Sociologia das Emoções**. Dossiê Especial: Corporalidades Gordas: emoções, cultura e resistências. Número 59, 2021.

ASSIS, Leticia de. Para um novo olhar sobre o corpo gordo. **Anais do V Seminário Internacional Desfazendo Gênero**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79202>. Acesso em 24/03/2022.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Paulo Bezerra (Organização, Tradução, Posfácio e Notas); Notas da edição russa: Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BUCKINGHAM, David. **Media education**. Alfabetizzazione, apprendimento e cultura contemporanea. Gardolo: Erickson, 2006.

BUSS, Shirl. **Fat Underground**. Los angeles, 1975. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UPYRZCXjoRo&feature=youtu.be>

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importam**: sobre os limites materiais e discursivos do sexo. Buenos Aires. Paidós, 2002.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária,

1982.

CAPONI, Sandra. A saúde como abertura ao risco. In: Czeresnia D, Freitas CM, Organizadores. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p. 55-77

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Volume II - O poder da identidade. São Paulo, Paz e Terra: 1999.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p. castillo, constanzx alvarez. La cerda punk: ensayos desde un feminismo gordo, lésbico, antikapitalista y antiespecista. Valparaíso: Trío editorial, 2014.

CURIEL, Ochy e GENEROSO, Lígia M.A. (Tradução - 2020). **Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista**. Pp. 231-245. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/58979>. Acesso em 22/08/2021.

DEAN, Marge. Fat Underground. 1979. (35m35s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UPYRZCXjoRo&list=LLudvVe7R1QTuv9g1b1LMEw&t=905s&index=12>

DIÁRIO CATARINENSE. Vai Ter Gorda Na Praia Sim Encontro com Fátima Bernardes. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cuKGRN23y5Q>

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado**. Cadernos de campo, n.13, 2005, pp. 155-161.

FELINTO, Erick. **A religião das máquinas** - ensaios sobre o imaginário da cibercultura. Porto Alegre, Sulina: 2005.

FILGUEIRA, A.L.S, OLIVEIRA, V., SILVA, L.M.F (org). **Corpo, corporeidade e diversidade na educação**. Uberlândia: Culturatrix, 2021.

FISCHLER, Claude. Obeso benigno, obeso maligno. In: SANT'ANNA, Dd. B. (Org.), **Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 69-80.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, Maria Teresa. A pesquisa em educação: questões e desafios. Vertentes, n.29, p.28-37, jan./jun., 2007.

- FREITAS, Maria T., SOUZA, Solange J., KRAMER, Sônia (org.). **Ciências Humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- GIRARDELLO, Gilka, FANTIN, Monica, PEREIRA, Rogério S. Crianças e mídias: três polêmicas e desafios contemporâneos. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 41, n. 113, pp. 33-43, 2021.
- GREER, Germaine. **A mulher total**. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis, Vozes: 2001.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Caxias do Sul, EDUCS: 2017.
- HOLANDA, Heloísa Buarque (org). **Pensamento feminista hoje - perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo: 2019.
- HOOKS, Bell. A teoria como prática libertadora. In: _____ **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Cap.5, p.83-104.
- HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico**. São Paulo: Elefante, 2017.
- JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luisa. **Lute como uma gorda**. São Paulo: Philos, 2020.
- JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luísa. É possível um feminismo gordo? **Revista Todas Frida**. Disponível em <https://www.todasfridas.com.br/2020/12/04/e-possivel-um-feminismo-gordo/>
- JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luísa, ABONIZIO, J. Gordofobia e Ativismo gordo: o corpo feminino que rompe padrões e transforma-se em acontecimento. **XXI Congreso Asociación Latinoamericana de Sociología**. Montevideo. Uruguay, 2017. <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:daf7ff58-6e9e-4237-99de-a005fa508e60#pageNum=1> Acesso em 20/10/2020.
- KELLNER, Douglas, SHARE, Jeff. Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. **Revista Educ. Soc.**, v.29, n.104, 2008, pp.687-715. Disponível <https://www.scielo.br/j/es/a/hcZr4mDdbgTfSy3NWt8RptQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13/02/2022.
- KOVALESKI, Douglas F., PAIM, Marina. Análise das diretrizes brasileiras de obesidade: patologização do corpo gordo, abordagem focada na perda de peso e gordofobia. São Paulo: USP. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 29, n.01, 2020. p. 100-122. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/pBvf5Zc6vtkMSHytzLKxYJH/abstract/?lang=pt>. Acesso em 13/06/2021, às 14h.

LAPA, Andrea B., COELHO, Isabel C. Escola e internet: espaços de formação para a cidadania. **Perspectiva. Revista do Centro de Ciências da Educação: UFSC.** v.39, n.03, pp.01-19.

LAPA, Andrea B., LANNA, Lucrezia C., SILVA, Sabrina S. Desafios da pesquisa ativista em educação. **Revista Teias.** V. 20 (Edição Especial 2019). Educação Ativista na cibercultura: experiências plurais. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/43336/31259>. Acesso em 23/12/2021.

LAPA, Andrea B., COELHO, Isabel C., LACERDA, Anderson L. A cultura digital como espaço de possibilidade para a formação de sujeitos. **Revista PBCIB,** v.13, n.02, 2018.

LAPA, Andrea; PORTO, Cristiane; OSWALD, Maria Luiza. Educação ativista na cibercultura: Experiências plurais nas redes educativas. **Revista Teias,** v. 20, 2019.

LAPA, Andrea B., PRETTO, Nelson. Educação a distância e precarização do trabalho docente. **Revista Em Aberto,** v.23, n.84, 2011.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 1994.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social:** uma introdução à teoria ator-rede. Bauru, EDUSC: 2012.

LATOUR, Bruno. Capítulo 1. **Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência.** IN: Objectos Impuros: Experiências em Estudos sobre a Ciência. Porto: Afrontamento, 2008.

LEMOS, André. **Espaço, mídia locativa e teoria ator-rede.** Galaxia (São Paulo, Online), n. 25, p. 52-65, jun. 2013

LIMA, Evaldo Pereira. Páginas Ampliadas. **O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura.** Barueri: Manole: 2009.

LUPTON, Deborah. The Social Construction of Medicine and the Body. In **Handbook of Social Studies in Health Medicine.** London: SAGE, 2000. PPS 50-63

LUPTON, Deborah. **Fat.** [Shortcuts Series]. London: Routledge, 2013. 123p.

MARCUZZO, Patrícia. Diálogo inconcluso: os conceitos de dialogismo e polifonia na obra de Mikhail Bakhtin. **Cadernos do II.** Porto Alegre, n.36, 2008.

MEDEIROS, Marielda B.. Espelho: autoetnografia de trajetória na vida, no trabalho e na militância. **Revista Diversidade e Educação.** V. 07 Número especial (2019). Disponível em <https://periodicos.furg.br/divedu/issue/view/685>. Acesso em 03/2021.

- NECHAR, Patrícia A. **O corpo gordo: uma cartografia do imaginário social**. Doutorado em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020.
- PEREIRA, Rogério S. **Multiletramentos, tecnologias digitais e os lugares do corpo na educação**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.
- PILGER, Caroline R., GRUSZYNSKI, Ana. Subalternas e marginalizadas: as mulheres gordas e a moda nas capas da Revista Donna. **Revista Dobras**, n.33, 2021, pp.111-134. Disponível <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/1432>. Acesso em 01/02/2022.
- POPKIN. Barry M., LARSEN, P. Gordon. The nutrition transition: worldwide obesity dynamics and their determinants. **International Journal of Obesity**. 2004.
- POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologia da Obesidade**. São Paulo, Editora Senac: 2013
- PRETTO, Nelson de L. **O desafio de educar na era digital: educações**. Revista Portuguesa de Educação, v. 24, n.01, pp.95-118, 2011.
- PRIMO, Alex (org). **Interações em rede**. Porto Alegre, Sulina: 2013.
- RANGEL, Natália F. A. **Redes da internet como meio educativo sobre gordofobia**. 2017. 90 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/178668/TCL%20Nat%C3%A1lia%20Rangel.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 7 jul. 2020
- RANGEL, Natália F. A. **O ativismo gordo em campo: política, identidade e construção de significados**. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.
- RAPOSO, Leila. Antigordofobia em perspectiva decolonial. **Resista! Observatório de Resistências Plurais**. Acesso <https://resistaorp.blog/2020/11/17/antigordofobia-em-perspectiva-decolonial/>
- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre, Sulina: 2009.
- REGIS, Fátima *et al* (org.). **Tecnologias de Comunicação e Cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- RODRIGUEZ, Ale Mujica, MONTALBETTI, Cíntia.L. (in) visibilidade gorda e sua luta. Acesso <https://peita.me/blogs/news/invisibilidade-gorda-e-a-sua-luta-por>
- SANTA'ANNA, Denise. **Gordos, magros e obesos: uma história do peso no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.
- SANTOS, Silvio M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Revista Plural. Revista do Programa de Pós-Graduação em**

Sociologia da USP. São Paulo, v. 24, 2017, p. 214-241. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972/133158>. Acesso em 27/06/2012.

Secretaria Municipal de Educação. Florianópolis. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Diretoria de Ensino Fundamental. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**, 2016 e 2018. Disponível em <https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf> Santa Catarina, Governo do Estado. Secretaria de Estado de Educação. **Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**, 2014.

SEGATA, Jean. Dos ciberculturas às redes. In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos. **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016.

SEGATA, Jean. Uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Florianópolis: UFSC **Revista ILHA** v. 14, n. 2, p. 238-243, jul./dez. 2012

SILVA, Bárbara L. e CANTISANI, Jacobina R. Interfaces entre a gordofobia e a formação acadêmica em nutrição: um debate necessário. Rio de Janeiro: UERJ. **Revista Demetra: Alimentação, Nutrição e Saúde**, v.13, n.2, p. 363-380, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/33311/25608>. Acesso em 11/02/2022.

SILVA, Marcelle J. O medo de engordar em tempos de COVID-19. **Revista Antropológicas**, v.03, a9, 2020. Disponível em: <https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/o-medo-de-engordar-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em 05/2021.

SILVA, Marcelle J., ASSIS, Letícia de, PENAS, Evelyn C. S. Entre o riso e o risco: uma reflexão sobre ter um corpo gorde durante a pandemia de COVID-19. **Revista Mais que Amélias** - dossiê especial sobre gordofobia. v.01, n.08, 2021. Disponível em <https://rstmaisqueamelias.wixsite.com/maisqueamelias/2021>. Acesso em 12/08/2021.

SILVA, Marta M.L. Paulo Freire: a educação como prática da liberdade na construção social do sujeito. **Anais do V Conedu: Congresso Nacional de Educação**, 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA5_ID_2575_30082018091317.pdf. Acesso em 12/12/2021.

STENZEL, Lucia M. **Obesidade: o peso da exclusão**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

VASCONCELOS, Naumi de A.; SUDO, Iana. Um peso na alma: o corpo gordo e a mídia. **Revista mal-estar e subjetividade**, Fortaleza, V. IV, N. 1, P. 65 - 93, mar. 2004.

VIGARELLO, George. **As metamorfoses do gordo: história da obesidade: da Idade Média ao século XX**. Petrópolis: Vozes, 2012.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.
Rio de Janeiro: Rocco, 1992.